



**Plano Territorial de Desenvolvimento Rural
Sustentável e Solidário PTDRSS
Território Itaparica-BA**

Sumário

INTRODUÇÃO	4
METODOLOGIA	6
PARTE 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO ITAPARICA	8
1- CONFIGURAÇÃO ESPACIAL	8
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	8
3. ASPECTOS GEOAMBIENTAIS:	12
3.1 Clima	12
3.2 Solos	13
3.3 Vegetação	14
3.4 Recursos Hídricos	15
3.5 Recursos Minerais	16
3.6 Passivos Ambientais	16
4. POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA	17
5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL	22
6. ESTRUTURA AGRÁRIA	23
7. ASPECTOS ECONÔMICOS	27
7.1 Finanças Públicas Municipais	27
7.2 Produção Agrícola	28
7.3 Produção Pecuária	30
7.4 Produção Pesqueira	32
7.5 Sistemas Produtivos	34
7.6 Beneficiamento da produção	34
7.7 Atividades não agrícolas	35
7.8 Extrativismo	36
7.9 Assistência Técnica e Capacitação	37
7.10 Crédito Rural	37
8. SERVIÇOS SOCIAIS E DE APOIO À PRODUÇÃO	38
8.1 Educação	38
8.2 Saúde e Saneamento	43
8.3 Segurança Pública	51
9. INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO, TRANSPORTE E ELETRIFICAÇÃO	53

10. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	55
PARTE 2 - MATRIZ DE PLANEJAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS	55
Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	55
Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra	91
Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social	97
Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos	102
Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos	105
Eixo 5 - Recursos Hídricos	111
Estágio da Construção Coletiva do PLANO OPERACIONAL	115
PARTE 3 – LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES	132
3.1. Dimensões Socioeconômica e Agrária	132
3.2. Dimensão Socioambiental e Climática	166
3.3. Dimensões Sociocultural e Educacional.....	183

INTRODUÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, por meio da atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, considera Território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, economia, sociedade, cultura, política, as instituições, a população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social e cultural.

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário- SEAD, tem como finalidade promover o desenvolvimento dos Territórios rurais no Brasil, priorizando a Agricultura Familiar e incluindo comunidades tradicionais, assentamentos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, perímetros irrigados e comunidades de sequeiro. Importante observar, que a abordagem territorial é uma concepção que procura trazer à tona problemas persistentes na realidade do “Brasil rural”, e orienta para o enfrentamento das desigualdades regionais, degradação ambiental, pobreza, exclusão social e a estagnação econômica ainda presentes em muitos lugares desse país. Sintonizado com essa nova compreensão, o Governo da Bahia passou a reconhecer em seu Planejamento Territorial, a partir de 2006, a existência de 27 Territórios de Identidade.

O Fórum do Território Itaparica-BA é composto por representantes da sociedade civil dos 6 municípios e representantes de instituições oficiais e entidades de apoio.

Este documento é fruto de um trabalho de atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS Território de Identidade Itaparica BA/PE, com o desmembramento de dados da Bahia e exclusão dos dados pernambucanos, fundamentado num processo de mobilização social e planejamento governamental, e traz, na primeira parte, um Diagnóstico do Território; na segunda, um Planejamento a partir de seis eixos aglutinadores, que contém seus programas e projetos bem definidos, com diretrizes consensuadas nas plenárias do Fórum do Território. Serve, portanto, para nortear as políticas do MDA e dos demais Ministérios, do Governo do Estado da Bahia, assim como para as Prefeituras Municipais, STR's, Cooperativas, Associações, assentamentos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, perímetros irrigados e comunidades de sequeiro.



Figura 1. Mapa do Território de Identidade Itaparica, SEI, Governo da Bahia, 2016

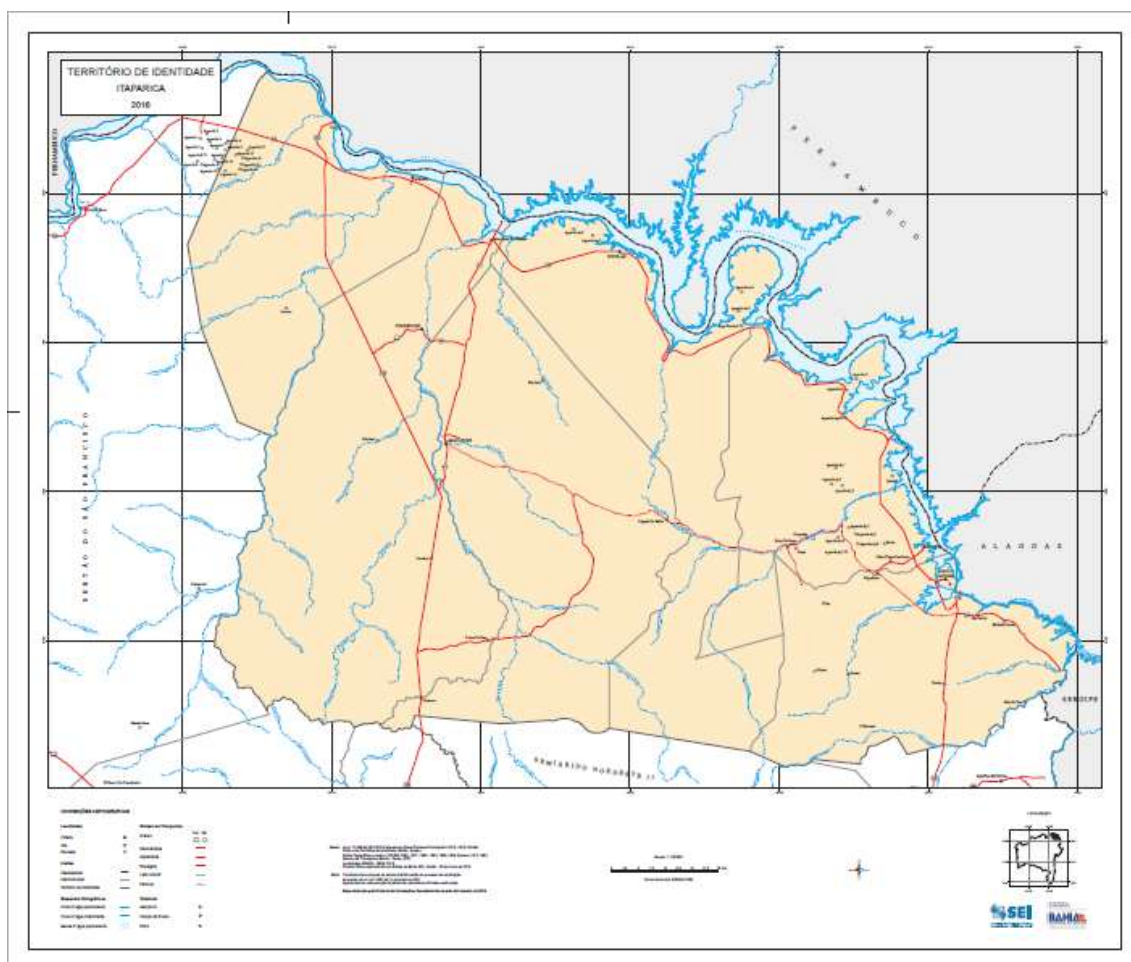


Figura 2. Mapa do Território de Identidade Itaparica, SEI, Governo da Bahia, 2016.

METODOLOGIA

A metodologia fundamentou-se na ampla participação dos atores sociais de forma coletiva e democrática, em todas as etapas do processo de elaboração do PTDRSS. Aconteceu em cinco etapas; 1) levantamento de dados para atualização do Plano anterior a partir de dados censitários recentes; 2) realização da primeira oficina com o objetivo de definir as Matrizes do Plano; 3) Sistematização dos dados da primeira oficina e construção da base efetiva do Plano; 4) realização da segunda oficina para aprovação/validação do Plano e 5) Sistematização definitiva, aprovação e impressão do produto final. Teve por objetivo propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade do Território enquanto atualização do Plano anterior publicado em 2009, de forma

que as propostas fossem direcionadas à modificação da realidade, com reflexo na melhoria das condições de vida das comunidades rurais e população em geral.

Para a confecção deste Plano, foram muito importantes as contribuições de todos os integrantes que se dispuseram a participar das oficinas realizadas em Paulo Afonso. Dessa forma, avalia-se que foram levados em consideração especialmente os reclames e saberes da população representada por suas lideranças legítimas, assim como a experiência técnica dos representantes dos diversos órgãos públicos e instituições parceiras, participantes do fórum.

Para a construção do diagnóstico e das propostas foram realizadas duas oficinas, sendo utilizado o método da construção participativa e a devolução dos conteúdos construídos nas oficinas seguintes, garantindo assim o acúmulo e a legitimação dos consensos sobre a realidade e as propostas, passo a passo.

Foram trabalhadas as definições dos eixos aglutinadores, programas e projetos do Plano, facilitando a ampla participação com a exposição de opiniões e argumentos sobre os diferentes pontos de vista e interesses, procurando os consensos e a definição das diretrizes.

A participação do público alvo aconteceu nas oficinas específicas para o aprofundamento da proposta metodológica, ampliando progressivamente as discussões sobre as dimensões do Território, detalhamento de propostas, consolidando desta forma a elaboração do Plano.

O conjunto das oficinas, além de cumprir com o objetivo da aproximação das diversas instituições, contribuiu para a disseminação e troca de conhecimentos e informações, nas quais foram utilizadas técnicas de trabalhos em grupos temáticos, e dinâmicas que contribuíram com a interação e aglutinação social entre os grupos de instituições e municípios em torno da identidade Territorial.

Os grupos de trabalho temáticos prepararam boa parte dos projetos apresentados neste Plano. O que se espera, a partir de agora, é que aconteça o envolvimento e a mobilização organizada de cada instituição na execução deste Plano, tendo em vista que 107 projetos foram propostos e estão aqui expostos. Em cada um deles estão especificadas as ações e atividades que deverão ser realizadas no período de 8 anos, a partir de 2017.

PARTE 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO ITAPARICA

1- CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

O Território Itaparica está localizado na região do Submédio São Francisco, sendo sua base geográfica constituída por seis municípios situados no norte do Estado da Bahia, quais sejam, Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas. A tabela 1 apresenta cada um deles com respectivas áreas em Km² e hectares.

Tabela 1. Relação dos municípios do Território Itaparica e suas respectivas áreas geográficas em km² e em hectares.

UF	MUNICÍPIO	ÁREA (km ²)	ÁREA (hectares)
BA	Abaré	1.693,6 1	69.360,00
BA	Chorrochó	2.647,8 2	64.780,00
BA	Glória	1.402,4 1	40.240,00
BA	Macururé	2.278,7 2	27.870,00
BA	Paulo Afonso	1.573,6 1	57.360,00
BA	Rodelas	2.575,0 2	57.500,00

Fonte: IBGE, modificado.

A face geográfica do Território é multifacetada e tem como principais pontos geográficos os lagos das represas das hidrelétricas de Itaparica e do Moxotó, a cachoeira de Paulo Afonso, o *canyon* do São Francisco, com extensão de cerca de 60km, navegável após a implantação da represa de Xingó; a Estação Ecológica Raso da Catarina, nos municípios de Paulo Afonso e Glória; as Serras do Tonan, em Glória e Macururé; por fim, o conjunto de ilhas localizado no trecho do Rio São Francisco, que margeia o município Chorrochó.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A região dentro da qual está localizado o Território Itaparica, originalmente era habitada por povos indígenas, e, nos dias de hoje eles ainda se fazem presentes em alguns municípios da Bahia.

Apesar da política de extermínio e escravização posta em prática pelos colonizadores, não somente nessa, mas em toda a região do São Francisco, durante

o processo de ocupação do Vale e fartamente documentada em obras de abalizados historiadores, a presença indígena é uma das marcas do Território. Dentre os inúmeros grupos destaca-se os Pakararés nos municípios de Glória e Paulo Afonso, e os Tuxás em Rodelas.

O processo de ocupação desenvolveu-se mediante a utilização do sistema de sesmarias como instrumento de doação de terras pelo regime imperial e, já na segunda metade do século XVI havia a exigência de que, nas terras doadas, os beneficiados deveriam “deitar gado dentro de seis meses, ou, no mesmo prazo, deitar fazendas” (Guimarães, 1981). A fazenda, como tipo de domínio latifundiário, de início teve seu nome ligado unicamente à pecuária e as primeiras doações de terras com o intuito de promover a penetração em direção aos seus mais importantes rios.

Assim, a instalação das fazendas destinadas à exploração da pecuária foi outro componente histórico relevante no processo de ocupação da região e suas marcas se refletem nos aspectos político, econômico, social e cultural do Território.

A maioria das povoações de onde resultaram os atuais municípios teve origem na instalação de fazendas de criação de gado e/ ou na edificação de templos religiosos, em torno dos quais surgiram e desenvolveram-se os núcleos urbanos, posteriormente, elevados à condição de sedes municipais. Esse processo teve início provavelmente no século XVI, com o surgimento no atual município de Glória, de um curral de descanso das boiadas que ali cruzavam o Rio São Francisco proveniente do Piauí com destino a Salvador.

Santo Antônio da Glória, portanto foi o precursor desse processo de constituição das unidades administrativas, tal como está hoje dividido o Território.

No período inicial, o gado criado nas fazendas era da espécie bovina e destinado ao abastecimento dos centros urbanos localizados na faixa litorânea. Não há informações precisas a respeito de quando a cabra foi introduzida na região, mas tudo indica ter sido no decorrer da expansão da pecuária de grande porte. Com a decadência desta, motivada, dentre outras causas, pelas longas estiagens, a cabra passou progressivamente a ocupar o lugar do boi como atividade econômica relevante, graças a sua excepcional capacidade de resistência e adaptação.

A base econômica, até meados do século passado, era constituída, nas áreas de sequeiro (caatinga), pela pecuária predominantemente extensiva, e com maior

participação da caprinocultura, associada à agricultura de subsistência; nas margens do Rio e ilhas, pela agricultura irrigada. Os agricultores familiares cultivavam cebola, mandioca, feijão, milho, arroz e outros gêneros de subsistência e muitos ainda praticavam a pesca artesanal, em um cotidiano integrado ao ciclo natural do rio, com alternância de enchentes e vazantes. Havia também empresários, nos municípios de Floresta e Belém de São Francisco, que produziam cebola, tomate, melão, que utilizavam a mão-de-obra assalariada à base de relações, que em alguns casos, poderiam ser facilmente caracterizadas como de semi-escravidão.

Essa realidade, aqui expressa, começou a ser alterada a partir de uma sequência de intervenções do Estado, voltada à produção de energia e inspirada na iniciativa de Delmiro Gouveia quando da construção da Usina Hidrelétrica Angiquinho, na Cachoeira de Paulo Afonso, em 1913, com o propósito de alimentar a sua indústria têxtil.

A criação da CHESF, em 1945, foi o marco inicial com a finalidade de explorar o potencial energético da Cachoeira de Paulo Afonso. Até então, Santo Antônio da Glória era o município mais importante da região, e a localidade onde está situada a cidade de Paulo Afonso era um distrito de Glória. Ali havia apenas um povoado, denominado Tapera de Paulo Afonso, cuja expansão determinou sua emancipação em 1954.

O reservatório da Usina Apolônio Sales (originalmente Moxotó), foi concluído em 1967, em função do qual Glória, àquela altura já suplantada econômica e politicamente, teve sua sede inundada e realocada para onde se encontra atualmente. Hoje o município vive em situação de quase completa dependência à cidade de Paulo Afonso, principalmente quanto à utilização de serviços públicos.

Em 1988, a formação do lago da Barragem de Itaparica, concluída nesse mesmo ano, inundou 83.400 hectares de oito municípios do Território (três na Bahia, cinco em Pernambuco) e provocou a transplantação de três sedes municipais, Itacuruba, Petrolândia, em Pernambuco, Rodelas, na Bahia, e do povoado de Barra de Tarrachil, município de Chorrochó. Havia na área inundada 23 comunidades rurais com número variável de famílias (em média 90 por comunidade).

A falta de propostas concretas para a população rural, e o temor de que ocorressem prejuízos irreparáveis, tal como aconteceu às famílias atingidas pela Hidrelétrica de Sobradinho, motivou o surgimento de um movimento de resistência pela defesa de

suas reivindicações, chegando a ser reconhecido inclusive fora do Brasil. Organizados no Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, criado em 1979, os trabalhadores desenvolveram um processo permanente de mobilização, e com muita frequência, com grandes manifestações.

Em dezembro de 1986, por exemplo, ocuparam durante seis dias o canteiro das obras e paralisaram os trabalhos de construção da barragem. Após intensas negociações, um acordo foi firmado entre os trabalhadores e a CHESF, a qual se comprometia em atender as reivindicações que se materializaram no conhecido Reassentamento Itaparica.

Devido à postura dos fazendeiros e das lideranças políticas locais, contrários ao reassentamento porque ficariam sem a mão-de-obra com a qual, até então contavam; devido, também, à falta de terras próprias para irrigação na borda do lago, a maioria foi reassentada em municípios diferentes daqueles onde viviam.

Parte dos que moravam em Rodelas e Chorrochó deslocaram-se para Curaçá e Abaré (Projeto Pedra Branca). A tabela 2 apresenta os municípios com a quantidade de famílias reassentadas e as áreas a serem ocupadas.

A conjunção dos impactos desses empreendimentos estatais configurou um processo histórico de desreferencialização territorial, consubstanciada na eliminação e criação de referenciais indenitários de natureza econômica, política, social e cultural. A implantação de Itaparica, sobretudo, provocou o ocaso de lideranças econômicas e políticas e trouxe à cena novos atores.

Os traços socioculturais mais expressivos do Território têm raízes no modelo de ocupação adotado pelos colonizadores, através de instrumentos que visam à garantia do monopólio da propriedade da terra, e, principalmente, no predomínio das fazendas de gado como atividade econômica em todos os municípios. Os componentes socioculturais originados de atividades econômicas como a agricultura de sequeiro, agricultura de vazante ou irrigada, praticadas nas margens do Rio São Francisco, não devem ser desprezados, mas têm significação secundária relativamente àqueles forjados na lida com a pecuária.

Outros componentes dessa mesma natureza, vinculados historicamente ao fenômeno do cangaço, fortemente presente na região por meio da atuação do seu mais expressivo personagem, Virgulino Ferreira – o lendário Lampião – são

referenciais socioculturais, que não devem ser desprezados e vêm contribuir de algum modo para o desenvolvimento sustentável da região.

Tabela 2. Reassentamentos de Itaparica nos perímetros irrigados. MME 2002,

Reassentamentos	Famílias	Área total (hectares)
Rodelas	397	13.596
Glória	126	4.016
Abaré - Pedra Branca	734	13.380
Tuxá	350	7.000
Remanso	42	1.020
Remanescentes	350	6.000
Total Gera I	1999	45.012

3. ASPECTOS GEOAMBIENTAIS:

3.1 Clima

A classificação do clima em todo o Território Itaparica é o tropical semi-árido quente, e faz parte da área de suscetibilidade à desertificação.

O fenômeno da desertificação é preocupante, e deve condicionar a escolha das atividades econômicas, sob o risco de, se mal escolhidas, agravarem as condições ambientais, sobretudo com as catastróficas previsões dos meteorologistas brasileiros que fazem parte do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, caso não ocorram reduções nas emissões dos gases do efeito estufa previstas do protocolo de Kioto. Essas previsões pessimistas indicam aumento de 2°C a 5°C e ligeiro aumento nas precipitações, porém, mais desordenadas no tempo e espaço, provocando uma “aridização” do clima nordestino e severas perdas de área agricultável, de até 28%.

As temperaturas altas também obedecem à variação de um núcleo mais quente, em parte dos municípios, já citados, que varia de 26 a 27°C. As temperaturas máximas variam até 31°C nos meses de outubro a dezembro e as mínimas variam entre 16 e 22°C entre junho e agosto. Essas temperaturas altas favorecem a baixa umidade

relativa do ar, que, por sua vez, configura um condicionante potencial para a agricultura e a pecuária, já que desfavorece a proliferação de algumas doenças e pragas, em comparação com o clima úmido.

A precipitação pluviométrica é em torno de 600 mm por ano, sendo que, nos municípios mais secos, a média é entre 400 e 500 mm por ano. Os valores de evapotranspiração são muito maiores que a precipitação, em média 2000 mm ao ano. Mesmo assim, o balanço hídrico pode ser interpretado de forma otimista, embora 92% da precipitação sejam consumidas pela insolação, evaporação e a aproximadamente 3.780 m³/hab./ano, segundo Vieira (1999), ou seja, valor bem acima de 1.000 m³/hab./ano considerado situação de estresse de água, segundo a ONU (1997, citado por Malvezzi, 2007). Logo, a escassez de chuvas é um fator limitante para a agricultura, mas ao mesmo tempo um potencial para o abastecimento humano (Carvalho e Egler, 2003).

3.2 Solos

Os três principais tipos de solo encontrados no Território estão descritos, a seguir, e sua distribuição geográfica pode ser observada na Figura 3, baseada no Zoneamento Agroecológico do Nordeste – ZANE (EMBRAPA, 2000):

- a) “Luvissolos”, compõem boa parte da Unidade Geoambiental “depressão sertaneja”. São solos rasos, pedregosos, embora com boa fertilidade natural, mas, na sua maioria, não servem à fruticultura irrigada e têm restrições para cultivos anuais;
- b) “Neossolos”, coincide com a Unidade Geoambiental “bacia sedimentar”, caracterizada por solos pouco desenvolvidos de textura arenosa, com baixa fertilidade natural e baixa capacidade de retenção de água. Eventualmente são profundos, bem drenados, sem pedras, e nesses casos oferecem condições para a agricultura;
- c) “Afloramentos rochosos”, são áreas totalmente inaptas à agricultura, servindo mais para preservação da vegetação nativa.

Finalmente, vale dizer, que as áreas com alto potencial para agricultura irrigada compõem a menor parte das terras, ou seja, menos de 10%.

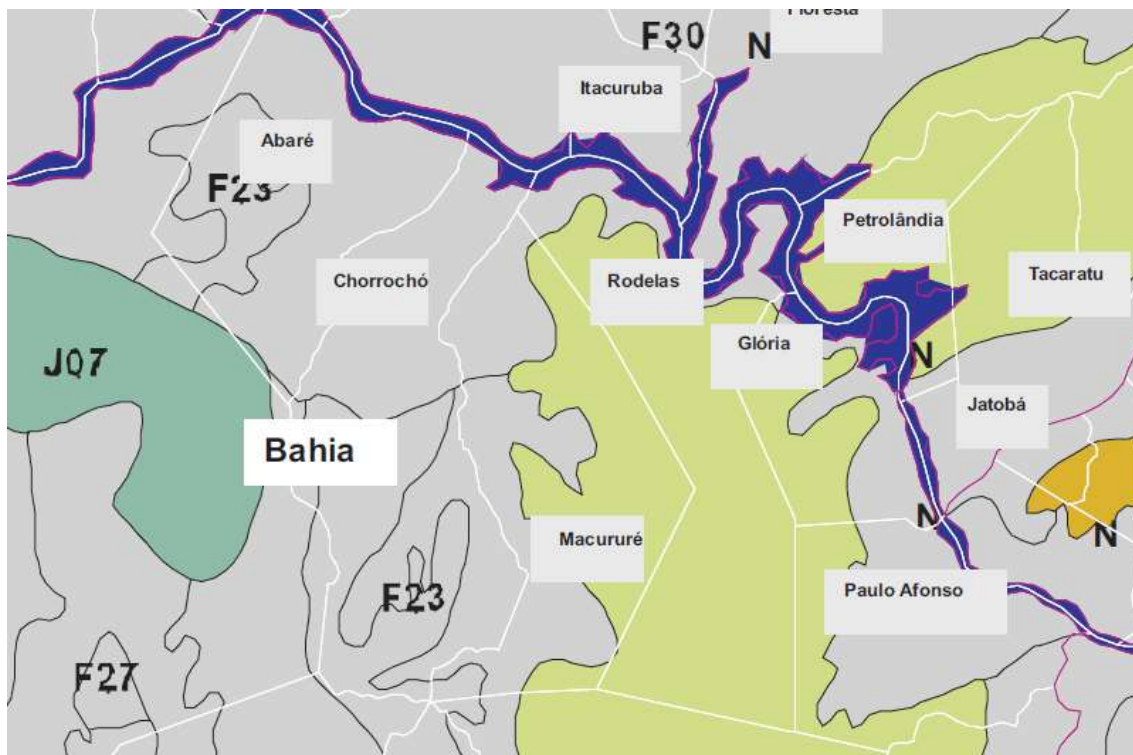


Figura 3. Mapa com as Unidades Geoambientais do Território Itaparica. Cor cinza indica “depressão sertaneja”, cor verde clara indica “bacia sedimentar”. Fonte EMBRAPA 2000.

Observando a Figura 3, a Unidade Geoambiental “bacia sedimentar”, pintada na cor verde clara, envolve 100% do município de Rodelas e boa parte dos municípios de Macururé, Glória e Paulo Afonso. As demais áreas e municípios do Território pertencem à Unidade Geoambiental “depressão sertaneja”, pintada na cor cinza.

O relevo nas Unidades Geoambientais estudadas geralmente é suave ondulado (EMBRAPA, 2000) com baixas altitudes, com exceção das serras já mencionadas na introdução do diagnóstico.

A degradação dos solos, devido à ação antrópica é mais evidente nas regiões afetadas pela desertificação na beira do Rio São Francisco e nos riachos temporários devido à salinização e erosões.

3.3 Vegetação

A vegetação em todo o Território é a caatinga, variando quase sempre entre a caatinga tipo parque, uma caatinga aberta com distribuição esparsa de arbustos e presença maior de ervas e gramíneas, e a caatinga arbóreo-arbustiva, que significa uma caatinga mais densa e fechada. De modo geral, uma vegetação de caatinga

hiperxerófila ou hipoxerófila, vegetação que suporta intenso déficit hídrico, uma vegetação caducifólia, ou seja, que deixa suas folhas caírem nos períodos secos para diminuir a transpiração e suportar os períodos de estiagem, e que também possuem espinhos para se protegerem e são de porte baixo.

O Raso da Catarina que se estabelece entre Paulo Afonso e outras cidades do Território são áreas de muito alta importância biológica, (MMA, 2004).

3.4 Recursos Hídricos

O Território Itaparica está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo a água um recurso em abundância, fator que deveria oferecer um conforto hídrico para as populações, mas na verdade ocorre a escassez e conflitos entre usuários, onde a população rural fora da beira do Rio provavelmente é a menos atendida. O principal fator desses conflitos é a ausência de sistemas de distribuição da água disponível para as comunidades localizadas fora da calha do Rio, e mesmo comunidades ribeirinhas, que utilizam a água, fazem-no sem o devido tratamento nem canalização.

As sub-bacias importantes que deságuam no Rio São Francisco são eles: Várzea em Abaré, Tim-Tim em Macururé, Grande em Chorrochó, Itaparica, Amarim e Melancia em Rodelas.

As águas subterrâneas são escassas em toda a área da Unidade Geoambiental “depressão sertaneja”, em virtude de existir um embasamento cristalino de rochas e os solos serem rasos, portanto, a água fica reservada apenas em fendas, e, no que diz respeito à qualidade, geralmente tem elevado teor salino. Na Unidade Geoambiental “bacia sedimentar”, o potencial de água subterrânea é bom, porém muito variável dentro da unidade. O ZANE (Embrapa, 2000) analisou 249 poços na bacia sedimentar, que apresentaram profundidade de 45 metros e vazão média de 1,6 l/s. Quanto à qualidade, foi considerada quase sempre boa a regular.

Em relação aos aquíferos subterrâneos, a Agência Nacional de Águas (Conejo, 2005), evidencia o aquífero dentro da Unidade Geoambiental “bacia sedimentar”, descrito na Tabela 3, a seguir. Aquífero “Marizal” envolvendo Glória, Rodelas e Macururé.

Tabela 3. Disponibilidade de águas subterrâneas no principal sistema aquífero no Território Itaparica. Conejo, 2005.

Sistema Aquífero	Região Hidrográfica dominante	Área de recarga (km ²)	Espessura média	Precipitação (mm/ano)	Reserva (m ³ /s)	
					Renovável	Explotável ¹
Marizal	Alt. Leste São Francisco	18.797	200	514	36	7,2

Fonte: ANA (Conejo, 2005).

3.5 Recursos Minerais

Segundo o mapa geológico mineral da Superintendência de Geologia e Recursos Minerais da Bahia, não existem jazidas importantes no Estado.

Não parece ser este um grande potencial a ser explorado no Território, porém considerando a água como um recurso mineral, conclui-se que essa é a principal riqueza do Território Itaparica, dada à principal fonte hídrica, que é o Rio São Francisco e o aquífero, já detalhado anteriormente.

3.6 Passivos Ambientais

Sem dúvidas, a maior intervenção antrópica ocorrida no Território se deu recentemente com a construção da Barragem de Itaparica. Uma área de 834 km² foi inundada pelo Lago, envolvendo as cidades de Petrolândia e Itacuruba em Pernambuco, Rodelas na Bahia e o núcleo urbano de Barra do Tarrachil, em Chorrochó, afetando quase 36 mil pessoas, 92 mil cabeças de rebanhos, estradas federais, estaduais, acessos e estradas vicinais, sistema de eletrificação, residências e prédios públicos.

As áreas ribeirinhas eram terras de boa qualidade, de aluvião, depositadas durante milênios pelas cheias do rio, onde os ribeirinhos moravam e trabalhavam em suas atividades rudimentares, significando quase a totalidade da população do Território, que foi desapropriada e reassentada.

À parte os benefícios da geração de energia para o desenvolvimento do país, advindos das usinas hidroelétricas, o tipo de dano causado por uma instalação dessa natureza é defendido por estudiosos como “dano moral ambiental”, uma

análise que envolve a relação entre a questão ambiental e a sociedade. Esse passivo moral ambiental ainda não é conhecido nem calculado, mas é importante que se ressalte, neste documento, a necessidade de estudos sobre essa questão (Albuquerque, 2005).

Finalmente, destacam-se mais alguns passivos: a salinização de solos e a poluição de águas, decorrentes da agricultura irrigada, e a desertificação, esta última, provém da atividade agropecuária e do extrativismo. As atividades sob o modelo da moderna agricultura irrigada descomprometida com o meio ambiente constituem-se numa intervenção antrópica que vem causando poluição e a salinização de solos com seus resíduos de adubos e agrotóxicos, que chegam ao Rio através dos drenos naturais e artificiais. Esse fenômeno se soma ao desmatamento e à invasão da espécie vegetal exótica algaroba (*Prosopis juliflora*), que põe em risco a mata ciliar de riachos e rios do Território.

4. POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA

O Território de Itaparica apresenta aspectos muito peculiares que o caracterizam e o diferenciam da maioria dos territórios. Conforme comentários já apresentados na evolução histórica, vários municípios foram direta ou indiretamente atingidos, em 1987, com a formação do Lago de Itaparica. Algumas alterações, a ele relacionadas, no que se refere à questão demográfica, ajudam a explicar suas características.

Passado o processo de adaptação das novas populações reassentadas, os municípios de um modo geral passam a se adequar e principalmente a se redefinir enquanto sociedade organizada, na busca da manutenção de suas características socioeconômicas originárias, a partir dos investimentos realizados com a agricultura irrigada. Nesse sentido, Rodelas, Abaré e Glória se estabelecem como referência na produção de hortifruticultura, influenciando decisivamente no cotidiano das relações sociais, produtivas, comerciais, culturais da população desses municípios, e em estreita relação com os demais municípios do Território. Por outro lado, do ponto de vista da saúde da população e do ambiente produtivo, se faz necessário intervenções técnico científicas, no sentido de estabelecer um processo de produção a partir de princípios agroecológicos ou orgânicos, para se contrapor ao processo convencional de “exploração agrícola” com ênfase aos agroquímicos sintéticos

solúveis, principalmente com a utilização massiva de agrotóxicos. O que se constitui num grande desafio para o Território.

Avaliando a evolução da população no período de 2011 a 2015, período de vivência de uma das maiores secas do nordeste, verifica-se que mesmo assim, os reflexos da seca no que diz respeito a população, não causou impactos significativos de migração para outros centros urbanos como acontecia num passado recente. A tabela 4, demonstra a evolução da população ao longo de 5 anos, 2011/2015. Quando comparado a evolução da população do Estado com a do Território nesse período, verifica-se que a população do Estado cresceu 7,8% e a população do Território 9,0%, influenciado principalmente pelo crescimento populacional de Paulo Afonso com incremento de 9,15% no mesmo período. O município de Macururé foi o único que não manteve equilibrado o crescimento populacional.

Tabela 4. Evolução da população comparativo Estado da Bahia, Território Itaparica e municípios.

UF / Território / Município	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	14.097.534	14.175.341	15.044.137	15.126.371	15.203.934
Itaparica_total	167.118	168.495	169.823	180.862	182.289
Abaré	17.064	17.380	17.685	18.989	19.290
Chorrochó	10.734	10.765	10.794	11.444	11.484
Glória	15.076	15.096	15.114	16.003	16.039
Macururé	8.073	8.032	7.992	8.417	8.390
Paulo Afonso	108.396	109.310	110.193	117.377	118.323
Rodelas	7.775	7.912	8.045	8.632	8.763

Fonte: DATASUS.

Quando avaliado a participação masculina e feminina na composição populacional e fazendo um comparativo; população urbana e rural dos municípios do Território, ficam evidenciados os seguintes aspectos: No Estado da Bahia, a população urbana representa 72% do total e a rural 28%. No Território esses números se estabelecem em 70% e 30% respectivamente do total da população, conforme tabela 5. Quando avaliada a distribuição masculina e feminina, evidencia-se que no Estado da Bahia os percentuais são 48% masculina e 52% feminina na área urbana e 52% e 48% na área rural. No Território a população é de 48% masculina e 52% feminina na área

urbana e 51% e 49% respectivamente na área rural. Ou seja, na área rural prevalece uma maioria masculina e na urbana a presença feminina. Essa proporção é comum para todos os municípios do território, conforme tabela 5.

Tabela 5 - População, por situação de domicílio e sexo, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia 2010.

UF / Território / Município	2010						
	Total	Urbana			Rural		
		Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Bahia	14.016.906	10.103.022	4.840.962	5.262.060	3.913.884	2.037.304	1.876.580
Itaparica_total	167.118	117.291	55.824	61.467	49.827	25.527	24.300
Abaré	17.064	9.029	4.366	4.663	8.035	4.198	3.837
Chorrochó	10.734	2.631	1.232	1.399	8.103	4.210	3.893
Glória	15.076	2.827	1.383	1.444	12.249	6.156	6.093
Macururé	8.073	2.860	1.357	1.503	5.213	2.644	2.569
Paulo Afonso	108.396	93.404	44.279	49.125	14.992	7.691	7.301
Rodelas	7.775	6.540	3.207	3.333	1.235	628	607
%			48	52		51	49

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Outro importante fator analítico está configurado na análise da população por cor ou raça, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, baseado na tabela 6. Considerando que os parâmetros estabelecidos foram: branca, preta, amarela, parda, indígena e ignorado, os percentuais indicam uma população que se diz de cor parda como a maioria, seja em nível do Estado (59,5%) quanto ao Território (61,8%), com a cor branca e preta, empatadas em nível do Território (28,1%). Quanto aos indígenas, que tem uma participação bastante efetiva no Território com um número significativo de povos, representam segundo essa avaliação, 2,2 % da população do Território, com destaque para Rodelas que tem na sua composição populacional, 12,3% de povos indígenas. Essas populações, distribuídas pelos diversos povos nos municípios, vivem situação de conflito constante na luta pela garantia de suas terras, com a maioria desses povos sendo alvos de desapropriações e de constrangimento, pelo processo de migração forçado pelas imposições judiciais que normalmente não são ajuizadas a luz das leis de proteção desses povos. Recentemente essas comunidades sofreram processos de desalojamento de seus povos, a exemplo dos Kariri-Xocó, lotados em Paulo Afonso, que se encontram em situação desumana nas proximidades da área de desalojamento, com sérios problemas de saúde, sanitário e

econômico. Outras comunidades que ainda passam por processos judiciais continuam aflitas, tendo em vista que os pareceres jurídicos normalmente têm atendido aos interesses contrários desses povos.

A tabela 7, segundo informações da Coordenação Regional da FUNAI demonstra as comunidades que tem suas terras regularizadas ou em fase de regularização no Território, sendo 6 comunidades e 5 povos com 1.671 famílias. Enquanto, de acordo com a tabela 8, Povos indígenas no Território Sem Terra; somam 17 comunidades, que representam 9 povos indígenas e 1017 famílias desamparadas.

Tabela 6 - Proporção da população, por cor ou raça, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2010.

UF / Território / Município	Cor ou Raça (%)					
	2010					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado
Bahia	22	17	1,2	59,5	0,4	0
Itaparica_total	28,1	28,1	1,2	61,8	2,2	-
Abaré	11,8	11,8	1,5	73,9	3,2	-
Chorrochó	15,4	15,4	2,2	70,8	-	-
Glória	30,2	30,2	0,5	56,3	7,8	-
Macururé	20,6	20,6	3,3	63,7	0,4	-
Paulo Afonso	32	32	0,9	60,7	1	-
Rodelas	29,6	29,6	1	46,9	12,3	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da amostra. Cálculos da SEI.

Tabela 7 - Terras indígenas BA situação fundiária definida, Território Itaparica- 2017.

Localidade	Povo	Famílias	Terra indígena	Município	Situação Fundiária
Xucuru kariri da Quixaba	Xucuru-kariri	12	T.I. Xucuru-kariri da Quixaba	Glória	32,1 ha sendo: 20 ha adquirida pela FUNAI (falta escritura) 12,1 ha pertence a Diocese de Paulo Afonso
Brejo do Burgo	Pankararé	540	T.I Brejo do Burgo	Glória	Homologada/Registrada Decreto de 30.04.2001- 16.924 hectares
Pankararé	Pankararé		T.I.Pankararé	Glória	Homologada Decreto de 05.01.1996 29.597 ha
Batida e Baixa das Pedras	Kantaruré	187	T.I.Kantaruré	Glória	Homologada Decreto de 12.09.2001- 1.811 hectares
Tuxá Rodelas/Aldeia Mãe	Tuxá	350	T.I. Tuxá Rodelas	Rodelas	Terra a ser adquirida através do Decreto presidencial - desapropriação CHESF

Tumbalalá	Tumbalalá	582	T.I.Tumbalalá	Abaré Curaçá	Em fase de regularização
TOTAL		1671			

Fonte: Fundação Nacional do Índio/FUNAI - Coordenação Regional Baixo São Francisco-BA, Paulo Afonso-BA.

Tabela 8 - Aldeias indígenas que não possuem terra, Território Itaparica - 2017

Aldeia	Povo	Famílias	Município	Situação Fundiária
Atikum Bento I	Atikum	40	Rodelas -BA	Sem terra
Atikum Beira Rio	Atikum	21	Rodelas –BA	Sem terra
Atikum Nova Vida	Atikum	28	Rodelas-BA	Sem terra
Atikum Nova Esperança	Atikum	40	Rodelas-BA	Sem terra
Atikum Nova Aliança	Atikum	28	Rodelas-BA	Sem terra
Nova Atikum	Atikum	10	Rodelas-BA	Sem terra
Tuxá São Francisco	Tuxá	56	Rodelas-BA	Sem terra
Tuxá – família Valério	Tuxá	10	Rodelas-BA	Sem-terra agrícola– Reassentados da CHESF/ Decreto Presidente
Tuxá Mãe	Tuxá	342	Rodelas-BA	Sem-terra agrícola– Reassentados da CHESF/ Decreto Presidente
Neo Pankararé	Pankararé	28	Rodelas-BA	Sem terra
Nova Pankararé	Pankararé	20	Rodelas-BA	Sem terra
Pankararé	Pankararé	25	Rodelas-BA	Sem terra
Kambiwá Reviver	Kambiwá	21	Rodelas-BA	Sem terra
Kambiwá	Kambiwá	10	Rodelas-BA	Sem terra
Truká Paulo Afonso	Truká	8	Paulo Afonso- BA	Sem terra
Kariri-Xokó	Kariri-Xokó	40	Paulo Afonso- BA	Sem-terra – ocupam terra do DNIT
Pankararu Gueyah	Pankararu	42	Paulo Afonso- BA	Sem terra
Tuxi	Tuxi	230	Ibó, Abaré-BA	Sem terra

Pankararu da Quixaba	Pankararu	18	Glória-BA	Sem terra
TOTAL		1017		

Fonte: Fundação Nacional do Índio/FUNAI- Coordenação Regional Baixo São Francisco-BA, Paulo Afonso-BA

5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Há, no Território, um conjunto quantitativamente expressivo e diversificado de instituições do poder público e organizações da sociedade civil diretamente envolvidas com o cotidiano das ações do Território. Importante frisar, que muitas delas atuam especificamente naquelas áreas temáticas consideradas estratégicas na implementação da política de desenvolvimento territorial.

Do poder público, além das Prefeituras, tem atuação direta na região: empresas federais de geração de energia, de desenvolvimento regional, de pesquisa agropecuária, instituições oficiais de crédito, previdência social e escritórios que respondem pelas políticas ambiental e indígena. Vinculados aos governos estaduais, existem *campus* universitário, representações de órgãos de pesquisa, de assistência técnica, extensão rural e de desenvolvimento regional.

No campo da sociedade civil, o Território conta com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e dezenas de Associações de Produtores Rurais em todos os municípios, Cooperativas Agrícolas, Colônias de Pescadores, Grupos informais de Produção e Comercialização, inclusive de produtos orgânicos, Grupos de Artesanato e Movimento de Jovens do meio rural.

Existem organizações não - governamentais de base territorial atuando no meio urbano e rural, dentre elas, o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA, Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza Desenvolvimento Humano e Agroecologia – AGENDHA.

Os povos indígenas dispõem de uma coordenação regional, e motivadas pela participação desta, nas oficinas durante o processo de construção do PTDRSS, algumas comunidades quilombolas também estão se organizando em uma coordenação regional.

6. ESTRUTURA AGRÁRIA

Considerando que a estratégia de desenvolvimento territorial tem como uma de suas diretrizes, a “ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária” e a natureza das ações previstas no eixo econômico do Plano, o êxito na implementação da política de desenvolvimento territorial na região depende, necessariamente, do tratamento que será dado à situação fundiária na área do Território no processo de planejamento materializado na construção do PTDRSS.

O primeiro passo é retratar, o mais aproximado possível da realidade, a estrutura fundiária, ou seja, identificar a quantidade, o tamanho e a distribuição social das posses e propriedades, bem como o quantitativo de terras públicas.

Ocorre que os dados oficiais disponíveis, até então, são insuficientes para o alcance desse objetivo. Isto porque os resultados do último censo agropecuário ainda não foram divulgados e os que estão disponíveis encontram-se defasados (são dados do IBGE, levantados há mais de onze anos). Apesar disso, é possível traçar um perfil geral capaz de proporcionar uma visão também geral das características da estrutura fundiária do Território.

Há três aspectos marcantes da identidade do Território de Itaparica, cujas particularidades precisam ser consideradas na abordagem da questão fundiária.

1. A grande concentração de propriedades familiares, com dimensões que variam de um e meio a seis hectares, que compõem os projetos públicos de irrigação implantados pela Chesf para reassentamento da população rural atingida pelo reservatório da hidrelétrica de Itaparica. Para cada um dos cerca de seis mil e duzentos lotes, destinados à agricultura irrigada, há uma área de terra de sequeiro com tamanho variável entre dez e vinte e cinco hectares, que somam aproximadamente cem mil hectares. Trata-se de uma quantidade de terras superior ao total de todas as áreas irrigáveis de todos os projetos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba –CODEVASF em operação no Vale do São Francisco. A situação cadastral delas está definida, pois estão tituladas em nome dos reassentados, mas ao contrário dos lotes irrigados, que são individualizados, elas estão registradas em regime condominial, isto é, cada proprietário de um lote irrigável é também proprietário de uma fração ideal de dez ou vinte e cinco hectares nas áreas de sequeiro. Na prática, há indefinições porque

nem todas as áreas estão demarcadas, algumas estão sendo ocupadas por terceiros, e, no geral, não há entendimento a respeito de como utilizá-las em regime de condomínio. Por tudo isso, elas estão se constituindo em motivo de conflitos, inclusive entre os próprios reassentados, quando deveriam estar sendo adequadamente integradas à utilização produtiva das parcelas irrigadas.

2. O segundo aspecto, fora dos reassentamentos, consiste na existência de um número expressivo de áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais.

No que diz respeito aos povos indígenas, existem áreas que embora estejam fisicamente definidas, e plenamente reconhecido o direito de seus ocupantes sobre elas, ainda há pendências a serem resolvidas. Outras se encontram em processo de reconhecimento e demandam acuidade no sentido de compatibilizar os legítimos interesses, tanto dos grupos que as reivindicam com base na afirmação de suas origens étnicas, quanto os daqueles que não invocam essa condição étnica, mas as ocupam de boa-fé, estabelecendo suas famílias, criando raízes e recriando sua identidade territorial. Em relação às comunidades tradicionais, há referências a comunidades de fundo de pasto, mas não há elementos suficientes a confirmar isso. As comunidades de fundo de pasto, tal como existem no Território Sertão do São Francisco e que reivindicam seu reconhecimento como comunidades tradicionais, assim se afirmam em função de suas características de natureza sociocultural, do tipo e modo como desenvolvem suas atividades produtivas e, sobretudo, da forma como lidam com os recursos naturais da caatinga. No caso do Território de Itaparica ainda não há comunidades identificadas com tais características. O que não significa que elas não existam, mas tão somente que se faz necessário a realização de um trabalho criterioso, no sentido de identificá-las, algo a ser feito mediante diagnóstico da situação fundiária. Mais visível, no tocante às comunidades tradicionais, são alguns grupos que estão se afirmando como remanescentes de quilombos, algumas tiveram recentemente o seu reconhecimento, quatro comunidades em Abaré. Mesmo assim, há necessidade de um trabalho visando identificar e mobilizar todas as comunidades passíveis de serem enquadradas na legislação que define a política de apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Também neste caso, o tratamento mais adequado seria a realização de um diagnóstico com a

finalidade específica de fazer a caracterização fundiária das áreas dessas comunidades.

3. O último aspecto são as ilhas existentes no Lago de Itaparica e as terras localizadas nas suas margens. A efetivação de muitas das propostas do PTDRS, numa perspectiva realmente sustentável, dependerá da política que será adotada para a gestão dos recursos hídricos e do solo no Lago, ou seja, assim como a água, o uso dessas terras deverá ser devidamente planejado.

Por isso, numa eventual ação de ordenamento fundiário no Território elas não deverão ser excluídas de tal processo, apesar do domínio das ilhas e da faixa que margeia o Lago já estarem definidas em lei.

Fora das áreas dos perímetros irrigados a realidade é outra, semelhante à das outras microrregiões do Submédio São Francisco, originada do processo histórico de confronto entre o sistema de sesmarias e os indígenas, posteriormente a resistência dos camponeses excluídos do acesso à terra. As sesmarias eram vastas extensões de terras concedidas aos “amigos do Rei” como as famílias Garcia d’Ávila (Casa da Torre) com 260 léguas a partir da foz do Rio São Francisco e Guedes de Brito agraciada com uma possessão que se estendia de Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina, até à nascente do Rio das Velhas, no Estado de Minas Gerais.

A estrutura fundiária do Território de Itaparica, vigente nas áreas de sequeiro, é o resultado da decadência das sesmarias provocada, em muito, pela resistência camponesa, conforme registra o historiador Alberto Passos Guimarães no livro *Quatro séculos de Latifúndio* (1981):

“Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões se limitavam às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semiexplorados. A força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se”

A realidade resultante desse processo é caracterizada por uma profunda desigualdade na distribuição social da terra e pela generalizada existência de vastas áreas devolutas.

O quantum dessa terra está ocupado e quem são seus ocupantes não se sabe totalmente. Rodelas é o município com maior porcentagem de terras devolutas, 81,10%, seguido de Macururé, 70,30%, Glória, 63,50%, Chorrochó, 54,19%, Paulo Afonso, 46,06 e Abaré com 30,46%.

Quanto à distribuição, os dados revelam uma enorme concentração nas mãos dos grandes proprietários. Os 27 imóveis classificados como grandes propriedades, correspondem a apenas 0,2% do total de 13.636 dos imóveis, e, no entanto, concentram 21,6% de todas as terras cadastradas, enquanto as 12.964 propriedades enquadradas na categoria de minifúndios, que representam 94,9% daquele total, detêm somente 45,8% delas. A profunda desigualdade na distribuição social das terras nos municípios do Território Itaparica, expressa na disparidade dos seus números pode ser visualizada na Tabela 9.

Tabela 9. Distribuição social da terra no Território Itaparica (ha). Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2006, modificado.

MUNICÍPIO	Total		Grande		Média		Pequena		Minifúndio		Não	
			Propriedade		Propriedade		Propriedade				Classificado	
	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área	Imóveis	Área
Abaré	1.180	117.792	9	39.986	19	8.138	237	27.457	1.598	41.515	17	694
Chorrochó	2.621	121.319	10	23.317	39	16.847	253	27.996	2.291	53.008	28	150
Glória	3.317	41.656	1	8.010	5	2.474	40	4.428	3.247	26.740	24	2
Macururé	2.058	83.190	4	17.951	19	7.334	169	20.460	1.793	37.442	73	2
Paulo Afonso	3.599	90.278	2	5.261	32	14.402	165	18.562	3.270	51.998	130	53
Rodelas	881	48.676	1	14.074	5	2.200	108	12.578	765	19.824	2	0

Atualmente, na área do Território, existem 03 acampamentos de sem terras: 01 no município de Abaré, 02 no município de Rodelas, margeando a BA-210 e um projeto de assentamento, conforme tabela 10.

Tabela 10. Projetos de Assentamentos no Território Itaparica. Fonte: INCRA, 2007. Modificado.

Município	Projetos de Assentamento	Área (ha)	º. Famílias assentadas	Média da relação área / família(ha)	Obtenção	
					Data	Forma
Abaré	Antonio Conselheiro IV	9.755,12	277	35,2	07.02.2002	Desapropriação
Chorrochó	-	-	-	-	-	-
Glória	-	-	-	-	-	-
Macururé	-	-	-	-	-	-
Paulo Afonso	-	-	-	-	-	-
Rodelas	-	-	-	-	-	-

7. ASPECTOS ECONÔMICOS

7.1 Finanças Públicas Municipais

O Produto Interno Bruto - PIB dos municípios do Território de Itaparica é originado nas arrecadações sobre a agropecuária, indústria e serviços. Os dados reunidos em percentual, a partir dos órgãos de pesquisa, permitem verificar que o valor adicionado dos Serviços vem em primeiro lugar com uma média de 66%; em segundo lugar a Indústria com 23% e, em terceiro lugar, vem a Agropecuária com 5% do PIB, muito embora seja essa a vocação original e mais antiga do Território, como pode ser visto na Tabela 11.

Tabela 11 - Produto Interno Bruto, por setores de atividade econômica, em milhares de reais, a preços correntes, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2013.

UF / Território / Município	Produto Interno Bruto (R\$ 1.000)	Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1.000)	Valor adicionado			Administração pública ² (R\$ 1.000)	Impostos sobre produtos (R\$ 1.000)
			Agropecuária (R\$ 1.000)	Indústria (R\$ 1.000)	Serviços ¹ (R\$ 1.000)		
Bahia	204.265	13.586	13.139	36.471	128.043	36.531	26.570
Itaparica_total	1.817	10.047	93	414	1.195	466	115
Abaré	93	4.874	5	4	80	52	4
Chorrochó	56	4.868	4	3	47	30	2
Glória	114	7.139	38	8	65	42	4
Macururé	38	4.492	3	1	33	23	1
Paulo Afonso	1.447	12.327	20	396	930	294	101
Rodelas	70	8.100	23	3	42	25	3

Fonte: IBGE

Entre os municípios que formam o Território, Paulo Afonso apresenta maior PIB per capita em 2013 (R\$ 12.327), seguido de Rodelas (R\$ 8.100) e Glória (R\$ 7.139). O município de Paulo Afonso apresenta valor três vezes maior do que nos demais municípios, Tabela 11. Dentre os municípios de menor PIB *per capita*, aparecem Macururé (R\$ 4.492), Chorrochó (R\$ 4.868) e Abaré (R\$ 4.874). Uma análise mais detalhada desses municípios confirma que a produção agropecuária contribui no máximo com 8% do produto interno bruto, a exemplo de Macururé.

7.2 Produção Agrícola

A produção agrícola, como já indicado anteriormente, contribui pouco com a geração de riquezas medidas pelo PIB, mas certamente é dessa atividade que o nível de segurança alimentar mais depende, pois abastece as famílias rurais e urbanas.

Quando avaliada a área destinada aos processos de produção agrícola, predominavam dentre os dez principais produtos da agricultura familiar, neste estudo, configurados pelos cultivos temporários tipicamente em regime de sequeiro ou em áreas irrigadas: feijão, milho, mandioca, melancia e melão. A lavoura permanente ganha destaque a partir dos cultivos irrigados com a produção de banana, coco, manga, goiaba e maracujá, conforme demonstrativo da tabela 12.

Tabela 12 - Área (hectares) destinada ao plantio, segundo grupos de atividade econômica, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2006.

UF / Território / Município	Total	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas nativas	Aquicultura
Bahia	29.510.456	6.013.053	273.575	3.100.376	17.767.762	927.948	11.145
Itaparica_total	239.105	41.471	1.345	6.135	169.787	11.173	150
Abaré	32.007	6.912	18	1.882	23.193	-	X
Chorrochó	48.614	3.260	X	380	28.488	8.599	X
Glória	21.825	10.949	305	821	8.890	711	52
Macururé	54.214	2.606	99	314	49.350	967	-
Paulo Afonso	58.081	16.422	923	1.126	38.553	779	98
Rodelas	24.364	1.322	X	1.612	21.313	117	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

O valor da produção das culturas temporárias, demonstrado na tabela 13, apontam como mais representativos por ordem de grandeza, os cultivos de melancia, mandioca e feijão, sendo o município de Glória responsável pelo maior desempenho econômico nesse contexto produtivo, de acordo com a tabela 13.

Tabela 13 - Valor da produção da lavoura temporária (em R\$ 1.000), segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2014.

UF / Território / Município	Total	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Melão	Milho (em grão)
Bahia	7.843.625	327.614	518.031	101.772	27.974	807.380
Itaparica_total	3.844	337	888	2.316	23	280
Abaré	168	83	-	-	-	85
Chorrochó	-	-	-	-	-	-
Glória	3.427	115	888	2.316	-	108
Macururé	3	2	-	-	-	1
Paulo Afonso	246	137	-	-	23	86
Rodelas	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Em relação ao valor da produção gerado pelo cultivo das lavouras permanentes, destacam-se o coco, a banana e a manga. Sendo o coco a cultura responsável por 89% da renda auferida por essa atividade, com Rodelas liderando com quase a totalidade desse produto, segundo a tabela 14. Esses números são oriundos em sua maioria dos perímetros irrigados do reassentamento Itaparica, municípios de Rodelas, Glória e Abaré.

Tabela 14 - Valor da produção da lavoura permanente (em R\$ 1.000), segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2014.

UF / Território / Município	Total	Banana (Cacho)	Coco-da-baía	Goiaba	Mamão	Manga	Maracujá
Bahia	4.804.012	777.824	225.033	11.057	748.596	227.302	322.009
Itaparica_total	43.395	3.439	38.669	134	70	1.058	25
Abaré	714	570	-	-	-	144	-
Chorrochó	-	-	-	-	-	-	-
Glória	3.223	2.736	53	26	-	383	25
Macururé	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Afonso	486	133	195	88	-	70	-
Rodelas	38.972	-	38.421	20	70	461	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

7.3 Produção Pecuária

A produção pecuária do Território destaca-se pela diversidade de exploração e predomínio dos rebanhos de caprinos e ovinos, tabela 15.

- Abaré maior rebanho caprino, 37.503 e ovino, 29.609.
- Em segundo lugar rebanho caprino; Macururé, 19.020 e ovino; Paulo Afonso, 15.402.
- Glória se destaca pela criação de galinhas; 36.040.

Tabela 15. Efetivo dos rebanhos nos Municípios do Território Itaparica. Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2005.

Municípios	Caprinos	Ovinos	Galos, fran- cos e pintos	Galinhas	Bovinos	Suínos
Bahia	102.174	72.506	70.256	46.222	31.652	5.341
Abaré	37.503	29.609	4.315	2.876	4.189	795
Chorrochó	10.640	10.447	1.883	1.256	5.163	140
Glória	9.912	3.345	5.482	36.040	3.273	572
Macururé	19.020	5.860	142	94	1.932	98
Paulo Afonso	13.719	15.403	58.374	5.918	14.189	3.654
Rodelas	11.380	7.842	60	38	2.906	82

Quanto ao valor auferido pelas atividades no que diz respeito aos produtos de origem animal, destacam-se os municípios de Paulo Afonso pela produção de leite de gado, 1956 litros, com um valor bruto da produção de R\$ 1.134.567,00, a partir de um rendimento médio de 1,23 l/vaca/dia, considerado de muito baixo desempenho produtivo, conforme tabela 16. Glória destaca-se pela produção de ovos, 698 mil dúzias, com um valor agregado de R\$ 1.256.832,00. Paulo Afonso

domina ainda a produção de mel de abelhas, 67.717 Kg de mel, agregando um valor bruto de R\$ 253.939,00 pela atividade, conforme tabela 16.

Tabela 16. Quantidade e valor dos produtos de origem animal, nos Municípios do Território Itaparica. Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2005. Adaptado.

Municípios	Produção de leite				Produção de ovos de galinha		Produção de mel de abelhas		Produção de ovos de codorna	
	Vacas ordenhadas	Quant. (1000 L)	Valor (reais)	média L / vaca / dia	Quant. mil dúzias	Valor (reais)	Quant. (kg)	Valor (reais)	Quant. mil dúzias	Valor (R\$)
Bahia	8.713	3.601	1.918.164	1,13	760	1.372.620	72.049	266.286	47	27.405
Abaré	1.047	471	212.018	1,23	17	30.198	1.055	3.007	-	-
Chorrochó	1.291	349	156.857	0,74	8	13.188	1.027	2.927	-	-
Glória	818	368	195.093	1,23	698	1.256.832	1.080	3.078	-	-
Macururé	483	130	62.597	0,74	1	987	220	627	-	-
Paulo Afonso	4.347	1.956	1.134.567	1,23	36	71.016	67.717	253.939	47	27.405
Rodelas	727	327	57.032	1,23		399	950	2.708	-	-

Finalmente, vale destacar, que o modo de criação de bovinos, caprinos, ovinos e até suínos é tocado pela mão de obra familiar, acima de 80% em relação ao total de mão de obra ocupada, (IBGE, 2006). O regime de criação é extensivo, nas imensas áreas devolutas e abertas indicadas no capítulo seis (Estrutura Agrária). Os pastos são em sua maioria nativos, ou seja, há o predomínio da caatinga. É comum, também, existirem pastos cercados e associados aos cultivos anuais, que são as roças de inverno. Após a colheita, os restos das culturas servem de suplemento e a estrutura dos cercados para apoiar o manejo alimentar e o trato sanitário do criatório.

Após a produção, os limitantes são relativos à ausência e inadequação dos abatedouros existentes, principalmente para caprinos e ovinos. De um modo geral, a ausência de assistência técnica ampliada e de uma programação sincronizada de eventos de capacitação e exposição limita a articulação e envolvimento, que poderiam propiciar o aperfeiçoamento de uma produção sustentável e adaptada às condições semiáridas. A quantidade de ATER ofertada através de entidades contratadas pelo Estado para essa finalidade ainda é incipiente. Numa demanda de aproximadamente 8.000 famílias, apenas 1.200 são atendidas através dos programas da SDR/BAHIATER, tendo como entidade executora a AGENDHA – Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza Desenvolvimento Humano e Agroecologia, contrato 025/2015 e o programa SDR/BAHIA PRODUTIVA, também executado pela AGENDHA através do contrato 031/2017. Ainda nesse contexto, a

BAHIA PESCA presta serviços de ATER a pescadores e piscicultores do território, inclusive através do programa SDR/BAHIA PRODUTIVA com a terceirização dos serviços via Cáritas.

Com referência à criação de abelhas, a ausência de mais estudos sobre a produção, beneficiamento, comercialização, flora apícola e as abelhas nativas limitam o planejamento de capacitações e investimentos na produção, beneficiamento e comercialização desse sistema produtivo.

7.4 Produção Pesqueira

A produção pesqueira no Território Itaparica é composta prioritariamente de pesca artesanal, legado da história da ocupação do Rio São Francisco. Porém, a construção das barragens terminou com parte do ciclo natural das águas que regia a reprodução dos peixes. Os principais prejuízos estão relacionados à reprodução dos peixes que dependem da piracema e ao fato de que as cheias favoreciam a sua alimentação, pois davam acesso à vegetação e aos restos culturais, ora submersos, e com a barragem deixaram de ocorrer.

Um dos exemplos mais significativos do impacto sofrido pelo Bioma fluvial foi na reprodução do Dourado (*Salminus brasiliensis*). O trecho do livro “Semiárido - uma visão holística” de Roberto Malvezzi, transcrito abaixo, explica claramente os prejuízos à pesca artesanal sofrido pelas barragens:

“Abaixo de Sobradinho o rio não é mais rio, mas uma sucessão de barragens. Os peixes de piracema desapareceram. O rio foi transformado no que os olhos mercadores gostariam que fosse – um canal sem vida, pois as águas não contêm mais alimentos. Entre uma barragem e outra, não há espaço para que os peixes migrem e se reproduzam. Entendamos por que isso é grave. O dourado, por exemplo, precisa de um trajeto de, pelo menos, 500 quilômetros para desovar e reproduzir-se.

Quando chegam as águas novas, é como se despertasse o ciclo da vida. Os cardumes começam migrar rio acima, contra a corrente. Só quando atingem a exaustão é que as glândulas liberam os hormônios. Então as fêmeas colocam os ovos na água e o macho, o esperma. Ocorre a fecundação. Em quinze horas, a nova vida eclode, e os alevinos são carregados pela correnteza para as lagoas marginais. Ali permanecem durante um ano, até se tornarem peixes jovens. Na cheia seguinte, quando o rio sobe novamente, novos alevinos são carregados para as lagoas, exatamente quando os peixes jovens saem para o leito

do rio. Assim acontece o ciclo da vida. Porém, com as barragens, o ciclo pode ser interrompido definitivamente. Os indivíduos envelhecem e, em poucos anos, a espécie está extinta.” Roberto Malvezzi. Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: Confea, 2007.

A produção pesqueira no Rio São Francisco vem declinando nas últimas décadas devido às barragens, redução do fluxo de água nas lagoas marginais, impedimento da piracema, desmatamento da vegetação natural e a destruição das matas ciliares, além da poluição proveniente dos esgotos domésticos e dos insumos adotados nas “modernas” atividades agrícolas (MMA, 2007).

Apesar deste cenário nada animador, a pesca artesanal continua sendo exercida por um expressivo contingente de pescadores. O Censo Estrutural da Pesca publicado pelo MMA, em 2007, tabela 17, indica um número significativo de pescadores artesanais em Itaparica, segundo o banco de dados da Secretaria Especial da Pesca - SEAP (MMA, 2007).

Tabela 17. Dados relativos aos pescadores, embarcações e locais de desembarque do pescado no Território Itaparica, conforme os municípios. Fonte: Censo Estrutural da Pesca, MMA em 2007. Modificado.

Municípios	Nº. pescadores colonizados	Nº. pescadores cadastrados SEAP-2007*	Nº. de Produtores**	Canoa		Nº. de locais de desembarque
				Remo	Motorizada	
Glória	520	74	-	77	1	7
Paulo Afonso	-	5	-	11	-	3
Rodelas	-	53	-	81	1	6
Chorrochó	161	85	-	77	-	2

Ainda segundo o mesmo Censo, as principais espécies capturadas pelas redes são: Pescada (*Plagioscion* spp.), Tilápia (*Oreochromis niloticus*), Piranha (*Pygocentrus piraya* e *Serrasalmus* spp.), Curimatã (*Prochilodus* spp.), Traíra (*Hoplias malabaricus*), Tucunaré (*Cichla* spp.), Apaiari (*Astronotus ocellatus*), Piau Verdadeiro (*Leporirus elongatus*), Tambaqui (*Colossoma macropomum*) e Surubim (*Pseudoplatystoma coruscans*).

Os dados sobre o pescado desembarcado e o esforço de pesca empregado são escassos, dispersos e pouco consistentes, além de não contemplarem séries históricas, dificultando o diagnóstico mais preciso sobre a pesca. Portanto, não se conhece a produção anual da pesca artesanal por espécie ou grupos de espécies, o que pressupõe ainda não existir suficiente organização nesse sistema de produção para fazer essas medições.

A aquicultura se faz presente na região, principalmente aquela praticada em tanques - redes, dentro dos grandes reservatórios, fato que tem merecido especial atenção nos últimos anos. Basta saber que mais de vinte estações de piscicultura voltadas para a produção de alevinos estão em pleno funcionamento em toda a bacia do Rio. A criação para engorda de tilápia de forma intensiva em tanque-rede se localiza em Itaparica e no Lago Moxotó nos municípios de Glória, Rodelas e Paulo Afonso. O município de Glória desponta como um dos maiores produtores nacional de tilápia.

7.5 Sistemas Produtivos

Uma das combinações típicas de produção vegetal e animal dos agricultores familiares, no Território, constitui-se, desde a colonização, na criação animal e na utilização dos restos de cultura, como já detalhado no capítulo sobre a pecuária.

Uma combinação mais recente e decorrente da instalação dos perímetros irrigados é a aplicação de esterco animal nas áreas de hortifruticultura, sendo também com essa intenção que os reassentados possuem área de sequeiro para a criação animal associada à agricultura irrigada. Tanto nos lotes irrigados como nas margens do Rio existe o cultivo de capineiras irrigadas que servem para a complementação da alimentação animal.

7.6 Beneficiamento da produção

De um modo geral, as estruturas de beneficiamento voltadas para a produção da agricultura familiar são poucas e representam uma etapa a ser desenvolvida nos sistemas de produção. Porém, existem iniciativas que devem ser citadas:

- Em Glória existem algumas estruturas como despoldadeira de frutas, casa de farinha e casa de mel;

- Em Paulo Afonso existe um matadouro público, diversas casas de farinha, unidades de beneficiamento de pescado e salgadeira de couro;
- Em Abaré, o Governo do Estado está construindo uma fábrica de doces de frutas;

A caprinocultura, bovinocultura e a aquicultura não contam com unidades de apoio e beneficiamento dos seus subprodutos, a exemplo de um curtume, queijaria, produção de alevinos, filetagem do pescado e fábrica de gelo. Também não existem beneficiadoras de castanha de caju e de coco seco.

7.7 Atividades não agrícolas

A atividade não agrícola desenvolvida no meio rural que mais chama a atenção no Território é o artesanato, a exemplo da tecelagem em Malhada Grande e Rio do Sal, comunidades de Paulo Afonso. É uma produção em que se destaca pela produção de redes, mantas, tapetes e colchas que são exportados para diversos Estados brasileiros e até para outros países.

Existem várias outras iniciativas de artesanato em cerâmica, madeira, sementes, couro e palha, feitas por comunidades tradicionais e indígenas. Os grupos de artesanato estão localizados nas tribos indígenas Tumbalalá, Pankararés, Pankararus, Xucurus e Kariris, dentre outras;

Existe um potencial ainda pouco explorado que é o turismo associado à religião, artesanato, etnias indígenas e à história da região, que pode ser muito bem desenvolvido e contribuir para o incremento da renda familiar. Na mesma direção existe o potencial eco turístico, com belezas naturais “intocadas e tocadas”, que existem na maioria dos municípios O Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco (MMA, 2006) descreve as possibilidades de turismo sustentável.

A região guarda histórias e personagens pertencentes ao Cangaço - Lampião, Angiquinho de Delmiro Gouveia, personagens que se misturam à história da ocupação do semiárido, batalhas travadas entre os índios e os brancos, negros que fugiam da escravidão, o extrativismo e as belezas do bioma caatinga recortadas pelo Rio São Francisco, uma região de lagos naturais e artificiais, um cenário enriquecido com as mais belas paisagens de canyons e cachoeiras e águas que servem à

geração da energia elétrica para garantir o abastecimento, a produção e avanços tecnológicos no Nordeste brasileiro.

Todo esse cenário é, sem dúvidas, uma oportunidade de mercado para apresentação de produtos turísticos confeccionados pelos diversos públicos.

Porém, serão necessários investimentos para a organização e desenvolvimento socioeconômico das populações, além da necessidade de uma infraestrutura para implementar serviços de recepção, transporte, hospedagem, alimentação, apoio, segurança, locação de veículos, barcos, entretenimento e comunicação. Ou seja, um planejamento que inclua os agricultores familiares, ribeirinhos, colonos, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

7.8 Extrativismo

A Pesquisa Pecuária Municipal IBGE (2002) indica que são extraídos os seguintes produtos no Estado da Bahia: castanha do caju, umbu, carvão vegetal, lenha, licuri e angico. Por outro lado, está presente a extração de madeira em toras, informação que ajuda a compreender a existência do núcleo de desertificação indicado pelo (MMA, 2007).

A extração de umbu (*Spondias tuberosa*), planta nativa da caatinga, tem um enorme potencial, pois é utilizado na alimentação das famílias e no processo de comercialização, uma vez que pode ser transformado em diversos subprodutos: doces, geléias, polpas. Porém, as pesquisas apontam que os umbuzeiros existentes em todos os municípios do Território não vêm se renovando, devido à ação predatória da pecuária extensiva. Isto porque as plantas jovens são consumidas no pastejo, o que demanda um manejo adequado para favorecer a renovação dessa fruteira da caatinga.

O cajueiro (*Anacardium occidentale*), planta nativa brasileira, é elemento importante em boa parte dos municípios do Território, principalmente nas regiões de areia, onde ocorre a catação da castanha do caju. A castanha é utilizada tanto na alimentação das famílias como no processo de comercialização, principalmente nas feiras. De forma semelhante, o fruto do licurizeiro (*Syagrus coronata*), planta nativa, é um alimento bem utilizado nas comunidades, sobretudo pela população indígena.

7.9 Assistência Técnica e Capacitação

Os serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, no Território, assim como na maioria dos municípios brasileiros, sofreram um desmonte a partir da década de 1990 (Sepulcri, 2005).

Apesar de todos esforços do Governo Federal nos últimos governos, 2003 a 2016, no sentido da reativação dos referidos serviços, ainda são incipientes os ofertados frente aos desafios da grande demanda estabelecida pela agricultura familiar. De aproximadamente 8.000 famílias de agricultores/as familiares do território, apenas 1.200 são atendidas através dos programas da SDR/BAHIATER, tendo como entidade executora a AGENDHA – Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza Desenvolvimento Humano e Agroecologia, contrato 025/2015 e o programa SDR/BAHIA PRODUTIVA, também executado pela AGENDHA através do contrato 031/2017. Ainda nesse contexto, a BAHIAPESCA presta serviços de ATER a pescadores e piscicultores do território, inclusive através do programa SDR/BAHIA PRODUTIVA com a terceirização dos serviços via Cáritas.

No âmbito dos perímetros irrigados CHESF/CODEVASF, que envolve principalmente os municípios de Abaré, Glória e Paulo Afonso, os serviços de ATER foram suspensos desde 2015 e continuam sem perspectivas de retorno até então. Com uma demanda efetiva por se tratar de áreas irrigadas que produzem durante os 12 meses do ano, isso se reflete em processos desordenados de condução das culturas, por falta de avaliação de parâmetros produtivos, que na agricultura convencional prospectam a utilização massiva de insumos agroquímicos solúveis sintéticos e principalmente agrotóxicos, com prejuízos imensos do ponto de vista econômico e ambiental e da saúde dos agricultores/as e consumidores, quando não se tem um acompanhamento adequado dessa atividade.

7.10 Crédito Rural

Não existe uma sistematização de experiências bem sucedidas em relação à boa aplicação de crédito, nem também um desencadeamento do desenvolvimento por meio dele. Ainda predomina a ideia do crédito agrícola como um instrumento de acesso ao dinheiro, enquanto uma solução imediata aos problemas dos

empreendimentos. De modo geral, não há um planejamento da aplicação, associada ao planejamento global do empreendimento.

O Plano Safra ainda é um instrumento desconhecido por grande parte dos agricultores, ainda que se trate de uma política pública governamental com relativa divulgação. Essa realidade compromete a eficiência e eficácia da aplicação da política do referido Plano, colocando como perspectiva a necessidade de, num futuro próximo, abrir processos de renegociação ou endividamento de parte significativa de agricultores. Existe uma desconexão da política de crédito com outras políticas, ocorrendo a aplicação de projetos de crédito sem assistência técnica suficiente nem capacitação dos agricultores

8. SERVIÇOS SOCIAIS E DE APOIO À PRODUÇÃO

8.1 Educação

Analisando dados do IBGE referentes à educação no Território de Itaparica, dados de 2000 e 2010, constata-se um quadro de extrema precariedade quando se avalia os percentuais de analfabetismo por exemplo. O Território de Itaparica tanto em 2000 como em 2010 apresenta percentual médio de analfabetismo acima da média do Estado da Bahia, 24,1% e 19,5% respectivamente, embora tenha ocorrido uma redução expressiva para ambas situações, Estado e Território. Os municípios de Glória, Abaré, Chorrochó e Paulo Afonso, apresentaram no período de 2000 para 2010 percentuais razoáveis de redução do analfabetismo, enquanto que Macururé e Rodelas não acompanharam esse desempenho, embora possuam percentuais menores que outros que tiveram redução significativa (Glória, Abaré, Chorrochó), conforme tabela 18.

Tabela 18 - Taxa de analfabetismo, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2000 e 2010.

UF / Território / Município	2000	2010
Bahia	22,1	16,3
Itaparica_total	24,1	19,5

Abaré	31,9	28
Chorrochó	31,9	27,4
Glória	34,5	27,7
Macururé	26	25,6
Paulo Afonso	20,8	15,8
Rodelas	22,9	22,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Ao analisar a população que frequentava escola ou creche em 2010, verifica-se um montante significativo de estudantes considerando a população de cada um dos municípios, sendo bastante forte ainda a quantidade de estudantes que residem em um município e frequenta a escola em outro, a exemplo de Paulo Afonso, que acomodava 1540 de outros municípios, que na sua maioria são remanescentes de Glória, conforme tabela 19.

Tabela 19 - População que frequentava escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2010.

UF / Território / Município	Total	Local da escola ou creche que frequentavam		
		Município de residência	Outro município	País estrangeiro
Bahia	4.662.663	4.424.927	236.411	1.325
Itaparica_total	58.030	55.124	2.906	-
Abaré	6.157	5.847	310	-
Chorrochó	4.817	4.376	441	-
Glória	4.728	4.432	296	-
Macururé	3.362	3.170	192	-
Paulo Afonso	36.320	34.780	1.540	-
Rodelas	2.646	2.519	127	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.
Resultados da amostra. Cálculos da SEI.

Fazendo um comparativo quanto a frequência escolar bruta de crianças entre 4 e 5 anos no período de 2000 e 2010, os números demonstram avanço significativo no Território Itaparica, passando por exemplo de uma taxa de frequência em 2000 de 47,4% para 81,4% em 2010, esses números foram representativos em todos os municípios, com destaque para Glória que avançou de 46,0% no ano 2000 para 94,9% em 2010, conforme tabela 20.

Tabela 20 - Taxa de frequência escolar bruta de crianças entre 4 e 5 anos, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2000 e 2010.

UF / Território / Município	2000	2010
-----------------------------	------	------

Bahia	55,3	84,0
Itaparica_total	47,4	81,4
Abaré	45,2	75,4
Chorrochó	62,5	90,5
Glória	46,0	94,9
Macururé	56,3	88,0
Paulo Afonso	44,2	78,5
Rodelas	58,6	87,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Em se tratando da taxa de frequência escolar bruta de crianças entre 6 e 14 anos, período de 2000 a 2010, verificou-se também no território um pequeno acréscimo, sendo mais expressivos os percentuais de Glória, 87,2 para 97,4% e Macururé 89,5 para 97,1% respectivamente, conforme tabela 21.

Tabela 21 - Taxa de frequência escolar bruta de crianças entre 6 e 14 anos, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2000 e 2010.

UF / Território / Município	2000	2010
Bahia	91,8	96,9
Itaparica_total	91,3	96,6
Abaré	90,2	96,5
Chorrochó	91,6	96,6
Glória	87,2	97,4
Macururé	89,5	97,1
Paulo Afonso	92,3	96,4
Rodelas	91,4	96,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Para a faixa de idade entre 15 e 17 anos, a taxa de frequência escolar bruta precisa melhorar um pouco mais, embora o percentual de crescimento do território em 2010, 84,6% foi maior que o desempenho médio do Estado, 83,7%, conforme tabela 22. Ainda de acordo com esses números, destacam-se os municípios de Abaré, Chorrochó, Glória e Macururé com avanços percentuais consideráveis e Paulo Afonso e Rodelas destacando-se negativamente, com uma redução decimal, quase estabilizada, com menos de 80% de taxa de frequência, conforme tabela 22.

Tabela 22 - Taxa de frequência escolar bruta de jovens entre 15 e 17 anos, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2000 e 2010.

UF / Território / Município	2000	2010
Bahia	79,2	83,7
Itaparica_total	79,4	84,6
Abaré	79,0	86,0
Chorrochó	76,1	84,3
Glória	78,3	82,3
Macururé	79,5	91,8
Paulo Afonso	79,6	79,5
Rodelas	79,9	79,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Em se tratando da taxa de frequência escolar líquida para jovens entre 15 e 17 anos de 2000 para 2010, o território alcança números ainda muito baixos, 23,2% a 40,1% respectivamente, mas comparativamente aos números do Estado e principalmente a evolução de 2000 a 2010, são resultados expressivos por exemplo: os municípios de Abaré, Chorrochó, Glória e Macururé apresentaram crescimento de quase 400% de um período a outro analisado, e Paulo Afonso e Rodelas um avanço menos expressivo, conforme tabela 23.

Tabela 23 - Taxa de frequência escolar líquida de jovens entre 15 e 17 anos, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2000 e 2010.

UF / Território / Município	2000	2010
Bahia	18,0	39,0
Itaparica_total	23,2	40,1
Abaré	8,6	38,6
Chorrochó	10,1	37,5
Glória	9,0	34,9
Macururé	11,9	47,7
Paulo Afonso	30,0	40,6
Rodelas	26,1	43,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Quando avaliado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (ideb) do ensino fundamental, séries iniciais, do Território, depara-se com um quadro evolutivo de pouco avanço, considerando o período de 2009 a 2013. Rodelas é o município com melhor desempenho, com o índice de 4,8 na última amostragem, 2013. Abaré também com um avanço considerável, de 3,3 em 2009 para 4 em 2013. Apenas o município de Glória apresentou números de redução, de 4,8 para 3,6, conforme tabela 24.

Tabela 24 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino fundamental, séries iniciais, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2009 a 2013.

UF / Território / Município	2009			2011			2013		
	Estadual ³	Municipal ²	Público ¹	Estadual ³	Municipal ²	Público ¹	Estadual ³	Municipal ²	Público ¹
Bahia	3,2	..	3,5	3,8	..	3,9	4	..	3,9
Itaparica_tota	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Abaré	0	3,3	3,3	0	4	4	4	4	4
Chorrochó	0	3,3	3,3	0	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Glória	0	4,8	4,8	0	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Macururé	0	3	3	0	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
Paulo Afonso	3,6	3,7	3,7	0	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
Rodelas	2,5	3,9	3,1	2,5	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8

Fonte: MEC-Inep.

.. : dado não disponível

¹ Escolas públicas urbanas

² Escolas urbanas da rede estadual

³ Escolas urbanas da rede municipal

No que diz respeito aos índices do IDEB do ensino fundamental, séries finais, verifica-se um cenário de quase estabilidade dos índices, variando-se por exemplo de 2,7 em 2009 para 3,1 em 2013 no município de Abaré. Os demais municípios ou se estabilizaram ou tiveram acréscimos pouco representativos, e o município de Rodelas, retrocedeu de 4,1 em 2009 para 3,9 em 2013, embora seja o município com o maior índice de desempenho IDEB em 2013, conforme tabela 25.

Tabela 25 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino fundamental, séries finais, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2009 a 2013.

UF / Território / Município	2009			2011			2013		
	Estadual ³	Municipal ²	Público ¹	Estadual ³	Municipal ²	Público ¹	Estadual ³	Municipal ²	Público ¹
Bahia	2,8	..	2,9	2,9	..	3,1	3,1	..	3,2
Itaparica_tota	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Abaré	2,7	0	2,7	3,4	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
Chorrochó	2,8	3,2	3	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
Glória	0	3,4	3,4	0	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4

Macururé	2,9	0	3,2	3,4	0	0	0	0	0
Paulo Afonso	3,1	3,3	3,2	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3
Rodelas	4,3	4	4,1	3,6	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9

Fonte: MEC-

Inep.

.. : dado não disponível

¹ Escolas públicas urbanas

² Escolas urbanas da rede estadual

³ Escolas urbanas da rede municipal

As Faculdades existentes no Território, segundo dados obtidos nos seus sites, funcionam em Paulo Afonso, sendo o Campus VIII da Universidade do Estado da Bahia – UNEB com cinco cursos (Pedagogia, Matemática, Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca e Direito) e uma Faculdade de Ensino Superior (privada) com oito cursos de graduação (Administração, Sistemas de Informação, Enfermagem, Psicologia, Letras, Educação Física, Biomedicina e Direito) e onze de pós-graduação (Educação de Jovens e Adultos - EJA, Administração Hospitalar, Gestão Empresarial, Linguística Aplicada-Português, Literatura Brasileira, Análise Ambiental e Turismo, Gestão Empreendedora do Turismo, Informática na Educação, Finanças Corporativas, Marketing Estratégico, Linguística Aplicada – Inglês).

8.2 Saúde e Saneamento

É grande o fluxo de atendimento nos postos de saúde e hospitais municipais.

O número de PSF nos municípios do Território e de agentes comunitários de saúde ainda é muito reduzido, face à demanda, muito embora, nos últimos três anos, tenha havido um crescimento significativo do número de equipes de saúde da família em todo país, inclusive no Território.

Em alguns locais da área rural em que os PSF's ainda não foram implantados, o que contribuiria para tranquilizar a população, no sentido de garantir uma simples consulta médica, mostra que a população precisa se deslocar para os centros urbanos com essa finalidade. Além disso, a ausência de unidades de procedimentos de média e alta complexidade, incluindo serviços de CTI e UTIs, em municípios estratégicos do Território, tem obrigado os pacientes a se deslocarem para os grandes centros, acarretando custos no deslocamento e tratamento. O que se

espera é o funcionamento satisfatório do programa TFD - Tratamento Fora do Domicílio.

Medidas urgentes precisam ser adotadas na área da saúde, em cumprimento às metas estipuladas pela política universal do Sistema Único de Saúde - SUS, de maneira que, assim procedendo, daria a devida cobertura a situações especiais, ou seja, as vítimas de acidentes de trânsito, principalmente em Abaré, (isto acontece em decorrência do forte movimento na BR 116) e vítimas de violência, fato muito presente em alguns municípios do Território.

Por outro lado as doenças provocadas por agentes patogênicos, como a dengue, veiculada pelo inseto *Aedes aegypti*, teve um aumento significativo no período de 2009 a 2015, com o Território Itaparica saltando de 86 casos em 2009 para 1.596 em 2015. É importante ressaltar que o acréscimo maior se estabeleceu em 2015, conforme tabela 26.

Tabela 26 - Casos novos de dengue, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2009 a 2015.

UF / Território / Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	94.744	43.500	39.150	25.079	85.915	24.939	78.699
Itaparica_total	86	233	190	106	221	86	1.596
Abaré	1	4	3	1	-	3	20
Chorrochó	17	1	12	6	1	23	401
Glória	5	28	79	13	24	15	175
Macururé	-	2	7	2	1	-	375
Paulo Afonso	61	196	89	84	195	45	602
Rodelas	2	2	-	-	-	-	23

Fonte: DATASUS.

Outros casos que merecem atenção especial do poder público dizem respeito aos casos de tuberculose, que se não controlada tem uma capacidade de multiplicação bastante danosa. Ao se avaliar os números de identificados nos últimos anos, verifica-se no território uma certa estabilização dos casos, com tendência para aumento nos últimos dois anos, conforme tabela 27.

Tabela 27 - Casos novos de tuberculose, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2009 a 2015.

UF / Território / Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	7.218	6.506	6.475	4.623	6.177	6.194	5.886

Itaparica_total	62	56	44	32	42	35	48
Abaré	7	3	1	-	-	4	5
Chorrochó	-	1	-	-	3	2	-
Glória	4	6	1	1	2	1	-
Macururé	1	-	2	-	3	1	-
Paulo Afonso	50	43	40	30	33	24	40
Rodelas	-	3	-	1	1	3	3

Fonte: DATASUS.

Outo ponto avaliativo de grande importância para o bem estar de uma sociedade, está configurado na taxa de mortalidade infantil por nascidos vivos. Nesse quesito, o território Itaparica apresenta resultados significativos quando comparado os últimos anos, 2009/2015, com uma redução em quase metade dos casos, de 33,1% em 2009 para 17,4% em 2015, destaque para Paulo Afonso, com uma redução de 45,4 em 2009 para 18,1 em 2015, conforme tabela 28.

Tabela 28 - Taxa de mortalidade infantil¹, por mil nascidos vivos, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2009 a 2015.

UF / Território / Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	18,0	17,9	17,3	16,6	17,0	16,9	16,4
Itaparica_total	33,1	30,4	27,5	21,1	19,7	14,3	17,4
Abaré	2,9	3,3	30,9	18,9	6,9	9,4	21,3
Chorrochó	..	5,6	34,5	11,1	26,5	12,3	18,8
Glória	..	..	22,1	20,4	23,8	21,8	7,9
Macururé	16,4	16,5	29,1	9,7	9,8	17,9	8,7
Paulo Afonso	45,4	40,6	18,0	21,6	13,9	17,9	18,1
Rodelas	..	..	19,5	13,6	7,4	24,4	..

Fonte: DATASUS.

Quando analisado os casos de taxa de mortalidade em menores de 5 anos, segundo os municípios do Território Itaparica, período de 2009 a 2015, verificou-se um decréscimo de 24,4% para 19,8% em 2015, com destaque para redução ocorrida em Macururé de 41% em 2009 para 8,7% em 2015, conforme tabela 29.

Tabela 29 - Taxa de mortalidade infantil¹ em menores de 5 anos, por mil nascidos vivos, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2009 a 2015.

UF / Território / Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	21,1	21,0	20,3	19,0	19,3	19,2	18,8

Itaparica_total	24,4	23,4	23,6	22,7	21,8	15,8	19,8
Abaré	17,5	22,6	37,8	25,2	6,9	9,4	24,8
Chorrochó	50,8	22,0	40,2	11,1	33,1	24,5	25,0
Glória	21,2	23,7	22,1	28,6	23,8	21,8	7,9
Macururé	41,0	16,3	29,1	9,7	9,8	17,9	8,7
Paulo Afonso	22,2	23,0	19,0	22,7	15,6	20,1	20,1
Rodelas	6,5	39,5	19,5	13,6	7,4	30,5	..

Fonte: DATASUS.

Uma das grandes deficiências da saúde nos municípios do Território está relacionada a quantidade de profissionais de saúde que atuam no referido Território. Por exemplo quando analisado a quantidade de enfermeiros que atuam nos diversos municípios, se identifica em 2015 apenas 136 profissionais envolvidos com os atendimentos pertinentes, estando a grande maioria lotados em Paulo Afonso, com 90 profissionais, que é muito pouco para o efetivo da demanda dessa área. De 2010 para 2015 alguns municípios se destacaram na contratação desses profissionais a exemplo de Chorrochó que passou de um efetivo de 5 profissionais em 2010 para 13 em 2015, Abaré de 10 para 16 e Paulo Afonso de 60 para 90. Glória, Macururé e Rodelas, praticamente estáveis, conforme tabela 30.

Tabela 30 - Profissionais de saúde, enfermeiros, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2010 a 2015.

UF / Território / Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	9.289	10.126	10.943	12.314	13.325	13.879
Itaparica_total	90	103	119	130	139	136
Abaré	10	10	10	15	16	16
Chorrochó	5	7	12	12	14	13
Glória	6	7	7	7	10	7
Macururé	5	4	5	5	5	5
Paulo Afonso	60	72	82	88	89	90
Rodelas	4	3	3	3	5	5

Fonte: DATASUS.

No que se refere ao efetivo de médicos, segundo os municípios do Território de identidade Itaparica, ainda que insuficiente, apresentou uma evolução importante, principalmente em Paulo Afonso, que passou de 103 em 2010 para 134 em 2015.

No território esse número evoluiu de 127 em 2009 para 165 em 2013, não sendo suficiente para atendimento da demanda da população, conforme tabela 31.

Tabela 31 - Profissionais de saúde, médicos, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2010 a 2015.

UF / Território / Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	14.260	13.938	14.329	15.320	16.440	16.643
Itaparica_total	127	139	147	149	170	165
Abaré	10	6	8	6	7	7
Chorrochó	4	4	5	4	6	6
Glória	6	7	8	11	15	9
Macururé	2	6	5	5	7	5
Paulo Afonso	103	113	120	120	129	134
Rodelas	2	3	1	3	6	4

Fonte: DATASUS.

Quando se trata de leitos hospitalares, deparamos com uma tragédia. É crescente o fluxo de pacientes para outros grandes centros e capitais do nordeste, principalmente para Salvador, Aracaju, Maceió e Recife, por falta de leitos e de condições de suporte a emergências, a exemplo de equipamentos com capacidade de atendimento e manutenção adequada dos quadros clínicos/cirúrgicos específicos, UTI por exemplo, evidenciados anteriormente. Analisando a tabela 32, verifica-se que nos últimos 3 anos esse quadro não avançou como devido, de 205 leitos públicos em 2013 para 221 em 2015. Os 26 leitos particulares existentes hoje são os mesmos de 2013.

Tabela 32 - Leitos hospitalares, segundo dependência administrativa, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2013 a 2015.

UF / Território /	2013	2014	2015
-------------------	------	------	------

Município	Público	Particular	Público	Particular	Público	Particular
Bahia	24.969	5.328	24.410	5.452	23.348	5.658
Itaparica_total	205	26	221	26	221	26
Abaré	24	-	24	-	24	-
Chorrochó	11	-	15	-	15	-
Glória	-	-	-	-	-	-
Macururé	31	-	38	-	38	-
Paulo Afonso	139	26	144	26	144	26
Rodelas	-	-	-	-	-	-

Fonte: DATASUS.

Em se tratando de um território onde a agricultura irrigada convencional se destaca nos perímetros irrigados do reassentamento Itaparica e nos cultivos também irrigados a margem do rio, com base na utilização intensiva de insumos agroquímicos sintéticos, principalmente com o uso de agrotóxicos, é importante se avaliar a extensão dos casos danosos de intoxicação em função dessa prática produtiva. É importante destacar que normalmente os atendimentos médicos nos diversos municípios, não estão organizados no sentido de avaliação desse tipo de situação. Normalmente casos de intoxicação com agrotóxicos são confundidos com outros tipos de intoxicação, na maioria das vezes não se contabilizando os casos e principalmente não adequando o tratamento que a especificidade requer. A tabela 33, expressa os casos contabilizados em 2015 de intoxicação por agrotóxicos, com um total de 171. Os municípios de Abaré, Glória, Paulo Afonso e Rodelas, embora apresentem números relativamente pequenos, na verdade devem estar representando apenas aqueles relatados com bastante ênfase. O que é preocupante são os números silenciosos que não se evidenciam nos diversos atendimentos contabilizados como de outra natureza, conforme enfoque anterior.

Tabela 33 - Casos notificados por utilização de agrotóxicos, segundo municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2015.

UF / Território /	2015
-------------------	------

Município	Ign/Branco	Inseticida	Herbicida	Carrapaticida	Raticida	Fungicida	Preserv. madeira	Outro	Não se aplica	Total
Bahia	3.261	152	33	5	44	8	1	13	11	3.528
Itaparica total	156	11	2	-	1	-	-	1	-	171
Abaré	120	3	2	-	-	-	-	1	-	126
Chorrochó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Glória	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Macururé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Afonso	22	1	-	-	1	-	-	-	-	24
Rodelas	10	7	-	-	-	-	-	-	-	17

Fonte: DATASUS.

A base de avaliação da saúde de uma população, dentre outras também importantes, é medida principalmente pelo tipo de esgotamento sanitário existente. A tabela 34 apresenta o resultado avaliativo do tipo de esgotamento sanitário do Território, tendo como parâmetros indicativos os relacionados na referida tabela, sendo a rede geral de esgoto e pluvial, com 29.206 domicílios atendidos o de maior representatividade. Em segundo lugar com 7.812 atendimentos, destaca-se o tipo fossa rudimentar.

Tabela 34 - Domicílios¹ por tipo de esgotamento sanitário, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2010.

UF / Território / Município	2010					
	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro
Bahia	1.861.808	262.411	1.405.790	110.806	64.347	73.134
Itaparica_total	29.206	2.167	7.812	1.338	719	1.410
Abaré	1.364	667	890	293	29	169
Chorrochó	735	52	785	286	-	29
Glória	607	247	2.055	377	14	229
Macururé	13	13	1.236	65	30	161
Paulo Afonso	24.868	996	2.699	300	646	807
Rodelas	1.619	190	146	17	-	15

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Quanto ao acesso a água, a tabela 35, contabiliza em 2010 os diversos tipos de abastecimento no Território Itaparica, destacando-se a rede geral de distribuição de água com atendimento de 37.867 domicílios o mais representativo, seguido de carro pipa com 2.638 atendimentos e poços ou nascentes fora da propriedade com 1.953 atendimentos. É importante ressaltar que municípios como Chorrochó e Macururé

ainda dependem muito da utilização do carro pipa, demonstrando uma necessidade premente de intervenção do poder público, no sentido do atendimento dessa demanda.

Tabela 35 - Domicílios por forma de abastecimento de água, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2010.

UF / Território / Município	2010								
	Rede geral de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Poço ou nascente fora da propriedade	Carro-pipa	Água da chuva armazenada em cisterna	Água da chuva armazenada de outra forma	Rios, açudes, lagos e igarapés	Outra	Poço ou nascente na aldeia
Bahia	3.273.432	222.306	209.862	61.540	113.409	17.994	112.009	79.483	613
Itaparica_total	37.867	339	1.953	2.638	927	136	1.614	1.135	102
Abaré	3.319	-	-	352	312	28	213	96	-
Chorrochó	1.398	75	21	833	126	59	137	85	-
Glória	2.490	108	579	270	15	-	549	176	92
Macururé	1.097	31	52	504	104	26	124	163	-
Paulo Afonso	27.582	118	1.271	678	369	24	564	577	-
Rodelas	1.981	7	30	-	-	-	27	37	10

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

A tabela 36, permite uma avaliação melhor do percentual de atendimento do esgotamento sanitário em níveis percentuais, com destaque para Paulo Afonso e Rodelas que oferecem a população uma participação em 82,0% e 81,5% da rede geral de esgoto ou pluvial para os devidos esgotamentos. Já o município de Macururé apresenta como estrutura predominante a utilização de fossa rudimentar com 81,4% dos domicílios atendidos por esse tipo de estrutura.

Tabela 36 - Percentual de domicílios por tipo de esgotamento sanitário, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2010.

UF / Território / Município	2010					
	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro
Bahia	49,3	6,9	37,2	2,9	1,7	1,9
Itaparica_total	68,5	5,1	18,3	3,1	1,7	3,3
Abaré	40,0	19,6	26,1	8,6	0,8	5,0
Chorrochó	39,0	2,8	41,6	15,1	-	1,5
Glória	17,2	7,0	58,2	10,7	0,4	6,5
Macururé	0,9	0,8	81,4	4,3	2,0	10,6
Paulo Afonso	82,0	3,3	8,9	1,0	2,1	2,7
Rodelas	81,5	9,6	7,4	0,8	-	0,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

O índice de Desenvolvimento Humano é um parâmetro avaliativo importante para medir o nível de evolução do desenvolvimento de uma população. Quanto mais próximo de 1 esse número, mais desenvolvido ele é. A tabela 37 demonstra que de um modo geral os municípios do território apresentam IDH abaixo da média do Estado, apenas Paulo Afonso apresenta números superiores nos períodos analisados e Rodelas com número superior em 1991, conforme Tabela 37. Ou seja, o território precisa se organizar efetivamente para superar as barreiras que emperram o processo de desenvolvimento desses municípios. Nesse sentido, ações articuladas e potencializadas pelas características específicas de cada um, em harmonia com ações que congreguem e complementem esses potenciais, é a saída ou o caminho a ser construído, tendo o Território papel fundamental para amparar esse processo construtivo.

Tabela 37 - Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 1991, 2000 e 2010.

Município	1991	2000	2010
Bahia	0,386	0,512	0,660
Abaré	0,332	0,422	0,575
Chorrochó	0,305	0,426	0,600
Glória	0,308	0,421	0,593
Macururé	0,282	0,392	0,604
Paulo Afonso	0,429	0,551	0,674
Rodelas	0,435	0,500	0,632

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano 2013.

8.3 Segurança Pública

A região do Submédio São Francisco é marcada por ciclos de violência. Isso se deve à longa história do jaguncismo, coronelismo e do mandonismo na região.

Essas são figuras do modelo político de poder patrimonialista, arraigado na tradição de defesa de território e honra. Nesse contexto, os índices de violência que caracterizam esse Território têm um vínculo estreito com essas características. Por exemplo, os casos de estupro são recorrentes no Território, principalmente Paulo Afonso, o município de maior população que apresenta números significativos no período de 2011 a 2015, estabilizados numa média de 25 casos nesse período, conforme tabela 38. O agravante desse processo é que a maioria dos casos ocorrem no ambiente familiar, onde supostamente deveria ser mais seguro.

Tabela 38 - Ocorrências de casos de estupro, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2011 a 2015.

UF / Território / Município	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	1.911	2.683	3.149	2.818	2.549
Itaparica_total	40	22	34	35	38
Abaré	-	3	4	-	-
Chorrochó	2	-	1	2	-
Glória	4	2	6	6	7
Macururé	1	2	1	5	1
Paulo Afonso	30	15	21	20	30
Rodelas	3	-	1	2	-

Fonte: SSP-Ba.

Quando se trata de número de homicídios dolosos, esses se ampliam a cada ano. A tabela 39, demonstra que do ano de 2011 para o ano de 2015, ocorreu um crescimento de quase 100% de casos homicidas, saltando de 46 para 82 respectivamente. O município de Paulo Afonso apresenta o maior efetivo de casos, com 37 casos em 2011 e 56 em 2015.

Tabela 39 - Homicídios dolosos, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2011 a 2015.

UF / Território / Município	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	4.466	5.879	5.440	5.663	5.588
Itaparica_total	46	53	54	74	82
Abaré	3	11	8	7	5
Chorrochó	2	2	2	4	6
Glória	1	1	2	7	8
Macururé	2	-	3	-	3
Paulo Afonso	37	35	36	52	56
Rodelas	1	4	3	4	4

Fonte: SSP-Ba.

Quanto a tentativas de homicídio, que é outro reflexo do nível de violência avaliado no Território, na contramão da situação do Estado que vem reduzindo os números de 2013, (4.403 casos) a 2015 (3.183 casos) o Território vem num crescente, contabilizando 52 tentativas em 2011, evoluindo para 65 casos em 2015 conforme tabela 40. Paulo Afonso é o município que se destaca pelo número excessivo de casos, sendo responsável por 69% dos casos ocorridos em 2015, conforme tabela 40.

Tabela 40 - Tentativas de homicídio, segundo os municípios do Território de Identidade Itaparica, Bahia, 2011 a 2015.

UF / Território / Município	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	3.190	4.129	4.403	3.636	3.183
Itaparica_total	52	39	63	56	65
Abaré	2	2	5	4	1
Chorrochó	2	5	1	4	7
Glória	-	2	3	1	7
Macururé	1	3	3	1	1
Paulo Afonso	42	24	46	44	45
Rodelas	5	3	5	2	4

Fonte: SSP-BA.

9. INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO, TRANSPORTE E ELETRIFICAÇÃO

As grandes extensões de terras com baixa densidade demográfica, a precariedade das estradas, dos transportes e das comunicações, historicamente foram fatores que contribuíram para o isolamento de alguns municípios do Território.

Pequenas melhorias com relação a esses aspectos, só recentemente são registradas, mas ainda pode-se dizer que eles são fatores limitantes para uma maior integração dos municípios, como pode ser justificado a seguir:

- A telefonia fixa demorou muitos anos para ser ampliada e ainda são poucos os telefones públicos nas áreas rurais, o que dificulta a articulação dentro do Território e com outras localidades e entre as pessoas e instituições. Só nos últimos cinco anos é que a telefonia móvel começou a funcionar, geralmente nas cidades. Apenas as comunidades próximas das cidades conseguem utilizar os serviços móveis, com muita limitação e a altos custos.
- Mais recente do que a chegada da telefonia móvel e o serviço de internet, e este funciona em sua maioria só nas cidades. São serviços pagos por minuto de uso, uma contraposição ao avanço dos serviços on line, muitas vezes gratuitos, que são ilimitados e de alcance mundial. De modo semelhante e precário são os serviços de comunicação via rádio (comunitárias, educativas) e TV para o

atendimento às necessidades da população, o que também limita a interação do Território com as demais regiões.

- A matriz básica de transporte no Território, assim como em todo Brasil, é rodoviário, apesar do Território ter um grande potencial de navegabilidade pelo Rio São Francisco, a estruturação dessa modalidade é praticamente inexistente. A estrutura para o transporte aéreo é precária e somente Paulo Afonso conta com um aeroporto, com dois voos regulares por semana para Salvador.
- A precariedade pode ser constatada nas estradas, em vários trechos, o que dificulta a integração das ações no Território e o escoamento da produção agropecuária, problemas que se somam aos altos índices de assaltos e de acidentes (já comentados no item referente à saúde e segurança)

No Território de Itaparica está localizado um dos maiores complexos de produção e exportação de energia elétrica do país. O Complexo de Paulo Afonso, formado pelas Usinas de Paulo Afonso I, II A, II B, III, IV e Apolônio Sales (Moxotó), que produz 4.279.600 kW, energia gerada a partir da força das águas num desnível natural de 80 metros do Rio São Francisco. Toda operação é feita pela CHESF.

Localizada na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe, a Usina de Xingó não está localizada dentro do Território, mas seu reservatório se estende até o município de Paulo Afonso e o sistema de transmissão está interligado ao sistema de Itaparica.

É uma das Hidrelétricas mais modernas do Brasil (a maior da CHESF), representando mais de 25% de toda a capacidade instalada da empresa. A Usina pode gerar mais de três milhões de KW. É totalmente automatizada através do Centro de Controle Informatizado, são operadas as unidades geradoras da usina e a subestação elevadora de 500 kV.

Em que pese todo esse potencial energético, relata-se aqui um dos maiores contrastes no Território, qual seja, a estrutura de energia elétrica domiciliar e produtiva nas comunidades rurais é insuficiente, em especial para utilização em atividade produtiva. Apesar dos grandes avanços provenientes da execução do programa “Luz para Todos”, a demanda ainda é muito grande, especialmente nas propriedades rurais que necessitam de energia trifásica para operar motores

acoplados a bombas de água, máquinas forrageiras e outros equipamentos necessários à produção rural.

10. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Território Itaparica possui um expressivo contingente de atores sociais, composto por uma variedade de organizações da sociedade civil e instituições do poder público, envolvidas de alguma forma com as temáticas que compõem o foco principal da política de desenvolvimento territorial. Trata-se de um capital social, cujo potencial ficou demonstrado durante o processo de construção do Plano, tanto nos debates visando à caracterização da realidade quanto nos momentos dedicados à formulação das propostas. Embora o envolvimento desses atores não tenha se manifestado de maneira uniforme, o que é natural, é possível afirmar, com a devida segurança, que há um ambiente favorável à participação interativa, gerado pelo processo de mobilização em torno da construção do Plano.

Mas essa constatação não deve levar à conclusão de que já estejam presentes, no Território, as condições para o exercício da dimensão político-institucional, haja vista que um território não consiste simplesmente em uma região com atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores estabelecerem relações organizadas – mercantis e não-mercantis – que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações que possam dinamizar a vida regional.

PARTE 2 - MATRIZ DE PLANEJAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva
--

Objetivo 1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)

A estratégia E1-1, visa a universalização do acesso às ações para melhorar a Conservação do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica, é a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento:

E1-1. Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica.

Metas Prioritárias de Curto Prazo

Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs:

M1 -1.1. Reduzir a cada ano em 10% o uso de desmatamentos e queimadas como práticas agrícolas;

M1-1.2. Recuperar a cada ano 10% das áreas degradadas e desertificadas (Passivo ambiental das UHEs);

M1-1.3. Reflorestar em 10 % a cada ano, principalmente em áreas degradadas e desertificadas e áreas de reserva legal com plantas nativas das Caatingas, principalmente através de Sistemas Agroflorestais com repasse das mudas por sementeiras públicas; e

M1-1.4. Implantar estruturas e sistemas de gestão e monitoramento ambiental no âmbito de todos os Municípios.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático da Estratégia E1-1 do Eixo 1

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P1-1. Conservação do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Conservação do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica, para identificar suas composições e complexidades, bem como seus potenciais e suas limitações, para poder definir as estratégias e iniciativas para a recuperação das suas condições socioambientais e promover ações para a sua conservação; • Retorno da Unidade Territorial do INEMA/SEMA Bahia e fortalecimento do ICMBio para a implementação das ações do SNUC para todas as Unidades de Conservação do Território de Itaparica; e • Campanhas de Educomunicação sobre Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a conservação do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático da Estratégia E1.2 do Eixo 1
(continuação)

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P1-2. Utilização Socioambientalmente Sustentável do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Utilização Socioambientalmente Sustentável do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico, para identificar seus componentes e complexidades, bem como seus potenciais e suas limitações, para definição das estratégias e iniciativas a serem desenvolvidas; • Financiamentos e fomentos para a disseminação de práticas agroecológicas para a Conservação e a Utilização Socioambientalmente Sustentável dos bens e recursos naturais e da sociobiodiversidade; e • Campanhas de Educomunicação para a disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais sobre a Utilização Socioambientalmente Sustentável do Bioma Caatinga e a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático da Estratégia E1.3 do Eixo 1
(continuação)

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P1-3. Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica

Projetos Propostos:

A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a **Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica**, devem conter necessariamente os seguintes componentes:

- Diagnóstico do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco nos 6 Municípios, para identificar seus componentes e complexidades, bem como seus potenciais e suas limitações, para poder definir as estratégias e iniciativas para a recuperação de suas áreas degradadas;
- Recuperação de Áreas Degradadas dos 6 Municípios; e
- Campanhas de Educomunicação focadas em iniciativas bem sucedidas sobre a utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Recuperação de Áreas Degradadas do Territorial e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Objetivo 1. - Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)
A estratégia E1-2, visa a universalização do acesso às ações para a Transição Agroecológica e a Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido, é a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento: E1-2. Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido.
Metas Prioritárias de Curto Prazo
Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs: M1-2.1. Apoiar iniciativas de resgate, multiplicação e repasse, com devolução proporcional, para conservação de sementes tradicionais e adubação verde, resistentes às secas e não transgênicas (a exemplo do Programa RENIVA), estruturando nos 6 Municípios 1 Casa de Semente Comunitária a cada ano; M1-2.2. Universalizar para todas as famílias de PCTAFs que utilizam tecnologias de convivência com o semiárido na produção agroecológica priorizando-se o atendimento às necessidades de recursos hídricos; e M1-2.3. Apoiar iniciativas de resgate, manutenção e produção de raças tradicionais com a criação de 1 infraestrutura comunitária por cada Município, a cada ano, selecionando-se nas próprias comunidades, reprodutores e matrizes da avicultura, caprinocultura, ovinocultura, bovinocultura e suinocultura, dentre outros, de acordo com o perfil produtivo predominante de cada Cadeia

Produtiva, constituindo-se assim Experiências de Referência para Criatórios Agroecológicos.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático da Estratégia E2-1 do Eixo 1

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Programa – E1-P2.1. Produção Agroecológica com Prioridade Familiar e Associativa

Projetos Propostos:

A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a **Produção Agroecológica com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica**, devem conter necessariamente os seguintes componentes:

- Diagnóstico da Produção Agroecológica no Território de Itaparica, para identificar seus componentes e complexidades, bem como seus potenciais e suas limitações, para poder definir as estratégias e iniciativas de transição para a sua sustentabilidade socioambiental;
- Financiamentos e fomentos para disseminação de práticas e realização de capacitações e intercâmbios de Experiências de Referência para a Transição Agroecológica para os cultivos e os criatórios tradicionais e da e aquicultura e piscicultura convencional; e
- Campanhas de Educomunicação focadas em Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Transição Agroecológica dos cultivos, criatórios, e aquicultura e piscicultura, e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático da Estratégia E2-2 do Eixo 1
(continuação)

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva
Programa – E1-P2.2. Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido e o Bioma Caatinga
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido e o Bioma Caatinga no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico das iniciativas de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido no Território de Itaparica, para identificar seus componentes e complexidades, bem como suas potencialidades e limitações, para poder definir quais as que serão priorizadas para serem divulgadas e disseminadas como Experiências de Referência; • Financiamentos e fomentos para a disseminação de práticas agroecológicas através de capacitações e disseminações de Experiências de Referência para a Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido e o Bioma Caatinga; e • Campanhas de Educomunicação focadas em iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido e o Bioma Caatinga no Território de Itaparica e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Objetivo 1. - Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)
As estratégias E1-3 e E1-4 visam a universalização do acesso aos Sistemas Produtivos Socioambientalmente Sustentáveis e aos Diversos Mercados – Tradicionais, Diferenciados e Institucionais –, do Território Itaparica, da Bahia e Nacionais, são a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento:
E1-3. Apoiar a implantação de sistemas produtivos socioambientalmente sustentáveis, com foco na criação de trabalho legal e justamente remunerado e geração de renda familiar e associativa continuada e solidária; e
E1-4. Fortalecer as estratégias e iniciativas para acesso aos diversos mercados para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, na perspectiva do comércio justo e solidário.
Metas Prioritárias de Curto Prazo
Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs:
M1-3.1. Regular a utilização das superfícies hídricas, das margens e dos entornos dos rios, das lagoas, dos lagos e dos açudes existentes no Território, através das outorgas, licenças e outras autorizações necessárias para desenvolvimento das atividades da Pesca Artesanal, aquicultura e piscicultura, principalmente de âmbito familiar e associativa, inclusive com a regulamentação e implementação do Parque Aquícola do Rio São Francisco

(Bahia Pesca e MAPA), no âmbito do Território Itaparica;

M1-3.2. Regulamentar a utilização das superfícies hídricas, das margens e dos entornos dos rios, das lagoas, dos lagos e dos açudes existentes no Território, através das outorgas, licenças e outras autorizações necessárias para desenvolvimento das atividades extrativistas, agrícolas e pecuárias agroecológicas

M1-3.3. Atualizar o diagnóstico do extrativismo, agricultura e pecuária tradicionais, agroecológicas e convencionais, para organização e qualificação dos sistemas produtivos à luz do CEFIR;

M1-3.4. Implantar Sistemas Socioambiental Sustentáveis, extrativistas, agrícolas e pecuários, com potencial para a Transição Agroecológica e de ampliação da criação de trabalho legal e justamente remunerado e de geração renda, que serão identificados no diagnóstico do território à luz do CEFIR;

M1-3.5. Promover a transição do modelo convencional para o da agroecologia, através de ações continuadas de ATER, fomento, financiamentos subsidiados para a produção, beneficiamento, comercialização e distribuição de produtos da Sociobiodiversidade e da Agricultura Familiar; **M1-4.1.** Realizar anualmente uma feira/exposição agropecuária territorial da agricultura familiar;

M1-4.2. Implantar 6 estruturas de feiras da agricultura familiar agroecológica nos municípios do território;

M1-4.3. Fortalecer e integrar Organizações Socioprodutivas de PCTAFs para a estruturação de bases de serviço territorial para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e aquisição de insumos;

M1-4.4. Fortalecer e integrar as Organizações Socioprodutivas de PCTAFs para Reestruturação dos centros de abastecimento e construção de logística de armazenamento e transportes dos produtos;

M1-4.5. Fortalecer e integrar as Organizações Socioprodutivas de PCTAFs para a Implantação e qualificação de equipamentos públicos de abastecimento, em especial, Armazéns da Agricultura Familiar e Economia Solidária nos municípios do território;

M1-4.6. Ampliar para no mínimo 50% o volume de Compras Públicas de alimentos da agricultura familiar pelas prefeituras municipais e pelos órgãos do governo estadual e federal que atuam no território; e

M1-4.7. Ampliar para no mínimo 50%, as compras do PNAE da agricultura familiar para alimentação escolar.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E1-3 do Eixo 1

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P3-1. Criação de Trabalho Legal e Justamente Remunerado
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Criação de Trabalho Legal e Justamente Remunerado no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico sobre os tipos e das formas de trabalho no Território de Itaparica, para identificar as complexidades e irregularidades das relações trabalhistas, bem como as potencialidades e limitações, para poder definir as estratégias e iniciativas para a criação de Experiências de Referência de iniciativas de Trabalho Legal e Justamente Remunerado; • Financiamentos e fomentos para a disseminação de práticas agroecológicas através de capacitações e disseminações de Experiências de Referência para a Criação de Trabalho Legal e Justamente Remunerado; e • Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Criação de Trabalho Legal e Justamente Remunerado no Território de Itaparica e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E1-4 do Eixo 1

Programa – E1-P4-1. Geração de Renda Familiar e Associativa Continuada e Solidária
Projetos Propostos:

A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a **Geração de Renda Familiar e Associativa Continuada e Solidária no Território de Itaparica**, devem conter necessariamente os seguintes componentes:

- Diagnóstico da obtenção de renda – individual e familiar – no Território de Itaparica, para identificar as complexidades e irregularidades das relações trabalhistas, bem como as potencialidades e limitações, para poder definir as estratégias e iniciativas para a criação de Experiências de Referência de iniciativas de Geração de Renda Familiar e Associativa Continuada e Solidária;
- Financiamentos e fomentos para a disseminação de práticas agroecológicas através de capacitações e disseminações de Experiências de Referência para a Geração de Renda Familiar e Associativa Continuada e Solidária; e
- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Geração de Renda Familiar e Associativa Continuada e Solidária no Território de Itaparica e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Objetivo 1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)

As estratégias E1-5, E1-6, E1-7 e E1-8 visam a universalização do acesso aos Sistemas Produtivos Socioambiental Sustentáveis e a Diversos Mercados – Tradicionais, Diferenciados e Institucionais –, do Território de Itaparica, da Bahia e Nacionais, são a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento:

E1-5. Fortalecer as cadeias produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura; da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura; da avicultura de capoeira e caipira; da meliponicultura e apicultura, com prioridade familiar e associativa;

E1-6. Financiar e fomentar a melhoria e/ou a recuperação da infraestrutura necessária ao beneficiamento da produção agroecológica das cadeias produtivas da agricultura familiar;

E1-7. Promover acesso aos créditos e fomentos, de forma associada a ATER e demais serviços especializados para mulheres e jovens de PCTAFs, como sujeitos dos processos de desenvolvimento e de controle social das políticas públicas rurais e urbanas;

E1-8. Ampliar as ações de capacitação agroecológica e ecoeconômica, e as de ensino, pesquisa e extensão contextualizada – do ensino básico às pós-graduações –, para as famílias de PCTAFs.

Metas Prioritárias de Curto Prazo

Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs:

M1-5.1. Duplicar anualmente os volumes e diversificar as fontes de recursos para ações de fomento, bem como dos financiamentos subsidiados, para investimentos, custeios, formação de estoques e garantia de preços mínimos, para todos os produtos das Cadeias Produtivas priorizadas no Território de Itaparica, priorizando-se as famílias de Povos Indígenas e de Comunidades de Tradicionais, Agroextrativistas e de Agricultores/as Familiares, e ampliando-se a inclusão das mulheres e dos/as jovens;

M1-5.2. Ampliar a quantidade e diversificar as opções de Programas e Projetos Governamentais – Federais, Estaduais e Municipais –, de fomento as Cadeias Produtivas priorizadas no Território;

M1-6.1. Implantar agroindústrias, por cada Município, para o beneficiamento das frutas cultivadas – de sequeiro e irrigadas – e da sociobiodiversidade do bioma Caatinga;

M1-6.2. Ampliar a quantidade de unidades de beneficiamento de produtos dos criatórios das famílias de PCTAFs e suas Organizações Socioprodutivas. Assegurando-se que possam ser de múltiplas funções, como: abatedouros e frigoríficos (carnes, vísceras, laticínios, peles, ossos e outros produtos) para a caprinocultura, ovinocultura, avicultura, pesca artesanal, piscicultura, aquicultura e suinocultura; Casas do mel (mel, cera, pólen e própolis) para a meliponicultura e apicultura; além de artesanatos (de materiais minerais, vegetais e animais) e outros;

M1-6.3. Recuperar, reformar, modernizar e fazer a manutenção continuada de todos os mercados públicos municipais do território e do CEASA de Paulo Afonso, assegurando-se espaços apropriados para as famílias de PCTAFs e suas Organizações Socioprodutivas realizarem vendas diretas ao consumidor e comercialização para empresas e cooperativas de consumo;

M1-6.4. Adequar às legislações – federal, estaduais e municipais –, ajustando-as as internacionais, para que as agroindústrias familiares e associativas beneficiem e comercializem de forma segura e sustentável todos os seus produtos agroecológicos, da sociobiodiversidade e culturais, inclusive apoiando-as a

obterem as certificações e selos pertinentes e de reconhecimento nacional e internacional;

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico (continuação)

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva
Metas Prioritárias de Curto Prazo
Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs: M1-7.1. Ampliar os serviços e diversificar as competências humanas da ATER Agroecológica pública, gratuita e continuada, universalizando-as para poder atender 100% da demanda das famílias de PCTAFs, ampliando-se o atendimento às mulheres e aos/às jovens; M1-7.2. Ampliar a participação de mulheres e jovens de famílias de PCTAFs, em projetos produtivos, Organizações Sociopolíticas e Socioproductivas, principalmente na construção e condução participativa de empreendimentos agroecológicos e de comércio justo e solidário; M1-7.3. Possibilitar a obtenção de documentação civil para todas as mulheres e jovens de famílias de PCTAFs, através da ampliação e facilitação do acesso ao Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; M1-8.1. Criar com todas as condições de funcionamento e as competências humanas necessárias, cursos de graduação e de pós-graduação nas Ciências Sociais, da Natureza, Agrárias e Econômicas, da Computação e das demais áreas estratégicas, através dos campus de Paulo Afonso da UNIVASF, UNEB e outras, inclusive particulares com o apoio dos Programas de acesso para estudantes de baixa renda e cotas para negros e PCTAFs; e M1-8.2. Criar 1 Escola Família Agrícola – EFA, no Território de Itaparica, com todas as condições de funcionamento e compostas pelas competências humanas necessárias.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E1-5, E1-6, E1-7 e E1-8 do Eixo 1

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P5/6/7/8-1. Cultivos de Sequeiro e da Hortifruticultura Irrigada
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para Cultivos de Sequeiro e da Hortifruticultura Irrigada com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico das Cadeias Produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada de base familiar e associativa, para identificar seus componentes, suas complexidades, seus potenciais e suas limitações, no sentido de orientar a definição das estratégias e iniciativas para melhorar sua organização e qualificação em atendimento às exigências ambientais, sanitárias e as demandas dos diversos mercados; • Capacitações e outras iniciativas de utilização e disseminação de Experiências de Referência para a Transição Agroecológica para os Cultivos de Sequeiro e da Hortifruticultura Irrigada (com tecnologias sustentáveis de irrigação localizada e drenagem), com prioridade para os de base familiar e associativa; • Implantação e manutenção de Experiências de Referência (a exemplo das antigas Unidades de Observação, Demonstração e Pesquisa), de cultivos em Transição Agroecológica de frutas e hortaliças de Sequeiro e Hortifruticultura Irrigada, com prioridade para os de base familiar e associativa, através da disseminação da construção de Barragens Subterrâneas, Barreiros Trincheira, Cisternas de Produção e Tanques de Pedra e da perfuração, instalação de bombeamento elétrico e manutenção de poços tubulares profundos; • Produção e o beneficiamento para a Transição Agroecológica, inclusive com a construção de packing house, reestruturação das agroindústrias paralisadas de

Chorrochó e Rodelas, e implantação de novas unidades de processamento para frutas cultivadas (Acerola, Banana, Caju, Goiaba, Manga, Maracujá, Pinha, Tamarindo e outras, como também para os produtos do coco, principalmente em Abaré, Macururé e Rodelas), e também para frutas nativas (Araçás, Araticum, Caju, Cajuí, Jatobá, Licuri, Maracujá do Mato, Murici, Umbu e outras);

- Sistema de Certificação Orgânica e Agroecológica e a viabilização dos demais apoios para o acesso aos diversos mercados, à comercialização e distribuição de seus produtos dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada de origem familiar e associativa de base agroecológica;
- Eventos – feiras, exposições, comemorações –, territoriais e a participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e negócios, e dar visibilidade à Experiências de Referência para a Transição Agroecológica das Cadeias Produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada de base familiar e associativa; e
- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Transição Agroecológica dos Cultivos de Sequeiro e da Hortifruticultura Irrigada com Prioridade Familiar e Associativa e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E1-5, E1-6, E1-7 e E1-8 do Eixo 1 (continuação)

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva
Programa – E1-P5/6/7/8-2. Pesca Artesanal, Piscicultura e Aquicultura
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Pesca Artesanal, Piscicultura e Aquicultura com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico das Cadeias Produtivas da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura de base familiar e associativa, para identificar seus componentes, suas complexidades, seus potenciais e suas limitações, no sentido de orientar a definição das estratégias e iniciativas para melhorar sua organização e qualificação em atendimento às exigências ambientais, sanitárias e as demandas dos diversos mercados; • Capacitações para as Colônias e Associações de Pescadores Artesanais, visando à valorização, integração e fortalecimento dessa atividade produtiva tradicional e de outras iniciativas de utilização e disseminação de Experiências de Referência para a Transição Agroecológica de cultivos aquícolas, com prioridade para as de base familiar e associativa; • Aquisições e repasses de equipamentos e apetrechos adequados à Pesca Artesanal, visando o fortalecimento e a reprodução dessa atividade tradicional; • Implantação de infraestrutura produtiva, aquisição de equipamentos, utensílios e insumos para os cultivos em viveiros escavados e em tanques redes, com prioridade para projetos de base familiar e associativa; • Implantação de áreas para produção, em Transição Agroecológica, visando ampliar a distribuição de alevinos de Espécies Nativas para o povoamento do Rio São Francisco, dos lagos, dos açudes e dos Barreiros Trincheira, bem como para

atender as demandas dos cultivos em viveiros escavados e tanques redes;

- Implantação de Unidades Descentralizadas de fabricação, estocagem e fornecimento de rações e de gelo para assegurar o desenvolvimento apropriado dos cultivos e a manutenção da qualidade dos pescados;
- Beneficiamento de pescados, em Transição Agroecológica, com a implantação, operação e manutenção de novas Unidades Associativas de beneficiamento, refrigeração, estocagem, transporte e distribuição de pescados, assegurando-se o melhor aproveitamento dos produtos e subprodutos da Pesca Artesanal e das atividades aquícolas, priorizando-se as que são de base familiar e associativa;
- Emissões, fiscalizações participativas e renovações de Outorgas, Licenças e outras regulamentações para a Utilização das Águas e de Espaços do Rio São Francisco, das Lagoas, dos Lagos e dos Açudes – públicos e privados –, para o desenvolvimento sustentável da Aquicultura e Piscicultura, priorizando-se as que são de base familiar e associativa;
- Implantação de Sistema de Certificação Orgânica e Agroecológica e a viabilização dos demais apoios para o acesso aos diversos mercados, à comercialização e distribuição de seus produtos da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura familiar e associativa de base agroecológica;
- Eventos – feiras, exposições, comemorações –, territoriais e a participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e negócios, e dar visibilidade à Experiências de Referência para a Transição Agroecológica das Cadeias Produtivas da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura, priorizando-se as que são de base familiar e associativa; e
- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Transição Agroecológica das Cadeias Produtivas da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura com Prioridade Familiar e Associativa e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E1-5, E1-6, E1-7 e E1-8 do Eixo 1 (continuação)

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P5/6/7/8-3. Caprinocultura, Ovinocultura e Bovinocultura
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Caprinocultura, Ovinocultura e Bovinocultura com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico das Cadeias Produtivas da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura de base familiar e associativa, com levantamento do potencial forrageiro, identificando os componentes, as complexidades, os potenciais e as limitações, para orientar a definição das estratégias e iniciativas para melhorar a organização e a qualificação para atender às exigências ambientais, sanitárias e as demandas dos diversos mercados; • Capacitações e outras iniciativas de utilização e disseminação de Experiências de Referência para a Transição Agroecológica, como práticas de manejo e controle sanitário dos criatórios de caprinos, ovinos e bovinos, com rigoroso cumprimento das campanhas de vacinações obrigatórias, e acompanhamento sistemático de todos os rebanhos, com priorização dos que são de base familiar e associativa; • Implantação de áreas para os criatórios em Transição Agroecológica, com prioridade para os de base familiar e associativa, com a utilização de Manejo Agrosilvipastoril e Sustentável da Caatinga, a formação de Campos de Forragens com espécies nativas – catingueira, faveleira, feijão brabo, incó, juazeiro, licuri, mandacaru, maniçoba, manipeba preta, mororó, pronúncia, quipé e outras –, e outras resistentes às secas – algaroba, leucena, moringa, palma forrageira, sorgo granífero e forrageiro –, e infraestruturas hídricas, como Barragens Subterrâneas, Barreiros Trincheira – familiares e coletivos –, Cisternas de Produção – de

enxurradas e calçadões –, Tanques de Pedra e perfuração, instalação de bombeamento elétrico e manutenção de poços tubulares profundos, para o dessedentamento dos rebanhos e cultivo de capins de corte, leguminosas e outras espécies forrageiras apropriadas para a produção e o armazenamento de fenos e silagens;

- Instalação de agroindústrias descentralizadas, priorizando-se as que são de base familiar e associativa, para a produção de rações e complementos nutricionais;
- Resgate e depuração das raças tradicionais de caprinos, ovinos e bovinos, que por mais de 5 séculos co-evoluíram com o Bioma Caatinga, com rusticidades e altas capacidades de aproveitamento forrageiro das Caatingas, para desenvolver melhoramento genético por cruzamentos rigorosamente controlados de parte dos rebanhos locais (com base em índices científicos de alta precisão), com reprodutores e matrizes PO, de sangue de ascendentes e origens comuns. Quando técnica e economicamente sustentável, transferir embriões desses cruzamentos, priorizando-se os criatórios que são de base familiar e associativa;;
- Implantação de abatedouros, frigoríficos, laticínios e curtumes, municipais, intermunicipais e/ou territoriais, e adequação dos já existentes, assegurando-se a produtividade apropriada e toda a qualidade sanitária, para a agregação de qualidade e de valor às carnes (cortes nobres), vísceras e peles;
- Implantação de Sistema de Certificação Orgânica e Agroecológica e demais apoios para o acesso aos diversos mercados, à comercialização e distribuição de seus produtos dos criatórios de base agroecológica, priorizando-se as que são de base familiar e associativa;
- Eventos territoriais – feiras, exposições, comemorações – e participação em regionais e nacionais, para intercâmbios e negócios, e dar visibilidade à Experiências de Referência para a Transição Agroecológica das Cadeias Produtivas da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura, familiares e associativos; e
- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para Transição Agroecológica dessas Cadeias de Criatórios tradicionais familiares e associativos, e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E1-5, E1-6, E1-7 e E1-8 do Eixo 1 (continuação)

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P5/6/7/8-4. Avicultura de Capoeira e Caipira
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Avicultura de Capoeira e Caipira com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico da Cadeia Produtiva de aves de capoeira e caipira de base familiar e associativa, levantando o potencial alimentar avícola das plantas das Caatingas e dos cultivos, identificando os componentes, as complexidades, os potenciais e limitações, para definir estratégias e iniciativas para melhorar sua organização e qualificação em atendimento às exigências ambientais, sanitárias e as demandas dos diversos mercados; • Capacitações e outras iniciativas de utilização e disseminação de Experiências de Referência para a Transição Agroecológica, de práticas de manejo e controle sanitário das aves de capoeira e caipira, com campanhas de vacinações obrigatórias, rigoroso cumprimento dos calendários e realização do acompanhamento sistemático de todos os rebanhos, com priorização dos que são de base familiar e associativa; • Implantação de áreas para os criatórios em Transição Agroecológica, com prioridade para os de base familiar e associativa, com a utilização de Manejo Agrosilvipastoril e Sustentável da Caatinga, a formação de piquetes para pastejo com espécies nativas – capins, leguminosas, de batatas, frutíferas, de coquinhos, de grãos e outras –, e outras resistentes às secas – moringa, palma forrageira, sorgo granífero e forrageiro –, e infraestruturas hídricas, como Barreiros Trincheira

- familiares e coletivos –, Cisternas de Produção – de enxurradas e calçadões –, Tanques de Pedra e perfuração, instalação de bombeamento elétrico e manutenção de poços tubulares profundos, para o dessedentamento dos criatórios de aves de capoeira e caipira e para o cultivo de capins de corte, leguminosas e outras espécies que lhes sejam palatáveis;
- Instalação de agroindústrias para a produção de rações e complementos nutricionais com insumos das Caatingas e dos cultivos de sequeiro e irrigados de base familiar e associativa;
 - Resgate e depuração das raças tradicionais de aves de capoeira e caipira que por mais de 5 séculos co-evoluíram com o Bioma Caatinga, utilizando-se suas rusticidades e altas capacidades de aproveitamento forrageiro das plantas das Caatingas, para o desenvolvimento de melhoramento genético por cruzamentos rigorosamente controlados de parte dos rebanhos locais (com base em índices científicos de alta precisão), com reprodutores e matrizes PO, de sangues de ascendentes e origens comuns e também, quando técnica e economicamente viável e sustentável, de manutenção de galinhas chocadeiras das raças mais rústicas já existentes nos criatórios familiares e associativos;
 - Implantação de abatedouros e frigoríficos municipais, intermunicipais e/ou territoriais, e adequação dos já existentes, assegurando-se a produtividade apropriada e toda a qualidade sanitária, para a agregação de qualidade e de valor aos cortes especiais, miúdos, pés e cabeças (para caldos como “cabeça de galo”);
 - Implantação de Sistema de Certificação Orgânica e Agroecológica e a viabilização dos demais apoios para o acesso aos diversos mercados, à comercialização e distribuição de produtos de aves de capoeira e caipiras;
 - Eventos – feiras, exposições, comemorações –, territoriais e a participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e negócios, e dar visibilidade para a Transição Agroecológica das Cadeias Produtivas da avicultura de capoeira e caipira, de base familiar e associativa; e
 - Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Transição Agroecológica das Cadeias Produtivas da Avicultura de Capoeira e Caipira com prioridade familiar e associativa no Território de Itaparica e sobre as

suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E1-5, E1-6, E1-7 e E1-8 do Eixo 1 (continuação)

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P5/6/7/8-5. Meliponicultura e Apicultura
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Meliponicultura e Apicultura com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica, que contenham necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico da Cadeia Produtiva meliponicultura e apicultura de base familiar e associativa, incluindo o levantamento do potencial apibotânico, para identificar seus componentes, suas complexidades, seus potenciais e suas limitações, no sentido de orientar a definição das estratégias e iniciativas para melhorar sua organização e qualificação em atendimento às exigências ambientais, sanitárias e as demandas dos diversos mercados; • Capacitações e outras iniciativas de utilização e disseminação de Experiências de Referência para a meliponicultura e apicultura, na lógica dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, inclusive com práticas de manejo produtivo e controle sanitário, com rigoroso cumprimento dos calendários e realização do acompanhamento sistemático de todos os meliponários e apiários agroecológicos, com priorização dos que são de base familiar e associativa; • Financiamentos e fomentos para aumentar a disponibilidade de floradas de espécies das Caatingas e dos diversos cultivos, inclusive com a implantação de viveiros e sementeiras para produção de mudas de espécies nativas, frutíferas, hortícolas e forrageiras para a formação de pastos apícolas, nos em tornos de infraestruturas hídricas, como Barragens Subterrâneas, Barreiros Trincheira – familiares e coletivos –, Cisternas de Produção – de enxurradas e calçadões –, Tanques de Pedra e poços tubulares profundos, para também possibilitar o

dessendementamento das colônias dos os meliponários e apiários agroecológicos;

- Implantação de meliponários e apiários agroecológicos, com prioridade para os de base familiar e associativa, inclusive para reduzir a “caça à colônias em estado silvestre”;
- Fomento de infraestrutura, materiais, equipamentos e apetrechos para os meliponários e apiários agroecológicos e vestuários para os meliponicultores e apicultores;
- Implantação de Casas do Mel e adequação dos já existentes, assegurando-se a produtividade apropriada e toda a qualidade sanitária, para a agregação de qualidade e de valor ao mel, pólen, própolis e cera;
- Implantação de Sistema de Certificação Orgânica e Agroecológica e a viabilização dos demais apoios para o acesso aos diversos mercados, à comercialização e distribuição dos produtos de base agroecológica dos criatórios de abelhas nativas e apis africanizadas de base familiar e associativa;
- Eventos – feiras, exposições, comemorações –, territoriais e a participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e negócios, e dar visibilidade à Transição Agroecológica das Cadeias Produtivas Cadeias Produtivas da meliponicultura e da apicultura agroecológicas, de base familiar e associativa; e
- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para a Transição Agroecológica das Cadeias Produtivas da Meliponicultura e Apicultura com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva
Objetivo 1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)
As estratégias E1-9 e E1-10 visam a universalização do acesso aos Serviços de ATER Agroecológica para as Famílias de PCTAFs do Território de Itaparica, da Bahia e Nacionais, são a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento: E1-9. Assegurar e fortalecer a Política Pública de ATER Agroecológica continuada, na quantidade e qualidade adequadas para todas as famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar e suas organizações sociopolíticas e socioproductivas do Território de Itaparica; e E1-10. Assegurar serviços de ATER Agroecológica qualificados para apoiar a organização da produção, do beneficiamento, da comercialização e da destruição de produtos agroecológicos de empreendimentos solidários da Agricultura Familiar.
Metas Prioritárias de Curto Prazo
Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs, inclusive as dos assentamentos da Reforma Agrária e as dos reassentamentos do Empreendimento Itaparica – CHESF, destacando que estes estão sem qualquer serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural já a mais de 5 anos: M1-9.1. Garantir a política pública de ATER Agroecológica para a capacitação e o

fortalecimento das Organizações Sociopolíticas e Socioprodutivas das famílias das Comunidades de PCTAFs do Território de Itaparica;

M1-9.2. Qualificar, ampliar, diversificar e intensificar a oferta dos serviços de ATER Agroecológica, de forma associada às demais Políticas Públicas para as famílias de PCTAFs;

M1-10.1. Universalizar os Serviços de ATER Agroecológica para as famílias agricultoras associadas em cooperativas e outras formas de associações socioprodutivas e ecoeconômicas que atuem nas áreas da produção, comercialização e crédito; e

M1-10.2. Garantir que os serviços de ATER Agroecológica também desenvolvam capacitações para o fortalecimento das Organizações Sociopolíticas e Socioprodutivas das famílias das Comunidades de PCTAFs, para as suas participações, proativas e qualificada e competente nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e nos demais Conselhos Municipais e Estaduais, bem como das Redes, Articulações, Fóruns e outros coletivos que contribuam para os seus fortalecimentos institucionais e para o Controle Social de Políticas Públicas e defesa dos Direitos Humanos, Socioambientais e da Cidadania.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E1-9 e E1-10 do Eixo 1

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
Programa – E1-P9/10-1. Prestação de Serviços de ATER Agroecológica
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para o Fortalecimento da Política Pública de ATER Agroecológica com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico da Política Pública de ATER no Território de Itaparica, para verificar o quanto e como ela está voltada para a Transição Agroecológica e se tem objetivamente priorizado suas ações para o atendimento das famílias de PCTAFs e focado no apoio e fortalecimento das Associações Comunitárias já existentes e estimulado a constituição de novas, como forma de Organização Sociopolítica e estimulado o Cooperativismo, como forma apropriada de Organização Socioprodutiva; • Fortalecimento de Serviços de ATER Agroecológica para o fortalecimento de iniciativas – extrativistas, de cultivos e de criatórios – de base familiar e associativa, a partir da identificação de seus componentes, suas complexidades, seus potenciais e suas limitações, orientando a definição de estratégias e iniciativas para melhorar suas organizações e qualificação para o atendimento das exigências ambientais e sanitárias e as demandas dos diversos mercados; • Construção participativa de Experiências de Referência de Serviços de ATER Agroecológica, com prioridade para aquelas que são de base familiar e associativa, das diversas Cadeias Produtivas de sequeiro e de pequena irrigação, que contenham Barragens Subterrâneas, Barreiros Trincheira, Cisternas de Produção e Tanques de Pedra e da perfuração, instalação de bombeamento elétrico e manutenção de poços tubulares profundos. Incluindo também os sistemas de

produção aquáticos;

- Articulações e a captação de recursos para que nas Experiências de Referência de Serviços de ATER Agroecológica, sejam realizadas capacitações, intercâmbios, estágios de vivência e outras iniciativas voltadas para a disseminação das vivências acumuladas e seus resultados;
- Experiências de Referência de Serviços de ATER Agroecológica, também devem ser construídas a partir da implantação de unidades de processamento para frutas cultivadas, dos produtos do coco e também para frutas nativas, como Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade;
- Experiências de Referência de Serviços de ATER Agroecológica, devem contemplar ainda a construção participativa de Sistema de Certificação Orgânica e Agroecológica e a viabilização dos demais apoios para o acesso aos diversos mercados, à comercialização e distribuição de produtos de base agroecológica das diversas Cadeias Produtivas familiares e associativas;
- Eventos – feiras, exposições, comemorações –, territoriais e a participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e negócios, e dar visibilidade às Experiências de Referência de Serviços de ATER Agroecológica do Território de Itaparica; e
- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para o Fortalecimento da Política Pública de ATER Agroecológica com Prioridade Familiar e Associativa no Território de Itaparica e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva
Objetivo 1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)
A estratégia E1-11 visa a universalização do acesso às ações voltadas para Fortalecer o Turístico Socioambiental, é a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento: E1-11. Valorizar, divulgar e dinamizar a utilização socioambientalmente sustentável do potencial turístico socioambiental – ecológico, arqueológico, artístico, cultural, de aventuras, religioso e de eventos – do Território de Itaparica, com prioridade para iniciativas familiares e associativas.
Metas Prioritárias de Curto Prazo
Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs: M1-11.1. Identificar e estruturar espaços naturais, socioambientais e socioculturais com potencial turístico; M1-11.2. Realizar inventário de turismo da região dos lagos do São Francisco, do Mona do São Francisco, do Raso da Catarina e outros potenciais turísticos da Mesorregião de Xingó; M1-11.3. Identificar e estruturar os espaços socioprodutivos da agricultura familiar com potencial turístico; e M1-11.4. Ampliar a quantidade de famílias de PCTAFs incluídas em atividades socioambientais e ecoeconômicas de turismo – ecológico, arqueológico,

artístico, cultural, de aventuras, religioso e de eventos.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático da Estratégia E1.11

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva
Programa – E1-P11-1. Desenvolver o Turístico de Base Familiar e Associativa
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a valorização, divulgação e dinamização da utilização socioambientalmente sustentável do potencial turístico socioambiental – ecológico, arqueológico, artístico, cultural, de aventuras, religioso e de eventos – do Território de Itaparica, priorizando-se os de base familiar e associativa, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico das Cadeias do Turismo, em suas diversas modalidades, principalmente aquelas que possam ser diferenciadas em relação aos potenciais e diferenciais existentes no Território de Itaparica, priorizando-se aquelas que sejam e possam ser de base familiar e associativa, para identificar seus componentes, suas complexidades, seus potenciais e suas limitações, no sentido de orientar a definição das estratégias e iniciativas para melhorar sua organização e qualificação em atendimento às exigências ambientais, sanitárias e as demandas dos diversos grupos e categorias de turistas; • Capacitações e outras iniciativas para a formação de trabalhadoras/es especializados em serviços de recepção, transporte, hotelaria, alimentação – restaurantes, bares, lanchonetes –, excursões e trilhas, esportes radicais e demais atividades turísticas, priorizando-se as que são de natureza familiar e associativa; • Capacitações e outras iniciativas para a formação e qualificação de atividades artesanais, culturais, artes cênicas, danças tradicionais, terapias naturais, de lazer e esportivas; • Resgate, produção e disseminação de produtos da culinária tradicional baseada em produtos da sociobiodiversidade, dos cultivos, dos criatórios, da aquicultura e da meliponicultura e apicultura, através da implantação de unidades familiares e

associativas para a produção e o beneficiamento Agroecológico de alimentos para as refeições comuns, bem como de doces diversos, de sucos, sorvetes e picolés e de bebidas lácteas e iogurtes, inclusive de bebidas alcoólicas mais comuns como os licores, e o estímulo ao empreendimento de outras que são mais sofisticadas, como as cachaças, os vinhos e as cervejas;

- Implantação de Sistema de Certificação Participativa para as/os prestadores de serviços para as diversas modalidades de turismo socioambiental – ecológico, arqueológico, artístico, cultural, de aventuras, religioso, de eventos e outros – existentes no Território de Itaparica, priorizando-se as que são de natureza familiar e associativa;
- Eventos – feiras, exposições, comemorações –, territoriais e a participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e negócios, e dar visibilidade às condições atuais e os potenciais para as diversas modalidades de turismo do Território de Itaparica; e
- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de utilização e disseminação de Práticas Ecopedagógicas, Agroecológicas e Socioambientais para o Fortalecimento do Turístico de Base Familiar e Associativa no Território de Itaparica e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico – E2-1, E2-2, E2-3 e E2-4 – do Eixo 2

Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra
Objetivo 1. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)
As estratégias E2-1, E2-2, E2-3 e E2-4, visam a universalização do Acesso à Terra e Regularização Fundiária, do Território Itaparica, são a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento:
E2-1. Adquirir terras de qualidade, com o máximo de vegetação nativa e em quantidades previstas oficialmente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentar famílias de PCTAFs sem terras, de forma complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária;
E2-2. Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioprodutivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros;
E2-3. Promover a regularização fundiária das famílias e comunidades, inclusive reconhecendo e realizando a desintrusão das terras e dos territórios tradicionais Indígenas, Quilombolas e de demais PCTAFs; e
E2-4. Assegurar que pelo menos 30% dos lotes de novos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário sejam destinadas às mulheres provedoras de suas famílias e aos/as jovens rurais.

Metas Prioritárias de Curto Prazo

Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs:

M2-1.1. Assentar pelo menos 10.000 famílias através do Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA e da aquisição de terras através do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF;

M2-1.2. Assegurar que pelo menos 30% dos lotes das terras liberadas pelo PNRA e adquiridas pelo PNCF sejam destinados ao assentamento de mulheres provedoras de suas famílias e de jovens rurais;

M2-2.1. Implantar infraestruturas sociais e socioprodutivas indispensáveis em 100% dos assentamentos do PNRA e PNCF, reassentamentos do Empreendimento Itaparica/CHESF e das Comunidades de PCTAFs;

M2-2.2. Implantar eletrificação rural em 100% dos assentamentos do PNRA e do PNCF, bem como de todas as Comunidades de PCTAFs que ainda não foram atendidas pelo Programa Luz para Todos;

M2-3.1. Regularizar 100% dos imóveis rurais de todas as Comunidades de PCTAFs e de todos os assentamentos do PNRA e do PNCF, até a conclusão do prazo de implementação deste PTDRSS;

M2-3.2. Implantar o CDA no CETAF Itaparica, com operacionalização e competências humanas indispensáveis;

M2-3.3. Construir parcerias mult institucionais com SITRAFs, Entidades Prestadoras de ATER, Universidades, Organismos Governamentais e Organizações não Governamentais que efetivamente contribuem com a regularização fundiária e a elaboração de Projetos de Manejo Socioambientalmente Sustentável dos recursos naturais de todos os assentamentos do PNRA e do PNCF, dos reassentamentos do Empreendimento Itaparica/CHESF e de todas as Comunidades de PCTAFs;

M2-3.4. Implantar ou retornar a existência e a plena atuação dos órgãos ambientais federais – IBAMA e ICMBio –, estaduais – INEMA – e municipais, assegurando a manutenção e operacionalização, com toda a estrutura e competências humanas indispensáveis;

M2-3.5. Reconhecer e certificar Comunidades de Fundos de Pasto, regularizando as áreas individuais e emitindo títulos de concessão de uso das áreas coletivas,

conforme a Lei Estadual 12.910/2013;

M2-3.6. Fortalecer o CDA e a SEPROMI para a discriminação das terras públicas e regularização dos territórios de Povos Indígenas e das comunidades tradicionais; e

M2-4.1. Destinar pelo menos 30% dos lotes do PNRF e do PNCF ao assentamento de mulheres e jovens.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E2-1, E2-2, E2-3 e E2-4 do Eixo 2

Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso a Terra
Programa – E2-P1-1/4. Fortalecimento do PNRA e PNCF para Ampliar Acesso a Terra e Regularização Fundiária
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação da quantidade de recursos financeiros, com diversificação de fontes de fomento e de financiamentos subsidiados e apropriados, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas, dos serviços públicos, gratuitos e continuados de ATER Agroecológica e dos demais apoios sociopolíticos necessários, através da proposição de Projetos Socioambientais e Ecoeconômicos para a Fortalecimento do PNRA e PNCF para Ampliar o Acesso a Terra e a Regularização Fundiária no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico do Acesso a Terra e da Regularização Fundiária, para definição das estratégias e iniciativas para o atendimento às demandas atuais e as projetáveis para os próximos 20 anos; • Concursos públicos para contratar as competências humanas indispensáveis para o fortalecimento do PNRA e do PNCF, inclusive para a implantação do CDA no SETAF de Itaparica; • Dotação Orçamentária, com liberação a curto e médio prazos, para assentar pelo menos 10.000 famílias através do PNRA e do PNCF, com pelo menos 30% dos lotes destinados ao assentamento de mulheres provedoras de suas famílias e de jovens rurais, e para implantar a eletrificação rural pelo Programa Luz para Todos e 100% das demais infraestruturas sociais e socioprodutivas indispensáveis, também para o Empreendimento Itaparica/CHESF e as Comunidades de PCTAFs; • Dotação Orçamentária, com liberação no prazo de conclusão da implementação deste PTDRSS, de regularizar 100% dos imóveis rurais de todas as Comunidades de PCTAFs e dos assentamentos do PNRA e do PNCF; • Dotação Orçamentária para constituição e suporte de parcerias mult institucionais, com a participação efetiva e continuada dos SITRAFs, das Entidades Prestadoras de ATER, das Universidades, dos Organismos Governamentais e das

Organizações da Sociedade Civil para a regularização fundiária e a elaboração de Projetos de Manejo Socioambientalmente Sustentável dos recursos naturais de todos os assentamentos do PNRA e do PNCF, dos reassentamentos Itaparica/CHESF e de todas as Comunidades de PCTAFs;

- Capacitações e outras iniciativas de utilização e disseminação de Experiências de Referência para a Transição Agroecológica de cultivos e criatórios de famílias de assentamentos, reassentamentos e terras ou territórios tradicionais, fortalecendo assim as iniciativas de Acesso a Terra e a Regularização Fundiária, para a viabilização continuada dos Cultivos de Sequeiro e da Hortifruticultura Irrigada (com tecnologias sustentáveis de irrigação localizada e drenagem), com prioridade para os de base familiar e associativa;
- Unidades de Experiências de Referência (a exemplo das antigas Unidades de Observação, Demonstração e Pesquisa), de cultivos em Transição Agroecológica de frutas e hortaliças de Sequeiro e Hortifruticultura Irrigada, com prioridade para os de base familiar e associativa, através da disseminação da construção de Barragens Subterrâneas, Barreiros Trincheira, Cisternas de Produção e Tanques de Pedra e da perfuração, instalação de bombeamento elétrico e manutenção de poços tubulares profundos;
- Unidades de beneficiamento para a Transição Agroecológica, inclusive com a construção de packing house, reestruturação das agroindústrias paralisadas de Chorrochó e Rodelas, e implantação de novas unidades de processamento para frutas cultivadas, para os produtos do coco, e também para frutas nativas das Caatingas, atendendo-se as exigências ambientais, sanitárias e as demandas dos diversos mercados;
- Sistema de Certificação Orgânica e Agroecológica e a viabilização dos demais apoios para o acesso aos diversos mercados, à comercialização e distribuição de seus produtos de base agroecológica dos produtos dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada de origem familiar e associativa da Reforma Agrária;
- Feira Territorial da Reforma Agrária e a participação na estadual e nacional, para possibilitar intercâmbios e negócios, e dar visibilidade às Cadeias Produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; e
- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas do Acesso a Terra e da Regularização Fundiária com Prioridade Familiar e Associativa no

Território de Itaparica e sobre as suas Importâncias Socioambientais e Ecoeconômicas.

Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico do Eixo 3

Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social
Objetivo 1. Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)
As estratégias E3-1, E3-2, E3-3, E3-4, E3-5 e E3-6, visam universalizar o acesso a Formação Cidadã e o fortalecimento da Organização Social do Território Itaparica, são a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento: E3-1. Consolidar a participação da sociedade civil e a integração intersetorial e intermunicipal na gestão de políticas públicas no território; E3-2. Criar mecanismos de controle social através do acompanhamento e monitoramento das políticas públicas e ações de apoio ao desenvolvimento territorial; E3-3. Inserir mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais como sujeitos do processo de desenvolvimento no território; E3-4. Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas; E3-5. Assegurar paridade entre homens e mulheres na oferta de vagas e oportunidades de formação de capacidades e competências no território; e E3-6. Desenvolver cursos específicos para formação de mulheres e jovens, e povos e comunidades tradicionais nas temáticas contempladas neste PTDRSS.

Metas Prioritárias de Curto Prazo

Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs:

M3-1.1. Criar ou revitalizar os espaços ou instâncias territoriais de participação na Gestão de Políticas Públicas;

M3-1.2. Estruturar e fortalecer os Conselhos Municipais, Comitês e Fóruns Setoriais;

M3-2.1. Integrar todos os espaços e instâncias territoriais de gestão participativa de políticas públicas através do Colegiado Territorial;

M3-2.2. Criar Fundo de apoio as Instâncias Territoriais de Gestão Participativa de Políticas Públicas;

M3-2.3. Ampliar a quantidade de organizações sociais em 50% das instâncias territoriais de gestão participativa de políticas públicas;

M3-2.4. Viabilizar remuneração para a comunicação entre os movimentos sociais e os 6 Municípios;

M3-2.5. Implantar sistema de acompanhamento e monitoramento das ações territoriais;

M3-3.1. Assegurar paridade entre homens e mulheres, e ampliar a participação de jovens, povos e comunidades tradicionais nos espaços e instâncias de gestão de políticas públicas no território;

M3-3.2. Criar ou revitalizar espaços ou instâncias territoriais de Gestão de Políticas Públicas que abordem os temas específicos de interesse social de mulheres e jovens, e povos e comunidades tradicionais;

M3-4.1. Criar núcleos técnicos para formar a cada ano 100 lideranças territoriais, em curso especializados de no mínimo 120 horas aulas, sobre desenvolvimento territorial e gestão participativa de políticas públicas;

M3-4.2. Ampliar quantidade de gestores públicos e dirigentes de organizações da sociedade civil com capacitação básica em desenvolvimento territorial e gestão participativa de políticas públicas;

M3-5.1. Ampliar oferta de vagas nos eventos de formação para mulheres e jovens, e povos e comunidades tradicionais sobre as temáticas contempladas neste PTDRSS; e

M3-6.1. Adequar estruturas e ferramentas educacionais e ampliar oferta de capacitações para jovens e mulheres, povos e comunidades tradicionais sobre

as temáticas contempladas neste PTDRS.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E3-1, E3-2, E3-3, E3-4, E3-5 e E3-6 do Eixo 3

Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social do Território Itaparica
Programa – E3-P1-1/6. Formação Cidadã e Organização Social
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação de recursos financeiros, com diversificação de fontes subsidiadas, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas dos organismos sociopolíticos para a Formação Cidadã e Organização Social no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico das necessidades objetivas e das demandas prementes de Formação Cidadã para o fortalecimento da Organização Social para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica das Comunidades de PCTAFs e de suas Organizações Sociopolíticas; • Capacitações e outras iniciativas de Formação Cidadã e de Organização Social para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica, voltadas para lideranças de Comunidades e Organizações Sociopolíticas e Socioprodutivas de PCTAFs e demais Organizações da Sociedade Civil do território que precisam ser fortalecidas em suas atuações e incidência nos Coletivos Territoriais de Itaparica e em outras instâncias Municipais, Estaduais e Nacionais – de proposição, desenvolvimento, gestão, monitoramento e controle social dessas Políticas Públicas; • Pesquisa, sistematização e disseminação de Experiências de Referência sobre Formação Cidadã e Organização Social para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica no Território de Itaparica e em outros Territórios da Bahia e dos demais Estados; • Eventos municipais e territoriais, e participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e trocas de Experiências de Referência em Formação Cidadã e Organização Social para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica; e • Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de Formação Cidadã e Organização Social para a inclusão socioambiental, sociopolítica e

ecoeconômica no Território de Itaparica e sobre as suas Importâncias Sociopolíticas, Socioambientais e Ecoeconômicas.

Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico do Eixo 4

Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos
Objetivo 1. Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento. (PNDRSS)
As estratégias E4-1, E4-2, E4-3, E4-4, E4-5, E4-6, E4-7, E4-8, E4-9, E4-10, E4-11, E4-12, E4-13 e E4-14, para universalizar o acesso e melhorar a Gestão das Infraestruturas e dos Serviços Públicos, são a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento:
E4-1. Apoiar a Gestão Democrática Participativa das Políticas Públicas, democratizando e fortalecendo a participação das Organizações e Movimentos da Sociedade Civil nas instâncias de Controle Social de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas;
E4-2. Garantir o acesso a políticas de direito e de inclusão socioambiental promovendo a interface com os planos diretores de urbanização e de mobilidade urbana;
E4-3. Apoiar a criação de Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Território de Itaparica para ampliar a aquisição, a disponibilidade, a utilização e a manutenção de instalações, equipamentos e serviços públicos, reduzindo os investimentos e as despesas de cada um dos 6 Municípios, para, por exemplo: construir e fazer a manutenção de estradas de Integração Territorial;
E4-4. Elevar nos 6 Municípios o IDEB com a intensificação das ações voltadas para: reduzir o Índice de Evasão Escolar – IEE; universalizar a Educação Infantil; e ampliar a educação em tempo integral;
E4-5. Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a

educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio - Caatinga;

E4-6. Valorizar e promover os profissionais da educação através da formação continuada, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho, para promover a educação de qualidade;

E4-7. Ampliar as oportunidades de formação universitária para as mulheres e juventude;

E4-8. Resgatar, fortalecer e divulgar continuamente a cultura popular e saberes e costumes tradicionais;

E4-9. Incluir crianças, juventude, gestantes e nutrízes, e idosos/as em ações de segurança alimentar e nutricional, em atividades culturais e em práticas de esporte e lazer;

E4-10. Ampliar os investimentos em saúde, com a implantação da UPA e das UTIs em Paulo Afonso, além da ampliação da quantidade e qualidade de laboratórios públicos, de unidades descentralizadas como os postos e ambulatórios – urbanos e rurais –, de SAMUs e outros componentes indispensáveis com a manutenção e o fortalecimento do SUS, com gestão transparente e controle social;

E4-11. Ampliar nos 6 Municípios, as contratações, de todas as categorias de competências humanas especializadas, que são indispensáveis para melhorar os sistemas de saúde, com as condições indispensáveis para a promoção da saúde de qualidade, com atenção primária e secundária, avançando para a universalização e o acesso continuado dos serviços básicos e especializados, além de assegurar os programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, com atendimentos domiciliares;

E4-12. Reestruturar a rede de atendimento à mulher, as crianças e aos/as idosos/as vítima de violência e aos/as jovens em situação de drogadição;

E4-13. Promover e apoiar a cooperação entre os governos municipais e estadual, para fortalecer a defesa e assegurar todos os direitos humanos e socioambientais – individuais e coletivos –, a proteção da cidadania e dos patrimônios e bens públicos e a segurança pública; e

E4-14. Fortalecer e integrar todas as políticas socioeducativas e socioassistenciais para implementação de medidas preventivas e de combate à violência, através da qualificação do trabalho e do atendimento nos equipamentos e serviços de segurança.

Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico do Eixo 4

Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos
Metas Prioritárias de Curto Prazo
Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs: M4-1.1. Garantir a participação das Organizações e Movimentos da Sociedade Civil nas instâncias de Controle Social das políticas de direito e de inclusão social; M4-2.1. Estabelecer convênios entre o município e instituições financeiras com vista na execução de obras habitacionais deverão observar os planos diretores e os planos de desenvolvimento social; M4-3.1. Criar Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Território de Itaparica, priorizando políticas públicas de educação, saúde, mobilidade, segurança, saneamento, habitação de interesse social, infraestrutura, desenvolvimento socioambiental, econômico, agrícola, turístico, cultural e outros; M4-3.2. Melhorar a infraestrutura de transporte rodoviário estadual e interestadual, com a restauração das rodovias estaduais – BAs e federais – BRs nos trechos: de Barra do Tarrachil para Abaré, para Macururé e para Chorrochó; da BA 210 para Juá; da BR 116 para Projeto Pedra Branca; de Paulo Afonso para Juazeiro – por Curaçá e por Canudos; e a restauração e manutenção das estradas não asfaltadas municipais e intermunicipais; M4-3.3. Construir em Paulo Afonso uma nova ponte ligando a área da ilha com os bairros localizados no sentido de Glória e duplicar a passagem de ligação entre os bairros da Prainha e os BTN's, o Rodoviário e o Benone; M4-3.4. Implantar estrutura portuária para o transporte através das balsas em Barra do Tarrachil; M4-4.1. Alcançar em todos os 6 Municípios, IDEB igual ou superior às médias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; e 5,2 no ensino médio;

- M4-4.2.** Ter pelo menos 95% dos/as estudantes de 6 a 14 anos concluindo o ensino fundamental na idade recomendada no PNE;
- M4-4.3.** Atender em 100% a demanda de matrículas da Educação Infantil;
- M4-4.4.** Viabilizar que 100% das escolas do campo, indígenas e quilombolas tenham currículos apropriados e gestões diferenciadas;
- M4-5.1.** Implantar em 100% das Escolas do território com práticas de gestão democrática e participativa implantadas, com eleição direta para a gestão escolar e com o controle social exercido pela comunidade de aprendizado;
- M4-5.2.** Criar mais 60% das ofertas de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de educação básica;
- M4-5.3.** Ampliar em 40% a oferta de ensino integrado à educação profissional, distribuindo-as territorialmente;
- M4-5.4.** Implementar 3 escolas agrícolas (Abaré, Barra do Tarrachil e Glória) com metodologia condizente às diretrizes das escolas do campo;
- M4-5.5.** Implementar 1 Escola Família Agrícola em cada um dos 6 municípios do território;
- M4-6.1.** Assegurar que 100% dos professores do Ensino Básico participem de atividades complexas de capacitação e atualização a pelo menos cada 2 anos;
- M4-7.1.** Implantar campus universitários – UNIVASF, UNEB e outros – que abranjam os 6 municípios do território, com cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas ciências sociais, da natureza, agrárias, econômicas, da computação e outras estratégicas e que sejam focados nas realidades socioambientais, culturais e ecoeconômicas das Zonas Semiárida e Subúmida seca e da Bacia Hidrográfica do Submédio e Baixo São Francisco. Assegurando-se a manutenção da política de cotas e outras formas de estímulo e inclusão das mulheres e juventude;
- M4-8.1.** Implantar 4 equipamentos culturais no território, como Museus dos Povos da Beira Rio Caatinga, para o desenvolvimento de atividades culturais que promovam e valorizem o rio São Francisco, o bioma Caatinga, a história e a memória dos Povos e as Comunidades Tradicionais e das comunidades atingidas pelas barragens da CHESF;

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico do Eixo 4 (continuação)

Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos
Metas Prioritárias de Curto Prazo
Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades mais fragilizadas dos PCTAFs: M4-8.2. Ampliar a quantidade de eventos e manifestações culturais, especialmente os que reforcem a identidade territorial, como por exemplo apoiar a Festa do Vaqueiro em Chorrochó, criar um Roteiro da Cultura do Cangaço e do Vaqueiro, apoiar as festividades religiosas e outras; M4-9.1. Construir estratégia e implementar iniciativas de educação e segurança alimentar e nutricional, associada a iniciativas que ampliem o acesso a alimentação saudável, aos estudantes das escolas públicas estaduais e as famílias de menor renda; M4-9.2. Instituir e apoiar Câmaras Temáticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Colegiado Territorial para fomentar a articulação intersetorial das políticas de SAN; M4-9.3. Ampliar e reestruturar espaços e equipamentos públicos para o exercício da prática esportiva e de lazer, nas sedes dos 6 Municípios e em alguns dos principais povoados, baseadas nas necessidades, potencialidades e tendências locais; M4-10.1. Ampliar os investimentos em saúde nos 6 Municípios, como a implantação da UPA, de pelo menos 20 leitos de UTIs e de unidade de imagens, de radiologia e radioterapia em Paulo Afonso, aumento da quantidade de SAMUs e manutenção e recuperação dos existentes. Ampliação da quantidade e melhoria dos equipamentos públicos existentes como os 2 Hospitais Municipais de Abaré e Paulo Afonso, os Centros de Saúde de Paulo Afonso e Rodelas, a maternidade de Chorrochó, todas as UBS urbanas e rurais e aumento da capacidade de outros componentes de atendimento preventivo, emergencial e de urgência e serviços indispensáveis como as vacinações, exames laboratoriais de baixa complexidade e ampliação das doações de medicamentos e outros produtos essenciais; M4-10.2. Ampliar em 100% do atendimento à saúde das pessoas idosas;

- M4-10.3.** Manter e fortalecer todas as ações e amplitude do SUS, com a gestão compartilhada e cooperativa entre os 6 Municípios, ampliando-se a transparência e o controle social;
- M4-11.1.** Ampliar as contratações de todas as categorias de competências humanas especializadas, que são indispensáveis para melhorar os sistemas de saúde dos 6 Municípios, assegurando-se os programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, com atendimentos domiciliares;
- M4-11.2.** Capacitar continuamente todos profissionais da saúde, a cada ano com foco na saúde preventiva, contribuindo-se assim para reduzir em 40% a rotatividade da contratação desse/as profissionais;
- M4-12.1.** Reduzir o índice de violência contra a mulher em 100%, através da ampliação da cobertura da rede de atendimento à mulher vítima de violência e de atendimento a jovens em situação de drogadição e ao idoso com a criação de mais 3 centros de atendimento a mulher, 3 unidades de atendimento a jovens (drogas),e intensificar a ronda Maria da Penha;
- M4-13.1.** Criar e apoiar a atuação continuada e proativa de Conselhos Municipais de Segurança;
- M4-13.2.** Instituir Câmaras Temáticas no âmbito dos Colegiados Territoriais para fomentar o planejamento, controle e avaliação de ações cooperativas das políticas de proteção à cidadania entre Estado e Municípios, priorizando as pessoas com deficiência, os idosos, as gestantes e nutrizes, as crianças; e
- M4-14.1.** Reduzir em pelo menos 80% da taxa de homicídio, roubos de carga e nas estradas, trafico de drogas e todo tipo de violência, até a conclusão da vigência deste PTDRSS.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E4-1, E4-2, E4-

3, E4-4, E4-5, E4-6, E4-7, E4-8, E4-9, E4-10, E4-11, E4-12, E4-13 e E4-14 do Eixo

4

Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos
Programa – E4-P1-1/14. Acesso e Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação de recursos financeiros, com diversificação de fontes subsidiadas, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas dos organismos sociopolíticos para as Infraestruturas e os Serviços Públicos no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico das necessidades objetivas e das demandas prementes e sequenciadas de Infraestruturas e de Serviços Públicos para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica; • Capacitações e outras iniciativas para a formação de pessoal para a implementação, manutenção e gestão de Infraestruturas e de Serviços Públicos para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica da juventude e das lideranças de Comunidades e Organizações Sociopolíticas e Socioprodutivas de PCTAFs e demais Organizações da Sociedade Civil do território que precisam ser fortalecidas em suas atuações e incidência nos Coletivos Territoriais de Itaparica e em outras instâncias Municipais, Estaduais e Nacionais – de proposição, desenvolvimento, gestão, monitoramento e controle social dessas Políticas Públicas; • Pesquisa, sistematização e disseminação de Experiências de Referência sobre implementação, manutenção e gestão de Infraestruturas e de Serviços Públicos para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica no Território de Itaparica e em outros Territórios da Bahia e dos demais Estados; • Eventos municipais e territoriais, e participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e trocas de Experiências de Referência em implementação, manutenção e gestão de Infraestruturas e de Serviços Públicos para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica no Território de

Itaparica e em outros Territórios da Bahia e dos demais Estados; e

- Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de implementação, manutenção e gestão de Infraestruturas e de Serviços Públicos para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica no Território de Itaparica e em outros Territórios da Bahia e dos demais Estados e sobre as suas Importâncias Sociopolíticas, Socioambientais e Ecoeconômicas.

Eixo 5 - Recursos Hídricos

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Estratégico do Eixo 5

Eixo 5 - Recursos Hídricos
Objetivo 1. Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional, com a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à água e a promoção do etnodesenvolvimento (PNDRS)
As estratégias E5-1, E5-2, E5-3, E5-4 e E5-5, visam universalizar o acesso e a participação organizada na Gestão de Recursos Hídricos, são a compilação daquelas que foram atualizadas a partir das propostas construídas coletivamente no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e no PPA de Itaparica (2016 -2019), que foram reunidas às proposições dos diversos Grupos de Trabalho Temáticos da primeira oficina de construção deste PTDRSS de Itaparica que foi realizada no dia 18 de outubro de 2016 e retrabalhadas na elaboração deste documento: E5-1. Ampliar e diversificar a infraestrutura hídrica para o consumo humano, os cultivos em Quintais Produtivos e Roças de Forrageiras e o dessedentamento dos rebanhos e da fauna; E5-2. Universalizar o acesso à água de qualidade e quantidade apropriadas aos diversos usos, priorizando as famílias de PCTAFs em insegurança hídrica, principalmente aquelas cujas mulheres são provedoras; E5-3. Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas; E5-4. Promover a macrogestão democrática e participativa para a destinação justa, equitativa, continuada e sustentável das águas e dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, atendendo rigorosamente aos múltiplos interesses e destinações; e E5-5. Garantir a distribuição de água às famílias em períodos de estiagem.
Metas Prioritárias de Curto Prazo
Inserir em todas as Metas critérios que priorizem as famílias e comunidades

mais fragilizadas dos PCTAFs:

- M5-1.1.** Ampliar a capacidade de captação e armazenamento de águas de chuvas para múltiplos usos com a construção de cisternas de consumo e de produção – de enxurrada e calçadão –; barragens subterrâneas; barreiros trincheira – familiares e coletivas –; barragens em arco romano sucessivas; tanques de pedra; limpeza e ampliação do porão de aguadas e outras alternativas;
- M5-1.2.** Ampliar a capacidade de captação de águas subterrâneas com a perfuração de poços tubulares profundos, a instalação de bombas elétricas e a construção de estruturas de armazenamento, de redes distribuição e irrigação, e de bebedouros para os rebanhos;
- M5-1.3.** Assegurar que nos poços com águas salinas, construir e fazer a devida manutenção de unidades de dessalinização do Programa Água Doce;
- M5-1.4.** Recuperar e fazer as manutenções continuadas de todas as infraestrutura e tecnologias hídricas – familiares e coletivas – já implantadas no território;
- M5-1.5.** Ampliar as adutoras e outras redes de distribuição de águas para as mais diversas utilizações;
- M5-1.6.** Ampliar a disponibilidade de água para produção de alimentos nas escolas rurais, através da perfuração de poços tubulares profundos ou implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de águas de chuvas;
- M5-2.1.** Assegurar o acesso a água para 100% das famílias de PCTAFs em situação de insegurança hídrica, principalmente aquelas que tem mulheres como provedoras;
- M5-3.1.** Capacitar continuamente as famílias rurais e urbanas, em práticas de consumo responsável e gestão sustentável dos recursos hídricos, através dos serviços de ATER, do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, de ações de educomunicação, além de incluir essas temáticas no Plano Político Pedagógico dos 6 Municípios;
- M5-3.2.** Implantar 6 unidades municipais de gestão de recursos hídricos para intercâmbios entre comunidades;
- M5-4.1.** Criar Sala Territorial para monitoramento e gestão dos recursos hídricos dos 6 Municípios; e
- M5-5.1.** Assegurar o suprimento para 100% das famílias em insegurança hídrica.

Estágio da Construção Coletiva do Plano: Tático das Estratégias E5-1, E5-2, E5-3, E5-4 e E5-5 do Eixo 5

Eixo 5 - Recursos Hídricos
Programa – E5-P1-1, 2, 3, 4 e 5. Acesso e Gestão de Recursos Hídricos
Projetos Propostos:
A mobilização e garantia de ampliação de recursos financeiros, com diversificação de fontes subsidiadas, associados à qualificação e disponibilização de Competências Humanas dos organismos sociopolíticos para o acesso e a participação organizada na Gestão de Recursos Hídricos no Território de Itaparica, devem conter necessariamente os seguintes componentes: • Diagnóstico das necessidades objetivas e das demandas prementes de acesso e de participação organizada na Gestão de Recursos Hídricos para o fortalecimento da Organização Social das Comunidades de PCTAFs e de suas Organizações Sociopolíticas, Socioprodutivas e Socioambientais; • Capacitações e outras iniciativas para o acesso e participação organizada na Gestão de Recursos Hídricos para lideranças de Comunidades e Organizações Sociopolíticas, Socioprodutivas e Socioambientais de PCTAFs e demais Organizações da Sociedade Civil do território que precisam ser fortalecidas em suas atuações e incidência nos Coletivos Territoriais de Itaparica e em outras instâncias Municipais, Estaduais e Nacionais – de proposição, desenvolvimento, gestão, monitoramento e controle social de Políticas Públicas; • Pesquisa, sistematização e disseminação de Experiências de Referência sobre o acesso e participação organizada na Gestão de Recursos Hídricos para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica no Território de Itaparica e em outros Territórios da Bahia e dos demais Estados; • Eventos municipais e territoriais, e participação em outros regionais e nacionais, para possibilitar intercâmbios e trocas de Experiências de Referência em acesso e participação organizada na Gestão de Recursos Hídricos para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica; e • Campanhas de Educomunicação sobre iniciativas bem sucedidas de acesso e participação organizada na Gestão de Recursos Hídricos para a inclusão socioambiental, sociopolítica e ecoeconômica no Território de Itaparica e em outros

Territórios da Bahia e dos demais Estados, e sobre as suas Importâncias Sociopolíticas, Socioprodutivas Socioambientais e Ecoeconômicas.

Estágio da Construção Coletiva do PLANO OPERACIONAL

Referente aos Objetivos, às Estratégias, às Metas Prioritárias de Curto Prazo e aos Projetos Propostos, de cada um dos Eixos:

Estratégias do Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva:

- E1-1.** Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica;
- E1-2.** Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido;
- E1-3.** Apoiar a implantação de sistemas produtivos socioambientalmente sustentáveis, com foco na criação de trabalho legal e justamente remunerado e geração de renda familiar e associativa continuada e solidária;
- E1-4.** Fortalecer as estratégias e iniciativas para acesso aos diversos mercados para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, na perspectiva do comércio justo e solidário;
- E1-5.** Fortalecer as cadeias produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura; da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura; da avicultura de capoeira e caipira; da meliponicultura e apicultura, com prioridade familiar e associativa;
- E1-6.** Financiar e fomentar a melhoria e/ou a recuperação da infraestrutura necessária ao beneficiamento da produção agroecológica das cadeias produtivas da agricultura familiar;
- E1-7.** Promover acesso aos créditos e fomentos, de forma associada à ATER e demais serviços especializados para mulheres e jovens de PCTAFs, como sujeitos dos processos de desenvolvimento e de controle social das políticas públicas rurais e urbanas;
- E1-8.** Ampliar as ações de capacitação agroecológica e ecoeconômica, e as de ensino, pesquisa e extensão contextualizada – do ensino básico às pós-graduações –, para as famílias de PCTAFs;
- E1-9.** Assegurar e fortalecer a Política Pública de ATER Agroecológica continuada, na quantidade e qualidade adequadas para todas as famílias de Povos e

Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar e suas organizações sociopolíticas e socioprodutivas do Território de Itaparica;

E1-10. Assegurar serviços de ATER Agroecológica qualificados para apoiar a organização da produção, do beneficiamento, da comercialização e da destruição de produtos agroecológicos de empreendimentos solidários da Agricultura Familiar; e

E1-11. Valorizar, divulgar e dinamizar o potencial turístico socioambiental – ecológico, arqueológico, artístico, cultural, de aventuras, religioso e de eventos –, com prioridade para iniciativas familiares e associativas.

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

E2-1. Adquirir terras de qualidade, com o máximo de vegetação nativa e em quantidades previstas oficialmente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentar famílias de PCTAFs sem terras, de forma complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária;

E2-2. Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioprodutivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros;

E2-3. Promover a regularização fundiária das famílias e comunidades, inclusive reconhecendo e realizando a desintrusão das terras e dos territórios tradicionais Indígenas, Quilombolas e de demais PCTAFs; e

E2-4. Assegurar que pelo menos 30% dos lotes de novos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário sejam destinadas às mulheres provedoras de suas famílias e aos/as jovens rurais.

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

E3-1. Consolidar a participação da sociedade civil e a integração intersetorial e intermunicipal na gestão de políticas públicas no território;

E3-2. Criar mecanismos de controle social através do acompanhamento e monitoramento das políticas públicas e ações de apoio ao desenvolvimento territorial;

- E3-3.** Inserir mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais como sujeitos do processo de desenvolvimento no território;
- E3-4.** Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas;
- E3-5.** Assegurar paridade entre homens e mulheres na oferta de vagas e oportunidades de formação de capacidades e competências no território; e
- E3-6.** Desenvolver cursos específicos para formação de mulheres e jovens, e povos e comunidades tradicionais nas temáticas contempladas neste PTDRSS.

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

- E4-1.** Apoiar a Gestão Democrática Participativa das Políticas Públicas, democratizando e fortalecendo a participação das Organizações e Movimentos da Sociedade Civil nas instâncias de Controle Social de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas;
- E4-2.** Garantir o acesso a políticas de direito e de inclusão socioambiental promovendo a interface com os planos diretores de urbanização e de mobilidade urbana;
- E4-3.** Apoiar a criação de Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Território de Itaparica para ampliar a aquisição, a disponibilidade, a utilização e a manutenção de instalações, equipamentos e serviços públicos, reduzindo os investimentos e as despesas de cada um dos 6 Municípios, para, por exemplo: construir e fazer a manutenção de estradas de Integração Territorial;
- E4-4.** Elevar nos 6 Municípios o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB com a intensificação das ações voltadas para: reduzir o Índice de Evasão Escolar – IEE; universalizar a Educação Infantil; e ampliar a educação em tempo integral;
- E4-5.** Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio - Caatinga;

- E4-6.** Valorizar e promover os profissionais da educação através da formação continuada, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho, para promover a educação de qualidade;
- E4-7.** Ampliar as oportunidades de formação universitária para as mulheres e juventude;
- E4-8.** Resgatar, fortalecer e divulgar continuamente a cultura popular e saberes e costumes tradicionais;
- E4-9.** Incluir crianças, juventude, gestantes e nutrízes, e idosos/as em ações de segurança alimentar e nutricional, em atividades culturais e em práticas de esporte e lazer;
- E4-10.** Ampliar os investimentos em saúde, com a implantação da UPA e das UTIs em Paulo Afonso, além da ampliação da quantidade e qualidade de laboratórios públicos, de unidades descentralizadas como os postos e ambulatorios – urbanos e rurais –, de SAMUs e outros componentes indispensáveis com a manutenção e o fortalecimento do SUS, com gestão transparente e controle social;
- E4-11.** Ampliar nos 6 Municípios, as contratações, de todas as categorias de competências humanas especializadas, que são indispensáveis para melhorar os sistemas de saúde, com as condições indispensáveis para a promoção da saúde de qualidade, com atenção primária e secundária, avançando para a universalização e o acesso continuado dos serviços básicos e especializados, além de assegurar os programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde, com atendimentos domiciliares;
- E4-12.** Reestruturar a rede de atendimento à mulher, as crianças e aos/as idosos/as vítima de violência e aos/as jovens em situação de drogadição;
- E4-13.** Promover e apoiar a cooperação entre os governos municipais e estadual, para fortalecer a defesa e assegurar todos os direitos humanos e socioambientais – individuais e coletivos –, a proteção da cidadania e dos patrimônios e bens públicos e a segurança pública; e
- E4-14.** Fortalecer e integrar todas as políticas socioeducativas e socioassistenciais para implementação de medidas preventivas e de combate à violência, através da qualificação do trabalho e do atendimento nos equipamentos e serviços de segurança.

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

- E5-1.** Ampliar e diversificar a infraestrutura hídrica para o consumo humano, os cultivos em Quintais Produtivos e Roças de Forrageiras e o dessedentamento dos rebanhos e da fauna;
- E5-2.** Universalizar o acesso à água de qualidade e quantidade apropriadas aos diversos usos, priorizando as famílias de PCTAFs em insegurança hídrica, principalmente aquelas cujas mulheres são provedoras;
- E5-3.** Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas;
- E5-4.** Promover a macrogestão democrática e participativa para a destinação justa, equitativa, continuada e sustentável das águas e dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, atendendo rigorosamente aos múltiplos interesses e destinações; e
- E5-5.** Garantir a distribuição de água às famílias em períodos de estiagem.

DESCRIÇÃO GERAL DOS PLANOS OPERACIONAIS:

Justificativa:

Assegurar e fortalecer o desenvolvimento socioambientalmente sustentável, ecoeconômico e espiritual de todas as famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar – PCTAFs do Território de Itaparica, incluindo-se também jovens e mulheres, desempregadas/os, principalmente aquelas/es das famílias vulnerabilizados pela pobreza e a miséria, dos Povos e das Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar, que historicamente desenvolvem e potencializam essas Cadeias Produtivas, que precisam cada vez mais alcançar abrangentemente as suas reais potencialidades sociais, ecológicas e ecoeconômicas.

Objetivos:

Envolver todas as famílias de comunidades de PCTAFs e suas Organizações Sociais e Socioprodutivas, assegurando-se equidade participativa, condições objetivas e estímulo à participação de mulheres e jovens, na realização de

atividades continuadas de Políticas Públicas para o desenvolvimento socioambientalmente sustentável de todas as atividades socioprodutivas.

Para assegurar a materialização dos conhecimentos e das vivências apreendidas com as atividades de capacitação e de trocas de experiências, insistir de forma organizada na demanda da prestação de serviços públicos, gratuitos e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, na perspectiva da agroecologia, da sustentabilidade, do associativismo e do cooperativismo, associados às condições apropriadas – infraestrutura de produção, processamento, acondicionamento, armazenamento e transporte/entrega dos produtos –, através de programa e de projetos permanentes de fomento e de crédito subsidiado e de fácil acesso, visando aumentar a capacidade de atendimento às demandas dos diversos mercados – tradicionais, institucionais, diferenciados e privados –, de âmbitos locais, regionais, estaduais e nacionais, com alimentos agroecológicos de origem vegetal e animal saudáveis, de qualidade, nutritivos e sustentáveis.

Diagnóstico:

No Território de Itaparica existem historicamente milhares de famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar, muitas delas organizadas em Grupos Informais, Associações, Cooperativas e/ou Colônias, nos Municípios de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas, todas essas famílias tem na produção rural a sua principal atividade produtiva, de caráter extrativista, agrícola, aquícola, apícolas e pecuária, que asseguram suas sobrevivências e reproduções socioambientais.

Por gerações as famílias de PCTAFs de Itaparica não tiveram informações ou apenas as tiveram de forma parcial, incompletas e/ou insuficientes sobre a existência, bem como das formas de acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural, de oportunidades de fomento e de financiamento e de outras ações governamentais e não governamentais voltadas para a melhoria, o fortalecimento e ampliação de suas atividades tradicionais. Esse quadro pode ser ilustrado quanto ao fato de que a maioria sequer obteve suas respectivas DAP Físicas, como um direito de cidadania e de acesso à Políticas Públicas fundamentais.

Metas:

Em função da massiva exclusão histórica das famílias de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar, e por ainda serem muito recentes, insuficientes, pontuais e fragmentadas as Políticas Públicas voltadas para esses grupos sociais e suas Organizações Socioprodutivas, continuam portanto sendo muitas as necessidades de Programas e de Projetos, que mobilizem todas as instituições e competências humanas, públicas e privadas, além de assegurar o aumento continuado e crescente das dotações de recursos financeiros para ações de fomentos e destinações de financiamentos subsidiados para investimento e custeio para a implementação e operacionalização de infraestruturas – familiares e associativas –, para a produção, o beneficiamento, acondicionamentos, armazenamento, transporte e a distribuição de produtos, bem como a disponibilização dos serviços essenciais, nas quantidades e dimensões apropriadas, para todas as Cadeias Produtivas rurais, periurbanas e urbanas, que possibilitem objetivamente universalizar, por exemplo:

- **Para as famílias de Povos Indígenas e de Comunidades Tradicionais (de Fundos de Pastos e Vaqueiras), Agroextrativistas e da Agricultura Familiar:** a implantação de Quintais Produtivos e Campos de Forragens, para produção continuada de frutas, hortaliças, condimentares, medicinais e forrageiras resistentes à seca, nas áreas de sequeiro, a partir da maior disponibilidade das águas das chuvas, captadas e armazenadas em infraestruturas hídricas como: (i) Cisternas de Produção – de enxurradas e calçadão; (ii) Barragens Subterrâneas; (iii) Barreiros Trincheira – familiares e coletivos; (iv) Poços tubulares profundos; (v) Aguadas melhoradas com limpezas e aprofundamentos dos porões; (vi) Tanques de Pedra; e (vii) Outras.

- **Para as famílias de Povos Indígenas e de Comunidades Tradicionais Pescadoras Artesanais:** O desenvolvimento de atividades de capacitações, associadas às demais ações de ATER Pesqueira, visando a Transição Agroecológica, sempre na perspectiva do máximo e melhor aproveitamento dos diversos pescados, possibilitando mais agregação de qualidade e de valor para todos os produtos, assegurando-se a sustentabilidade socioambiental e ecoeconômica, quanto:

- A fabricação e recuperação de apetrechos e embarcações;

- A aquisição de insumos, complementos e conservantes naturais e agroecológicos;
- O beneficiamento de pescados para a alimentação saudável (descamação, evisceração, filetagem, trituração, produção de polpas, embutidos, patês, bolinhos, defumados e de outros produtos alimentares); e
- O aproveitamento de outros produtos de pescados (couro, vísceras e escamas de peixes e carapaças de moluscos).

• **Para todas as famílias de PCTAFs:**

- A ampliação de oportunidades e de condições indispensáveis para a ampliação dos acessos aos diversos Mercados e à comercialização e distribuição dos diversos produtos extrativista, agrícolas, aquícolas, pecuários e apícolas; e
- O apoio à constituição e a atuação de Sistema Participativos de Certificação Agroecológica e/ou Orgânica.

Cronograma:

O prazo presentemente definido para a concretização desses Programas e Projetos Propostos é o de até o fim do ano de 2028.

Estratégias:

Atuar junto à todos os Organismos, Fundos, Programas e Projetos públicos e à todas as Instâncias Governamentais Nacionais – Federais, Estaduais e Municipais – e Internacionais – Bilaterais e Multilaterais, no sentido de, por exemplo:

- Prospectar, negociar e celebrar convênios e constituírem Parcerias Institucionais e Multinstitucionais – Governamentais e não Governamentais, para que se possa ampliar, diversificar e melhor formar e qualificar as competências humanas e os suportes profissionais – técnicos e pedagógicos – de fundamentação agroecológica, ecopedagógica e ecoeconômica;
- Mobilizar e negociar contratações de financiamentos e obtenção de doações, através de construções de parcerias nacionais e internacionais – públicas, privadas e mistas –, visando assegurar a constituições de fundos que destinem recursos financeiros, inclusive não reembolsáveis, de acesso ágil, simplificado e nos períodos apropriados, não apenas através das diversas modalidades do PRONAF, para famílias e Organizações Socioprodutivas, assegurando-se o devido

cumprimento de todos os procedimentos e mecanismos legais de contratação, liberação, destinação e fiscalização;

- Assegurar todas as condições – profissionais, financeiras, matérias, operacionais e jurídicas –, inclusive com a composição democrática e justa, das Agências Reguladoras, para que elas cumpram todas as suas missões, responsabilidades e compromissos legais e constitucionais, visando a agilização, simplificação e garantia de todas as devidas concessões e os seus respectivos Licenciamentos, Autorizações, Fiscalizações e Renovações, para o desenvolvimento sustentável das atividades de todas as Cadeias Produtivas.

Arranjos Institucionais:

Será estratégico e indispensável o desenvolvimento de todas as formas legítimas, participativas, democráticas e multidimensionalmente éticas de realização de articulações, diálogos e negociações, completamente transparentes e amplamente divulgadas, visando a construção de arranjos e parcerias mult institucionais entre os mais diversos atores sociopolíticos governamentais e não governamentais, que agreguem as mais diversas institucionalidades, como por exemplo:

• Organismos do Governo Federal:

- Ministério da Integração Nacional – MI: DNOCS; CODEVASF;
- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA: Delegacia Federal;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA: CONAB; Delegacia Federal;
- Ministério do Meio Ambiente – MMA: IBAMA e ICMBio;
- Ministério das Minas e Energia – CHESF;
- Ministério da Justiça: FUNAI;
- Ministério da Saúde: ANVISA; ANS; FUNASA; SESAI; FIOCRUZ;
- Casa Civil – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário: INCRA,
- Ministério da Fazenda: Banco do Brasil; Banco do Nordeste; Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal;
- Sistema S: SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI, SENAR, SESCOOP, SENAT e SEST;
- Ministério das Forças Armadas: Exército e Marinha; e

- Outros.

- **Organismos do Governo Estadual:**

- Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR: Bahia ATER; Bahia Produtiva; SETAF;
- Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI;
- Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS: Programa Mais Água;
- Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres -
- Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI: Bahia Pesca; ADAB;
- Secretaria de Meio Ambiente – SEMA: INEMA;
- Secretaria de Saúde – SESAB: NRS;
- Secretaria de Educação – SEC: NRE;
- Secretaria de Cultura – SECULT: Pontos de Cultura; e
- Outros.

- **Organismos dos Governos Municipais:**

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria Desenvolvimento Social;
- Secretaria da Agricultura;
- Secretaria de Educação e Cultura;
- Secretaria de Saúde; e
- Secretaria de Meio Ambiente;
- Outros.

- **Poderes Legislativos:**

- Congresso Nacional: Câmara de Deputados e Senado Federal.
- Assembleia Legislativa da Bahia; e
- Câmaras de Vereadores.

- **Organismos dos Poderes Judiciários:**

- Tribunais Regionais Federais e Juizados Federais;

- Procuradorias Públicas Federais;
- Ministérios Públicos Federais;
- Tribunais e Juizados do Estado da Bahia;
- Procuradorias Públicas Estaduais; e
- Ministérios Públicos Estaduais.

•Forças Armadas e de Segurança (que tenham estrutura e atuação no Território de Itaparica):

- 1ª. Companhia de Infantaria de Paulo Afonso;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Batalhão da Polícia Militar da Bahia; e
- Polícia Civil da Bahia – Delegacia Regional e Delegacia da Mulher.

Indicadores de resultado e impacto:

Todas as iniciativas de Políticas Públicas – Federais, Estaduais e Municipais –, que estão em desenvolvimentos e serão desenvolvidas no Território de Itaparica, têm seus próprios Indicadores de Resultados e Indicadores de Impactos estabelecidos e com seus respectivos processos de verificação, análise e avaliação. Na medida do que, quanto e quando for necessário dever-se-á buscar as concertações necessárias para se complementar outros aspectos e objetos de verificação.

Quanto aos novos Programas e Projetos que forem desenvolvidos, à luz do que se propõem nesse PTDTSS de Itaparica, seus respectivos Indicadores de Resultados e Indicadores de Impactos, bem como os processos de verificação, análise e avaliação, deverão ser construídos e utilizados coletivamente, pelas Organizações da Sociedade Civil e pelos Organismos Governamentais diretamente envolvidos com os seus desenvolvimentos.

Gestão:

As gestões de todos os Programas e Projetos, a serem propostos, negociados e desenvolvidos, com base nas proposições desse PTDTSS de Itaparica, tanto em relação às implementações, aos acompanhamentos e monitoramentos em processos, quanto às suas respectivas verificações, análises e avaliações, deverão ser realizadas coletivamente, pelas Organizações da Sociedade Civil e pelos

Organismos Governamentais diretamente envolvidos com o desenvolvimento de cada um deles.

Custos:

A serem orçados na elaboração de cada um dos Programas e Projetos.

POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES A SEREM MOBILIZADAS E COMPROMETIDAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE TODOS OS PLANOS OPERACIONAIS DOS DIVERSOS PROJETOS A SEREM PROPOSTOS:

Visando apontar o que já existe de Políticas Públicas, principalmente as que são Estaduais, inclusive a reformulação das Políticas Públicas que foram implementadas pelo Governo Estadual, no ano de 2015, com a criação e a estruturação do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF e da iniciativa de construção, a partir do ano de 2017, de parcerias entre o governo estadual com as respectivas gestões municipais dos 417 Municípios baianos, buscando-se a estruturação e/ou o fortalecimento, em cada municipalidade, do Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar – SEMAF, por meio dos Departamentos, Diretorias ou Secretarias Municipais de Agricultura, procurou-se identificar e citar algumas Políticas Públicas que são relacionadas a cada um dos Projetos Propostos, como forma de se facilitar a busca de recursos, suportes e outros tipos de apoios públicos governamentais, que lhes sejam compatíveis.

Organismos, Políticas e Instrumentos Nacionais e Internacionais
<u>Bilaterais e Multilaterais:</u> • Agências Internacionais: BID, BIRD, DFID, FIDA, IICA, JICA, EU, UNICEF, UNIFEM e USAID; • Organismos: FAO, OMS, OPAS, PNUD, PNUMA, UNESCO e outro.
<u>Federais:</u> • Ministérios: da Integração Nacional; do Desenvolvimento Social e Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; das Minas e Energia; da Justiça; da Saúde; Casa Civil – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda; das Forças Armadas; e outros • Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;

- Zoneamento Agroecológico;
- Zoneamento de Riscos Climáticos;
- SISBI/POA – SUASA;
- Políticas e/ou Políticas Nacionais: de Povos e Comunidades Tradicionais, de Conservação da Biodiversidade, de Produtos da Sociobiodiversidade, de Combate à Desertificação e de Mitigação dos Efeitos da Seca;
- Fundos: FNMA, FSA CAIXA, FUNBIO e outros;
- Organismos: BNB, BNDES, FBB, FUNASA, UNIVASF, IFBA e outros;
- PRONAFs: Modalidades Semiárido, Agroecologia, Eco, Floresta, Jovem e Mulher;
- Sistema S: SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI, SENAR, SESCOOP, SENAT e SEST; e
- Outras.

Estaduais:

- Secretarias: de Desenvolvimento Rural; de Promoção da Igualdade Racial; de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; de Políticas para as Mulheres; da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura; de Meio Ambiente; de Saúde; de Educação; de Cultura; e outras.
- Fundos: Estadual do Meio Ambiente – FEMA;
- Serviços: Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF;
- Organismos: ADAB; Bahia Pesca; ADAB; INEMA; NRS; NRE; UNEB; e outros;
- Programas e Projetos: Bahia ATER (ATER de Base Agroecológica; ATER do Bahia Produtiva; ATER Pesqueira (i); Água para Todos; Mais Água; CEFIR; Pontos de Cultura; DESENVOLVE (ii); Selo Produto da Bahia (iii); MODERINFRA (iv); Revitalização e Dinamização da CP do Coco (v); Pró Berro; Plano Leite Bahia;
- Estruturas públicas: Mercado do Produtor (vi); Centros de Comercialização de Animais;
- Parques Aquícolas da Bahia Pesca (vii);
- Estações de Piscicultura: da Bahia Pesca, da CHESF, da CODEVASF e do DNOCS;
- Política e Plano Estadual de Combate à Desertificação e de Mitigação dos Efeitos da Seca; e

- Outras.

Municipais:

- Secretarias ou Departamentos Municipais: de Agricultura, de Desenvolvimento Social, de Educação, outras.
- Serviços: Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar SEMAF;

- (i) Capacitação para a substituição gradual das regatas, catraias e canoas, por embarcações de fibra de vidro motorizadas;
Programa de Fortalecimento das Comunidades Tradicionais Pescadoras Artesanais, Ribeirinhas e Assentadas, com o Cultivo de Peixes em Tanques-Rede e Viveiros Escavados;
- (ii) Apoio à Agroindustrialização: Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica.
- (iii) Selo de Certificação de Qualidade Produto da Bahia;
- (iv) Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem.
- (v) Plano Estadual de Revitalização e Dinamização da Cadeia Produtiva do Coco: inclusive com o fortalecimento da Subcâmara Setorial do Coco. As áreas beneficiadas pelo Plano têm abrangência nos Perímetros irrigados de Juazeiro e Rodelas, no Baixo Sul, no Sul da Bahia e no Território do Litoral Norte/Agreste de Alagoinhas.
- (vi) Estrutura pública para a realização de operações de compra e venda, preferencialmente em nível de atacado, reunindo produtores, vendedores, compradores e comerciantes; e
- (vii) Parques Aquícolas em Águas de Domínio do Estado da Bahia.

Organizações da Sociedade Civil do ou com Atuação no Território de Itaparica

- Sindicatos: Polo Sindical do Submédio São Francisco, SITRAFs, dos Comerciantes; APLB; SINERGIA;
- Organizações de Povos e Comunidades Tradicionais: Indígenas, Quilombolas, de Pescadores Artesanais, de Fundos de Pastos, de Vaqueiros e de Terreiros;
- ONGs: AGENDHA, CIMI, CPP, Raízes, Recanto da Solidariedade, Repensar, Roda da Baraúna, SABEH, SESOL,
- Sem Terras: MPA e MST;

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Pastorais: CPP, CPT, da Criança, outras;• Articulações, Fóruns e Redes: ASA, Colegiado Territorial, |
| Conselhos Estaduais e Municipais: |
| <u>Estaduais:</u> <ul style="list-style-type: none">• De Desenvolvimento Rural Sustentável, de Segurança Alimentar, do Meio Ambiente, da Mulher, da Infância e Adolescência, de Saúde, de Educação, da Pessoa Deficiente, do Idoso, outros; e |
| <u>Municipais:</u> <ul style="list-style-type: none">• De Desenvolvimento Rural Sustentável, de Segurança Alimentar, do Meio Ambiente, da Mulher, da Infância e Adolescência, de Saúde, de Educação, da Pessoa Deficiente, do Idoso, outros. |

PARTE 3 – LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES

3.1. Dimensões Socioeconômica e Agrária

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.1.A. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioambientais

Abordagem Dialógica da Construção Coletiva: com base no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e nos Diálogos na Primeira Oficina deste PTDRSS	
Limitações	Potencialidades
Por muitos anos foi muito forte a emigração, causando grande crise identitária	Diversidade étnica e cultural de Povos Indígenas e Quilombolas e de Comunidades Tradicionais (de Pescadores Artesanais, de Fundo de Pastos, de Vaqueiros, de Terreiros, outros), Agroextrativistas e da Agricultura Familiar - PCTAFs
	Agregação de novos conhecimentos aos saberes tradicionais dos diversos PCTAFs
	Articulação de interesses comuns entre as famílias, comunidades, organizações e movimentos de PCTAFs
É grande a fragilidade organizacional dos Povos e das Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar	Grande diversidade de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar
	História de lutas sociais e conquistas históricas dos diversos PCTAFs
	Momento histórico de retrocesso político e dos direitos sociais atingindo diretamente as conquistas históricas dos diversos PCTAFs
Há muita demora nos processos	Crescente Autoidentificação Sociocultural e Sociopolítica de Povos Indígenas e Quilombolas e de

de reconhecimento de Povos e Comunidades Tradicionais e Precarização da legalização e desintrusão de terras e territórios	Comunidades Tradicionais (de Pescadores Artesanais, de Fundo de Pastos, de Vaqueiros, de Terreiros, outros), Agroextrativistas
	Reafirmação e Atendimento: de direitos – naturais e conquistados –, principalmente fundiários – terras e territórios tradicionais
	Políticas Públicas afirmativas da diversidade étnica, social e cultural e da igualdade de direitos individuais e coletivos

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.1.B. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioambientais

Eixos-Estratégias Diretamente Relacionados aos Aspectos Socioambientais: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva:

- E1-1.** Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica;
- E1-2.** Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido;
- E1-9.** Assegurar e fortalecer a Política Pública de ATER Agroecológica continuada, na quantidade e qualidade adequadas para todas as famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar e suas organizações sociopolíticas e socioprodutivas do Território de Itaparica; e
- E1-11.** Valorizar, divulgar e dinamizar o potencial turístico socioambiental – ecológico, arqueológico, artístico, cultural, de aventuras, religioso e de eventos –, com prioridade para iniciativas familiares e associativas.

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

- E2-1.** Adquirir terras de qualidade, com o máximo de vegetação nativa e em quantidades previstas oficialmente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentar famílias de PCTAFs sem terras, de forma complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária;
- E2-2.** Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioprodutivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros;

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

- E3-2.** Criar mecanismos de controle social através do acompanhamento e monitoramento das políticas públicas e ações de apoio ao desenvolvimento territorial;
- E3-3.** Inserir mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais como sujeitos do processo de desenvolvimento no território;
- E3-4.** Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas; e
- E3-5.** Assegurar paridade entre homens e mulheres na oferta de vagas e oportunidades de formação de capacidades e competências no território.

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

- E4-13.** Promover e apoiar a cooperação entre os governos municipais e estadual, para fortalecer a defesa e assegurar todos os direitos humanos e socioambientais – individuais e coletivos –, a proteção da cidadania e dos patrimônios e bens públicos e a segurança pública; e

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

- E5-1.** Ampliar e diversificar a infraestrutura hídrica para o consumo humano, os cultivos em Quintais Produtivos e Roças de Forrageiras e o dessedentamento dos rebanhos e da fauna;
- E5-2.** Universalizar o acesso à água de qualidade e quantidade apropriadas aos diversos usos, priorizando as famílias de PCTAFs em insegurança hídrica, principalmente aquelas cujas mulheres são provedoras;
- E5-3.** Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas;
- E5-4.** Promover a macrogestão democrática e participativa para a destinação justa, equitativa, continuada e sustentável das águas e dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, atendendo rigorosamente aos múltiplos interesses e destinações; e

E5-5. Garantir a distribuição de água às famílias em períodos de estiagem.

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.1.C. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioambientais

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(2) Ampliar a fiscalização e a execução das políticas ambientais no território e transformar o posto avançado do INEMA em unidade regional do instituto, com a reforma do prédio doado pela CHESF	Secretaria do Meio Ambiente – SEMA Execução Parcial Programa 207: Meio Ambiente e Sustentabilidade Componente 3: Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos Meta 5: Requalificar estrutura física de unidades regionais Justificativa: Desde 2011 o Posto Avançado do INEMA em Paulo Afonso, vinculado à Unidade Regional Sertão do São Francisco, sediada no município de Juazeiro, executa a agenda da gestão ambiental estadual, com vista à implementação das políticas ambientais no território, na sua área de abrangência (atende a aproximadamente quinze municípios do Estado da Bahia).
(19) Criar infraestrutura para a produção de mudas nativas e implementar projetos para recompor as áreas de proteção permanente e áreas degradadas	Secretaria do Meio Ambiente – SEMA Execução Parcial Programa 207: Meio Ambiente e Sustentabilidade Componente 2: Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos Meta 26: Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas
(40) Recuperar a Caatinga das	Secretaria do Meio Ambiente – SEMA Execução: Parcial

áreas degradadas com plantios de espécies nativas e proteção das áreas em risco de desertificação	Programa: Meio Ambiente e Sustentabilidade Componente: Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos Meta: Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas
--	--

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.2.A. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioeconômicos

Abordagem Dialógica da Construção Coletiva: com base no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e nos Diálogos na Primeira Oficina deste PTDRSS	
Limites	Potencialidades
Arelada à CHESF, empreiteiras e prestadoras de serviços	Royalties e ISS permitem planejar melhor os investimentos e custeio
	Inovação e criatividade para Parcerias Público Privadas – PPPs
	Estimular investimentos empresariais para Projetos Sociais
Não diversifica para turismo, natureza, agricultura e aquicultura	Cachoeira, Cânion, lagos, Raso da Catarina, serras
	Sociobiodiversidade com espécies endêmicas e raras, e variedades e raças tradicionais
	BH do São Francisco e lagos (aquicultura e pesca artesanal). Clima Semiárido (fruticultura, avicultura, apicultura, meliponicultura, caprino e ovinocultura)
	Boa rede viária, logística e transporte terrestre diário e aeroporto Fábricas de rações, abatedouros, CEASA e feiras livres
Visão estreita do empresariado (urbanizado)	Polo comercial varejo/atacado e de Prestação de serviços especializados
	Localização geográfica e climática para indústrias limpas (equipamentos para energia eólica e fotovoltaica. Informática – hardware e software)
	Posição estratégica de 4 fronteiras estaduais e proximidade de 4 Capitais e regiões Metropolitanas distantes 280km (Aracaju), 320km (Maceió), 440km (Recife) e 460km (Salvador)

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.2.B. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioeconômicos

Eixos-Estratégias mais Diretamente Relacionados aos Aspectos Socioeconômicos: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

- E1-3.** Apoiar a implantação de sistemas produtivos socioambientalmente sustentáveis, com foco na criação de trabalho legal e justamente remunerado e geração de renda familiar e associativa continuada e solidária;
- E1-4.** Fortalecer as estratégias e iniciativas para acesso aos diversos mercados para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, na perspectiva do comércio justo e solidário;
- E1-5.** Fortalecer as cadeias produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura; da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura; da avicultura de capoeira e caipira; da meliponicultura e apicultura, com prioridade familiar e associativa;
- E1-6.** Financiar e fomentar a melhoria e/ou a recuperação da infraestrutura necessária ao beneficiamento da produção agroecológica das cadeias produtivas da agricultura familiar;
- E1-7.** Promover acesso aos créditos e fomentos, de forma associada à ATER Agroecológica e demais serviços especializados para mulheres e jovens de PCTAFs, como sujeitos dos processos de desenvolvimento e de controle social das políticas públicas rurais e urbanas;
- E1-9.** Assegurar e fortalecer a Política Pública de ATER Agroecológica continuada, na quantidade e qualidade adequadas para todas as famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar e suas organizações sociopolíticas e socioprodutivas do Território de Itaparica; e
- E1-10.** Assegurar serviços de ATER Agroecológica qualificados para apoiar a organização da produção, do beneficiamento, da comercialização e da destruição de produtos agroecológicos de empreendimentos solidários da Agricultura Familiar.

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

- E2-1.** Adquirir terras de qualidade, com o máximo de vegetação nativa e em quantidades previstas oficialmente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentar famílias de PCTAFs sem terras, de forma complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária;
- E2-2.** Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioprodutivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros;
- E2-3.** Promover a regularização fundiária das famílias e comunidades, inclusive reconhecendo e realizando a desintrusão das terras e dos territórios tradicionais Indígenas, Quilombolas e de demais PCTAFs; e
- E2-4.** Assegurar que pelo menos 30% dos lotes de novos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário sejam destinadas às mulheres provedoras de suas famílias e aos/as jovens rurais.

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

- E3-1.** Consolidar a participação da sociedade civil e a integração intersetorial e intermunicipal na gestão de políticas públicas no território;
- E3-3.** Inserir mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais como sujeitos do processo de desenvolvimento no território;
- E3-4.** Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas;
- E3-5.** Assegurar paridade entre homens e mulheres na oferta de vagas e oportunidades de formação de capacidades e competências no território; e
- E3-6.** Desenvolver cursos específicos para formação de mulheres e jovens, e povos e comunidades tradicionais nas temáticas contempladas neste PTDRSS.

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.2.B. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioeconômicos (continuação)

Eixos-Estratégias mais Diretamente Relacionados aos Aspectos Socioeconômicos: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

- E4-1.** Apoiar a Gestão Democrática Participativa das Políticas Públicas, democratizando e fortalecendo a participação das Organizações e Movimentos da Sociedade Civil nas instâncias de Controle Social de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas;
- E4-4.** Elevar nos 6 Municípios o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB com a intensificação das ações voltadas para: reduzir o Índice de Evasão Escolar – IEE; universalizar a Educação Infantil; e ampliar a educação em tempo integral;
- E4-5.** Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio – Caatinga;
- E4-6.** Valorizar e promover os profissionais da educação através da formação continuada, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho, para promover a educação de qualidade;
- E4-7.** Ampliar as oportunidades de formação universitária para as mulheres e juventude;
- E4-14.** Fortalecer e integrar todas as políticas socioeducativas e socioassistenciais para implementação de medidas preventivas e de combate à violência, através da qualificação do trabalho e do atendimento nos equipamentos e serviços de segurança.

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

- E5-2.** Universalizar o acesso à água de qualidade e quantidade apropriadas aos diversos usos, priorizando as famílias de PCTAFs em insegurança hídrica, principalmente aquelas cujas mulheres são provedoras;
- E5-3.** Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável

das águas familiares e coletivas;

E5-4. Promover a macrogestão democrática e participativa para a destinação justa, equitativa, continuada e sustentável das águas e dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, atendendo rigorosamente aos múltiplos interesses e destinações; e

E5-5. Garantir a distribuição de água às famílias em períodos de estiagem.

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.2.C. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioeconômicos

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(15) Construir um centro de informação e capacitação para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programação 206: Desenvolvimento Rural Sustentável, Complemento 13: Promover processos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento rural sustentável dos territórios de identidade, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração, povos tradicionais e de terreiros, Meta 1: Promover nos territórios de identidade a gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural e reforma agrária
(21) Estruturar as bases de serviço territorial para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e aquisição de insumos.	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 206: Desenvolvimento Rural Sustentável, Complemento 13: Promover processos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento rural sustentável dos territórios de identidade, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração, povos tradicionais e de terreiros, Meta 1: Promover nos territórios de identidade a gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural e reforma agrária
(23) Executar proposta	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI Justificativa: O Programa 203, Compromisso 10, possui meta regionalizada para o Estado, a qual contempla

existente de implantação de um abatedouro regional em Chorrochó, comunidade de Barra do Tarrachil e adequar o funcionamento dos já existentes	a instalação desses equipamentos, podendo ser regionalizada para o referido território a partir da demanda identificada pela SEAGRI Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Justificativa: Não se aplica à SDR
(24) Fomentar a cadeia produtiva da apicultura por meio da criação de núcleo de tecnologia e assistência técnica para o território	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 206: Desenvolvimento Rural Sustentável, Complemento 9: Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens, negros e mulheres, Meta 1: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural Complemento 10: Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais, Meta 2: Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis para a transição agroecológica
(25) Fomentar a cadeia produtiva da caprinovinocultura por meio da criação de dois	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 206: Desenvolvimento Rural Sustentável, Complemento 10: Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as

núcleos micro regionais de tecnologia e assistência técnico	particularidades e potencialidades territoriais, Meta 2: Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis para a transição agroecológica
--	---

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.2.C. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioeconômicos (continuação)

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(26) Fomentar a implantação de indústrias e agroindústrias de acordo com a vocação do território	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI Atendimento: Total Programa 203: Desenvolvimento Produtivo Complemento 9: Fomentar a ampliação da biomassa energética a fim de viabilizar a produção de biocombustíveis, biogás, briquetes e pellets, Meta 10: Implantar indústrias de produção de biodiesel à base de rejeitos do processamento de pescado Complemento 11: Fortalecer as câmaras setoriais, como instrumento de planejamento, articulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio baiano Meta 15: Fomentar projetos de modernização e implantação de agroindústrias por meio da disponibilização de máquinas e equipamentos inovadores Programa 216: Vida Melhor Complemento 14: Fortalecer as atividades de pesca e aquicultura no Estado Meta 11: Implantar unidades de processamento e beneficiamento da produção aquícola e pesqueira
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE Justificativa: Esta proposta pode ser atendida através da Iniciativa 6 Implantar Polos Agroindustriais da Meta 6, do Compromisso 18 Programa 203 – Desenvolvimento

	Produtivo Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 206: Desenvolvimento Rural Sustentável Complemento 8: Fomentar a agroindustrialização, a comercialização, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais Meta 3: Implantar infraestrutura para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar
(27) Fomentar desenvolvimento da cadeia produtiva da fruticultura irrigada	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 206: Desenvolvimento Rural Sustentável Complemento 10: Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais Meta 2: Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis para a transição agroecológica Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI Justificativa: O Programa 203, Compromisso 10, possui a meta 47 - Fomentar a modernização das áreas agrícolas de produção de frutas para atender a indústria, a qual já contempla esse território

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.2.C. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos Socioeconômicos (continuação)

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(30) Implantar uma unidade de beneficiamento de peixe em Rodelas e ampliar as unidades de Paulo Afonso e Glória	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI Atendimento: Total Programa 203: Desenvolvimento Produtivo Complemento 11: Fortalecer as câmaras setoriais, como instrumento de planejamento, articulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio baiano Meta 15: Fomentar projetos de modernização e implantação de agroindústrias por meio da disponibilização de máquinas e equipamentos inovadores
(34) Implantar nas áreas comunitárias para produção de frutas e hortaliças sistemas irrigado e de sequeiro, nas comunidades tradicionais, dos povos indígenas, quilombolas, pescadores e comunidade de fundo de	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 206: Desenvolvimento Rural Sustentável, Complemento 9: Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens, negros e mulheres, Meta 1: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade para o desenvolvimento rural Secretaria da Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI Justificativa: é função da SDR

pasto e agricultores familiares	
(37) Implementar e ampliar os projetos de irrigação voltados para agricultores familiares	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 213: Água para Todos, Complemento 17: Ampliar a infraestrutura hídrica de uso múltiplo, garantindo a transição agroecológica para o desenvolvimento rural Meta 2: Implementar tecnologias sociais para captar e reservar água de chuva para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.3.A. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos do Acesso a Terra e da Produção Agroecológica

Abordagem Dialógica da Construção Coletiva: com base no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e nos Diálogos na Primeira Oficina deste PTDRSS	
Limites	Potencialidades
Extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que foi substituído pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD	Crescente Autoidentificação Étnica, Cultural e Tradicional, com fortalecimento das lutas e ampliação das conquistas de Terras e de Territórios Tradicionais pelos Povos (Indígenas e Quilombolas) e Comunidades Tradicionais (de Pescadores Artesanais, de Fundo de Pastos, de Vaqueiros, de Terreiros, outros), Agroextrativistas e da Agricultura Familiar – PCTAFs do Território de Itaparica
	Grande quantidade de famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras lutando em acampamentos por acesso a terras improdutivas e pela viabilização produtiva e socioambiental de assentamentos recentes no Território de Itaparica
	Crescimento da articulação sociopolítica e solidaria, com intercâmbios, trocas de experiências e integração de lutas de famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e de PCTAFs e suas das Comunidades, Organizações e Movimentos do Território de Itaparica, de outros Territórios da Bahia e de outros Estados
Sucateamento do INCRA e fragilização profissional e estrutural, com drástica redução orçamentária do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA	Continuidade da Política Estadual de Reforma Agrária, com a criação da SDR e a reestruturação e o fortalecimento da SEPROMI e da SJDHDS, persistindo-se na inclusão socioproductiva, socioambiental e ecoeconômica das famílias, comunidades, organizações e movimentos de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e de PCTAFs de todos os territórios baianos
	Criação da SDR Bahia, agregando as estruturas e as equipes da CDA, da CAR, da Bahia ATER, da SUAF, Bahia Produtiva, Mais Água e a Coordenação de Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica –

	CEPEX, além da implementação dos escritórios regionais do Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF e disponibilização de Agentes de Desenvolvimento Territorial - ADTs, para o desenvolvimento de Programas e Projetos visando o fortalecimento das famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e de PCTAFs, e de suas Organizações e Movimentos Sociopolíticos, Socioambientais e Socioprodutivos, em todos os territórios baianos
	Parceria da SDR Bahia, SEPROMI, SJDHDS e da SEAGRI, para a articulação de Programas e Projetos visando o fortalecimento e a sustentabilidade socioprodutiva, socioambiental e ecoeconômica das famílias, comunidades, organizações e movimentos de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e de PCTAFs, em todos os territórios baianos
Ampliação, fortalecimento e radicalização da atuação da Bancada Ruralista no Senado, na Câmara de Deputados Federais e na Assembleia Legislativa da Bahia	Formação de Frentes Parlamentares da Assembleia Legislativa da Bahia – a da Agricultura Familiar e Economia Solidária, a da Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Assistência Técnica e Extensão Rural, a em Defesa do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia e a Ambientalista, através do Grupo de Trabalho de Cobate aos Efeitos dos Agrotóxicos, que apoiam reivindicações e lutas das Organizações e dos Movimentos dos Sem Terras e de PCTAFs
	Diversificação e fortalecimento das Organizações e Movimentos Sociais no Campo, com crescimento e intensificação das lutas e das conquistas por terras pelas famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e por Terras e Territórios Tradicionais de PCTAFs
	Aumento e diversificação de Políticas Públicas afirmativas e de reconhecimento e valorização dos acampamentos e dos assentamentos de famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e das Terras e dos Territórios Tradicionais de PCTAFs

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.3.B. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos do Acesso a Terra e da Produção Agroecológica

Eixos-Estratégias Diretamente Relacionados aos Aspectos do Acesso a Terra e da Produção Agroecológica: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Estratégias do Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva:

- E1-1.** Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica;
- E1-2.** Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido;
- E1-3.** Apoiar a implantação de sistemas produtivos socioambientalmente sustentáveis, com foco na criação de trabalho legal e justamente remunerado e geração de renda familiar e associativa continuada e solidária;
- E1-4.** Fortalecer as estratégias e iniciativas para acesso aos diversos mercados para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, na perspectiva do comércio justo e solidário;
- E1-5.** Fortalecer as cadeias produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura; da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura; da avicultura de capoeira e caipira; da meliponicultura e apicultura, com prioridade familiar e associativa;
- E1-6.** Financiar e fomentar a melhoria e/ou a recuperação da infraestrutura necessária ao beneficiamento da produção agroecológica das cadeias produtivas da agricultura familiar;
- E1-7.** Promover acesso aos créditos e fomentos, de forma associada à ATER Agroecológica e demais serviços especializados para mulheres e jovens de PCTAFs, como sujeitos dos processos de desenvolvimento e de controle social das políticas públicas rurais e urbanas;
- E1-8.** Ampliar as ações de capacitação agroecológica e ecoeconômica, e as de ensino, pesquisa e extensão contextualizada – do ensino básico às pós-graduações –, para as famílias de PCTAFs;
- E1-9.** Assegurar e fortalecer a Política Pública de ATER Agroecológica continuada, na quantidade e qualidade adequadas para todas as

famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar e suas organizações sociopolíticas e socioproductivas do Território de Itaparica;

E1-10. Assegurar serviços de ATER Agroecológica qualificados para apoiar a organização da produção, do beneficiamento, da comercialização e da destruição de produtos agroecológicos de empreendimentos solidários da Agricultura Familiar;

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

E2-1. Adquirir terras de qualidade, com o máximo de vegetação nativa e em quantidades previstas oficialmente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentar famílias de PCTAFs sem terras, de forma complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária; e

E2-2. Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioproductivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros.

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

E3-4. Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas;

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

E4-5. Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio - Caatinga;

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

- E5-1.** Ampliar e diversificar a infraestrutura hídrica para o consumo humano, os cultivos em Quintais Produtivos e Roças de Forrageiras e o dessedentamento dos rebanhos e da fauna;
- E5-2.** Universalizar o acesso à água de qualidade e quantidade apropriadas aos diversos usos, priorizando as famílias de PCTAFs em insegurança hídrica, principalmente aquelas cujas mulheres são provedoras;
- E5-3.** Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas;
- E5-4.** Promover a macrogestão democrática e participativa para a destinação justa, equitativa, continuada e sustentável das águas e dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, atendendo rigorosamente aos múltiplos interesses e destinações; e
- E5-5.** Garantir a distribuição de água às famílias em períodos de estiagem.

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.3.C. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos do Acesso a Terra e da Produção Agroecológica

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(7) Apoiar a construção de creches em todo o território	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS Justificativa: A escuta refere-se a Secretaria de Educação - SEC
(17) Criação de centro vocacional tecnológico no território de Itaparica, capacitação para comunidades tradicionais atendendo a vocação local ampliando o número de convênios de estagio curricular entre os órgãos estaduais do poder executivo e as instituições de ensino	Secretaria de Educação – SEC Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI Justificativa: O Governo Federal suspendeu o repasse de recursos para o programa CVTT Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI Justificativa: CVTT é realizado pela SECTI
(18)	Secretaria de Educação – SEC

Criar cursos em universidades/institutos públicos de agronomia, veterinária, artes cênicas e música ampliação do campus existente e da residência estudantil e extensão dos cursos através de polo da UAB/EAD na micro região de Abaré, Chorrochó, Rodelas e Macururé	Atendimento: Parcial Programação 212: Educar para Transformar Complemento 20: Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino Meta 8: Realizar a valorização e formação inicial e continuada para professores e profissionais da educação
---	---

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.4.A. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos da Regularização Fundiária e da Produção Agroecológica

Abordagem Dialógica da Construção Coletiva: com base no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e nos Diálogos na Primeira Oficina deste PTDRSS	
Limites	Potencialidades
Extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que foi substituído pela Extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que foi substituído pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD	Crescimento da organização sociopolítica com autoidentificação étnica, cultural e tradicional dos Povos (Indígenas e Quilombolas) e Comunidades Tradicionais (de Pescadores Artesanais, de Fundo de Pastos, de Vaqueiros, de Terreiros, outros), Agroextrativistas e da Agricultura Familiar, do Território de Itaparica, que lutam pelo reconhecimento de suas Terras e de seus Territórios Tradicionais
	Grande quantidade de famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras reivindicando e fazendo articulações, intercâmbios, trocas de experiências e integrando lutas pelo reconhecimento e pela regularização e titulação fundiária de suas Terras no Território de Itaparica e com outros Territórios da Bahia e de outros Estados
	Crescimento da integração de lutas de famílias de Comunidades, Organizações e Movimentos de PCTAFs, sobre reconhecimento, demarcação, regularização, titulação fundiária e desintrusão de suas Terras e Territórios Tradicionais no Território de Itaparica, e também realizando articulações, intercâmbios e trocas de experiências com outros Territórios da Bahia e de outros Estados
Sucateamento do INCRA e fragilização profissional e estrutural, com drástica redução orçamentária do Programa Nacional de Crédito Fundiário –	Fortalecimento da Política Estadual de Gestão Fundiária, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, com sua Superintendência de Políticas Territoriais e Reforma Agrária – SUTRAG e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA e que atua com ações complementares dos Programas Nacionais de Reforma Agrária – PNRF e do Crédito Fundiário – PNCF da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, como

PNCF	responsável pelo Crédito Fundiário e a Regularização Fundiária, contando com a reestruturação e o fortalecimento da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI e da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, para aumentar e agilizar a regularização e a titulação fundiária de Assentamentos do PNRF e do PNCF e também com o reconhecimento, a demarcação e a desintrusão de Terras e Territórios Tradicionais de famílias de PCTAFs de Itaparica e demais territórios baianos
	Criação da SDR Bahia, agregando a CDA, CAR, Bahia ATER, Bahia Produtiva, Mais Água e implementando os escritórios regionais do Centros Territoriais de Apoio à Agricultura familiar – CETAF e disponibilização de Agentes de Desenvolvimento Territorial - ADTs, para o desenvolvimento de Programas e Projetos visando o fortalecimento das famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e de PCTAFs, e de suas Organizações e Movimentos Sociopolíticos, Socioambientais e Socioprodutivos, em todos os territórios baianos
	Parceria da SDR, SEPROMI, SJDHDS e Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, com a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA para a realização do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR, visando apoiar o planejamento e desenvolvimento de ações de regularização e titulação fundiária de Assentamentos do PNRF e do PNCF e de reconhecimento, demarcação e desintrusão de Terras e Territórios Tradicionais de famílias de PCTAFs de Itaparica e demais territórios baianos
Ampliação, fortalecimento e radicalização da atuação da Bancada Ruralista no Senado, na Câmara de Deputados Federais e	Formação de Frentes Parlamentares da Assembleia Legislativa da Bahia – a da Agricultura Familiar e Economia Solidária; a da Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Assistência Técnica e Extensão Rural; a de Defesa do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Ambientalista, com seu Grupo de Trabalho de Cobate aos Efeitos dos Agrotóxicos, que apoiam

na Assembleia Legislativa da Bahia	reivindicações e lutas das famílias, organizações e dos movimentos dos Sem Terras e de PCTAFs
	Diversificação e fortalecimento das Organizações e Movimentos Sociais no Campo, com crescimento e intensificação das lutas e das conquistas por terras pelas famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e por Terras e Territórios Tradicionais de PCTAFs
	Aumento e diversificação de Políticas Públicas afirmativas e de reconhecimento e valorização dos acampamentos e dos assentamentos de famílias de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terras e das Terras e dos Territórios Tradicionais de PCTAFs

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.4.B. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos da Regularização Fundiária e da Produção Agroecológica

Eixos-Estratégias Diretamente Relacionados aos Aspectos da Regularização Fundiária e da Produção Agroecológica: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Estratégias do Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva:

- E1-1.** Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica;
- E1-2.** Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido;
- E1-3.** Apoiar a implantação de sistemas produtivos socioambientalmente sustentáveis, com foco na criação de trabalho legal e justamente remunerado e geração de renda familiar e associativa continuada e solidária;
- E1-5.** Fortalecer as cadeias produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura; da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura; da avicultura de capoeira e caipira; da meliponicultura e apicultura, com prioridade familiar e associativa;
- E1-6.** Financiar e fomentar a melhoria e/ou a recuperação da infraestrutura necessária ao beneficiamento da produção agroecológica das cadeias produtivas da agricultura familiar;
- E1-8.** Ampliar as ações de capacitação agroecológica e ecoeconômica, e as de ensino, pesquisa e extensão contextualizada – do ensino básico às pós-graduações –, para as famílias de PCTAFs;
- E1-9.** Assegurar e fortalecer a Política Pública de ATER Agroecológica continuada, na quantidade e qualidade adequadas para todas as famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar e suas organizações sociopolíticas e socioprodutivas do Território de Itaparica;
- E1-10.** Assegurar serviços de ATER Agroecológica qualificados para apoiar a organização da produção, do beneficiamento, da

comercialização e da destruição de produtos agroecológicos de empreendimentos solidários da Agricultura Familiar; e

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

E2-3. Promover a regularização fundiária das famílias e comunidades, inclusive reconhecendo e realizando a desintrusão das terras e dos territórios tradicionais Indígenas, Quilombolas e de demais PCTAFs; e

E2-4. Assegurar que pelo menos 30% dos lotes de novos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário sejam destinadas às mulheres provedoras de suas famílias e aos/as jovens rurais.

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

E3-1. Consolidar a participação da sociedade civil e a integração intersetorial e intermunicipal na gestão de políticas públicas no território;

E3-3. Inserir mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais como sujeitos do processo de desenvolvimento no território;

E3-6. Desenvolver cursos específicos para formação de mulheres e jovens, e povos e comunidades tradicionais nas temáticas contempladas neste PTDRSS.

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

E4-5. Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio - Caatinga;

E4-9. Incluir crianças, juventude, gestantes e nutrízes, e idosos/as em ações de segurança alimentar e nutricional, em atividades culturais e em práticas de esporte e lazer;

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

E5-1. Ampliar e diversificar a infraestrutura hídrica para o consumo humano, os cultivos em Quintais Produtivos e Roças de Forrageiras e o

dessedentamento dos rebanhos e da fauna;

E5-2. Universalizar o acesso à água de qualidade e quantidade apropriadas aos diversos usos, priorizando as famílias de PCTAFs em insegurança hídrica, principalmente aquelas cujas mulheres são provedoras;

E5-3. Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas;

E5-4. Promover a macrogestão democrática e participativa para a destinação justa, equitativa, continuada e sustentável das águas e dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, atendendo rigorosamente aos múltiplos interesses e destinações; e

E5-5. Garantir a distribuição de água às famílias em períodos de estiagem.

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.1.4.C. Dimensões Socioeconômica e Agrária: Aspectos da Regularização Fundiária e da Produção Agroecológica

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(19) Criar infraestrutura para a produção de mudas nativas e implementar projetos para recompor as áreas de proteção permanente e áreas degradadas	Secretaria do Meio Ambiente – SEMA Execução Parcial Programa 207: Meio Ambiente e Sustentabilidade Componente 2: Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos Meta 26: Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas
(34) Implantar nas áreas comunitárias para produção de frutas e hortaliças sistemas irrigado e de sequeiro, nas comunidades tradicionais, dos povos indígenas, quilombolas, pescadores e comunidade de fundo de	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 206: Desenvolvimento Rural Sustentável, Complemento 9: Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens, negros e mulheres, Meta 1: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade para o desenvolvimento rural Secretaria da Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI Justificativa: é função da SDR

pasto e agricultores familiares	
(40) Recuperar a Caatinga das áreas degradadas com plantios de espécies nativas e proteção das áreas em risco de desertificação	Secretaria do Meio Ambiente – SEMA Execução: Parcial Programa 207: Meio Ambiente e Sustentabilidade Componente: Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos Meta: Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas

3.2. Dimensão Socioambiental e Climática

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.2.1.A. Dimensão Socioambiental e Climática: Aspectos da Semiáridade e das Mudanças Climáticas

Abordagem Dialógica da Construção Coletiva: com base no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e nos Diálogos na Primeira Oficina deste PTDRSS	
Limites	Potencialidades
Clima quente e seco, com Índice de Pluviosidade entre 400 mm a 600 mm, em período reduzido de chuvas anuais, com precipitações escassas e irregulares. Podendo ter alterações – pequenas, medianas ou grandes –, com o advento das Mudanças Climáticas	Grande demanda territorial de hortifrutigranjeiros, como no caso de Paulo Afonso que só produz 8% do que consome e compra 70% de Sergipe e os demais 22% são oriundos de outras regiões e Estados
	Disponibilidade de água, forte isolação e dias mais longos, associados a uma menor incidência de pragas e doenças, permitem favoravelmente: ➤ No período sem chuvas, o desenvolvimento de cultivos consorciados mais diversificados e intensivos de ciclos mais curtos nos Quintais Produtivos Agroecológicos – QUIPÁs do Programa Mais Água; e ➤ Continuadamente a produção de fruticultura irrigada de Base Agroecológica. Essas condições favoráveis da Região Beira Rio Caatinga do Território Itaparica, também são ideais para a criação familiar, comunitária e empresarial de aves; de abelhas nativas e apis africanizadas; e de caprinos (leite e corte), ovelhas (corte) e bovinos (leite e corte)
	Grandes disponibilidades de águas do rio São Francisco e represadas nos lagos das Usinas Hidroelétricas – UHEs são uma condição excepcional e única no Nordeste para: ➤ Pesca artesanal e esportiva;

	➤ Aquicultura intensiva associativa e empresarial, como também tradicional familiar e comunitária; e ➤ Esportes aquáticos, navegação contemplativa, mergulho e outras atividades turísticas e de lazer
Curto período anual de chuvas, recorrência de estiagens prolongadas e de secas periódicas e cíclicas. Podendo ter alterações – pequenas, medianas ou grandes –, com o advento das Mudanças Climáticas	Características e componentes exclusivos do Bioma Caatinga, da Bacia Hidrográfica e do Cânion do São Francisco e das UHEs da CHESF, associadas aos muitos meses de forte isolamento e de céu noturno limpo favorecem o planejamento e o desenvolvimento do turismo ecológico, arqueológico, astronômico, de aventuras e de esportes radicais
	Condições edafoclimáticas e da biodiversidade exclusiva do Bioma Caatinga e da BH do São Francisco, associadas às condições climáticas mais definidas e com muitos meses de forte isolamento favorecem o planejamento e o desenvolvimento do turismo ecológico e de aventuras
	Forte e longa insolação diária, ocorrência contínua de ventos de boa velocidade, disponibilidade de grandes superfícies hídricas, cânions e canais com correntezas contínuas e turbulências permanentes (proximidade das descargas das UHEs da CHESF) e existência de Subestações e linhas de transmissão de energia da CHESF, formam um conjunto único de condições propícias e muito favoráveis para a geração e distribuição de energia elétrica de fontes limpas: ➤ Solar em placas fotovoltaicas em terra firme e sobre as superfícies dos lagos das UHEs; ➤ Turbinas eólicas, aquáticas de superfície e aquáticas submersas. Inclusive com forte potencial para a constituição de um polo de ciência, tecnologias e desenvolvimento, com capacidade real de atração e apoio à implantação de empreendimentos com grande capacidade de geração de empregos como: ➤ Indústrias de produção de equipamentos e; ➤ Empresas de prestação de serviços especializadas em planejamento, montagem e manutenção

	de sistemas e estruturas
Retrocesso das Políticas Públicas e dos investimentos federais com a imposição da PEC 241	População jovem e em idade produtiva crescente e com capacidade criativa e empreendedora
	Polo de ensino, pesquisa e extensão – técnico e universitário – diversificado, dinâmico e em expansão
	Área física, infraestrutura – transporte terrestre e aéreo –, oferta ampla e continuada de energia, de água do São Francisco e capacidade de expansão da captação e do armazenamento das de chuvas e subterrâneas e de aquíferos

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.2.1.B. Dimensão Socioambiental e Climática: Aspectos da Semiaridez e das Mudanças Climáticas

Eixos-Estratégias Diretamente Relacionados aos Aspectos da Semiaridez e das Mudanças Climáticas: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Estratégias do Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva:

- E1-1.** Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica;
- E1-2.** Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido;
- E1-3.** Apoiar a implantação de sistemas produtivos socioambientalmente sustentáveis, com foco na criação de trabalho legal e justamente remunerado e geração de renda familiar e associativa continuada e solidária;
- E1-5.** Fortalecer as cadeias produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura; da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura; da avicultura de capoeira e caipira; da meliponicultura e apicultura, com prioridade familiar e associativa;
- E1-6.** Financiar e fomentar a melhoria e/ou a recuperação da infraestrutura necessária ao beneficiamento da produção agroecológica das cadeias produtivas da agricultura familiar;
- E1-7.** Promover acesso aos créditos e fomentos, de forma associada a ATER e demais serviços especializados para mulheres e jovens de PCTAFs, como sujeitos dos processos de desenvolvimento e de controle social das políticas públicas rurais e urbanas;
- E1-8.** Ampliar as ações de capacitação agroecológica e ecoeconômica, e as de ensino, pesquisa e extensão contextualizada – do ensino básico às pós-graduações –, para as famílias de PCTAFs;
- E1-10.** Assegurar serviços de ATER Agroecológica qualificados para apoiar a organização da produção, do beneficiamento, da comercialização e da destruição de produtos agroecológicos de empreendimentos solidários da Agricultura Familiar; e
- E1-11.** Valorizar, divulgar e dinamizar o potencial turístico socioambiental – ecológico, arqueológico, artístico, cultural, de aventuras, religioso

e de eventos –, com prioridade para iniciativas familiares e associativas.

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

E2-1. Adquirir terras de qualidade, com o máximo de vegetação nativa e em quantidades previstas oficialmente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentar famílias de PCTAFs sem terras, de forma complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária;

E2-2. Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioprodutivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros;

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

E3-4. Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas;

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

E4-5. Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio - Caatinga;

E4-9. Incluir crianças, juventude, gestantes e nutrízes, e idosos/as em ações de segurança alimentar e nutricional, em atividades culturais e em práticas de esporte e lazer;

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

E5-1. Ampliar e diversificar a infraestrutura hídrica para o consumo humano, os cultivos em Quintais Produtivos e Roças de Forrageiras e o dessedentamento dos rebanhos e da fauna;

- E5-2.** Universalizar o acesso à água de qualidade e quantidade apropriadas aos diversos usos, priorizando as famílias de PCTAFs em insegurança hídrica, principalmente aquelas cujas mulheres são provedoras;
- E5-3.** Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas;
- E5-4.** Promover a macrogestão democrática e participativa para a destinação justa, equitativa, continuada e sustentável das águas e dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, atendendo rigorosamente aos múltiplos interesses e destinações; e
- E5-5.** Garantir a distribuição de água às famílias em períodos de estiagem.

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.2.1.C. Dimensão Socioambiental e Climática: Aspectos da Semiáridade e das Mudanças Climáticas

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(19) Criar infraestrutura para a produção de mudas nativas e implementar projetos para recompor as áreas de proteção permanente e áreas degradadas	Secretaria do Meio Ambiente – SEMA Execução Parcial Programa 207: Meio Ambiente e Sustentabilidade Componente 2: Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos Meta 26: Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas
(34) Implantar nas áreas comunitárias para produção de frutas e hortaliças sistemas irrigado e de sequeiro, nas comunidades tradicionais, dos povos indígenas, quilombolas, pescadores e comunidade de fundo de pasto e agricultores	Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa 206: Desenvolvimento Rural Sustentável, Complemento 9: Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens, negros e mulheres, Meta 1: Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade para o desenvolvimento rural Secretaria da Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI Justificativa: é função da SDR

familiares	
(40) Recuperar a Caatinga das áreas degradadas com plantios de espécies nativas e proteção das áreas em risco de desertificação	Secretaria do Meio Ambiente – SEMA Execução: Parcial Programa 207: Meio Ambiente e Sustentabilidade Componente: Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos Meta: Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.2.2.A. Dimensão Socioambiental e Climática: Aspectos dos Recursos Hídricos e das Mudanças Climáticas

Abordagem Dialógica da Construção Coletiva: com base no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e nos Diálogos na Primeira Oficina deste PTDRSS	
Limites	Potencialidades
A condição de se estar no Submédio São Francisco não assegura a todas as famílias de PCTAFs o livre acesso às suas águas	A possibilidade de se construir pequenas adutoras
	As possibilidades de ampliar as políticas de infraestrutura hídricas descentralizadas como as obras do Mais Água
	A conclusão do Jusante, para se juntar aos demais Projetos do Reassentamento Itaparica, na perspectiva da evolução das demandas para a Transição Agroecológica na produção diversificada de alimentos
Afora a perenidade do Rio São Francisco, todos os demais rios e riachos são temporários	As possibilidades de ampliar as políticas de infraestrutura hídricas descentralizadas como as obras do Mais Água
	A introdução dos Barramentos em Arco Romano com pedras soltas para perenização dos rios e riachos intermitentes
	As novas tecnologias de microirrigação para a descentralização da produção irrigada de base familiar e agroecológica
A predominância de Projetos para a Piscicultura e os Projetos do Reassentamento de Itaparica não contempla a maior parte das famílias de PCTAFs	O potencial para a diversificação da produção de alimentos para o atendimento das demandas territoriais e de outras regiões, inclusive metropolitanas
	As possibilidades de ampliar as políticas de infraestrutura hídricas descentralizadas como as obras do Mais Água, na perspectiva da evolução das demandas para a Transição Agroecológica na produção diversificada de alimentos

	As novas tecnologias de microirrigação para a descentralização da produção irrigada de base familiar, na perspectiva da evolução das demandas para a Transição Agroecológica na produção diversificada de alimentos
--	--

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.2.2.B. Dimensão Socioambiental e Climática: Aspectos dos Recursos Hídricos e das Mudanças Climáticas

Eixos-Estratégias Diretamente Relacionados aos Aspectos dos Recursos Hídricos e das Mudanças Climáticas: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Estratégias do Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva:

- E1-1.** Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica;
- E1-2.** Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido;
- E1-3.** Apoiar a implantação de sistemas produtivos socioambientalmente sustentáveis, com foco na criação de trabalho legal e justamente remunerado e geração de renda familiar e associativa continuada e solidária;
- E1-5.** Fortalecer as cadeias produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura; da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura; da avicultura de capoeira e caipira; da meliponicultura e apicultura, com prioridade familiar e associativa;

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

- E2-1.** Adquirir terras de qualidade, com o máximo de vegetação nativa e em quantidades previstas oficialmente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentar famílias de PCTAFs sem terras, de forma complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária;
- E2-2.** Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioprodutivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros;

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

E3-4. Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas;

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

E4-5. Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio - Caatinga;

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

E5-1. Ampliar e diversificar a infraestrutura hídrica para o consumo humano, os cultivos em Quintais Produtivos e Roças de Forrageiras e o dessedentamento dos rebanhos e da fauna;

E5-2. Universalizar o acesso à água de qualidade e quantidade apropriadas aos diversos usos, priorizando as famílias de PCTAFs em insegurança hídrica, principalmente aquelas cujas mulheres são provedoras;

E5-3. Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas;

E5-4. Promover a macrogestão democrática e participativa para a destinação justa, equitativa, continuada e sustentável das águas e dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, atendendo rigorosamente aos múltiplos interesses e destinações; e

E5-5. Garantir a distribuição de água às famílias em períodos de estiagem.

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.2.2.C. Dimensão Socioambiental e Climática: Aspectos dos Recursos Hídricos e das Mudanças Climáticas

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(6) Apoiar a construção da Barragem do Careta para perenização do Rio Macururé	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS Atendimento: Total Programa: 213. Água para Todos, Complemento: 7. Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano, Meta: 1. Construir barragens
(10) Apoiar técnica e financeiramente a construção e a implementação dos planos de saneamento	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS Atendimento: Total Programação: 213. Água para Todos, Complemento: 1. Promover a inovação da gestão estadual do saneamento básico, Metas: 3. Elaborar o plano estadual de saneamento básico; e 8. Elaborar planos regionais de saneamento básico Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo – SEDUR Atendimento: Parcial Programa: 213. Água para Todos, Complemento: 14. Implementar a Política Estadual de Resíduos Sólidos,

	Metas: 2. Prestar Assistência técnica a consórcios públicos de resíduos sólidos; e 3. Elaborar planos de resíduos sólidos
(12) Construir barragens, açudes (barragens inteligentes) e adutoras comunitárias.	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS Atendimento: Parcial Programa: 213. Água para Todos, Complemento: 7. Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano, Meta: 1. Construir barragens
(14) Construir cisternas de consumo e produção para captação e armazenamento de água potável nas escolas e nas instalações coletivas da zona rural	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS Atendimento: Parcial Programa: 213. Água para Todos, Complemento: 7. Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano, Meta: 21. Implantar o Projeto Água nas Escolas Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR Atendimento: Total Programa: 213. Água para Todos, Complemento: 17. Ampliar a infraestrutura hídrica de uso múltiplo, garantindo a transição agroecológica para o desenvolvimento rural, Metas: 1. Implantar sistema de saneamento na área rural; e

	2. Implementar tecnologias sociais para captar e reservar água de chuva para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal
--	--

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.2.2.C. Dimensão Socioambiental e Climática: Aspectos dos Recursos Hídricos e das Mudanças Climáticas (continuação)

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(35) Implantar sistema de tratamento de esgoto nos municípios do território Itaparica, inclusive, em áreas rurais	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS Atendimento: Total Programa: 213. Água para Todos Complemento: 6. Ampliar a cobertura de esgotamento sanitário compreendendo coleta, tratamento e destinação adequados Meta: 1. Implantar sistemas de esgotamento sanitário
(38) Perfuração de poços artesianos instalação de sistema de bombeamento e de dessalinizadores no território	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS Atendimento: Parcial Programa: 213. Água para Todos Complemento: 7. Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano Meta: 8. Perfurar poços artesianos
(39) Realizar um projeto de irrigação a partir de tomada d'água existente na barragem de Itaparica	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS Justificativa: Ação de competência de outro Órgão Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI Justificativa: O Programa 203, Compromisso 10, possui meta de Implementar a política de irrigação e está

beneficiando os municípios de Glória e Paulo Afonso (antigo projeto jusante de Itaparica)	regionalizada para o Estado podendo ser regionalizada para o referido território devido a demanda
--	---

3.3. Dimensões Sociocultural e Educacional

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.3.1.A. Dimensões Sociocultural e Educacional: Aspectos Socioculturais

Abordagem Dialógica da Construção Coletiva: com base no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e nos Diálogos na Primeira Oficina deste PTDRSS	
Limites	Potencialidades
Desvalorização das tradições e negação de suas importâncias e valores socioculturais e humanitários	Riqueza e diversidade de saberes, costumes, práticas, manifestações e valores tradicionais
	Força mobilizadora e agregadora dos saberes, dos costumes, das práticas, das manifestações e dos valores tradicionais
	Revalorização crescente dos saberes, dos costumes, das práticas, das manifestações e dos valores tradicionais
Substituição forçada pelo mercado de midiático, com imposição de modismos, principalmente no campo musical, das danças, do vestir e do se (sub)alimentar	A importância crescente do reconhecimento, da valorização e dos resgates dos vínculos históricos e aderências às raízes e diversidades multiculturais dos Povos e das Comunidades Tradicionais Caatingueiras e São franciscanas, que contribuem com a disseminação dos seus saberes e costumes, de suas práticas e manifestações tradicionais
	Criatividade, vínculo e resistência quanto à relação indissociável entre a natureza e as gentes caatingueiras, quanto às crenças e a fé, com as suas variadas rezas, orações, promessas e rituais sagrados; ao vocabulário e o modo de falar, dizer e relatar – os contos, causos, repentes, aboios, “ditérios” e as loas; a poesia, o romanceiro e outras formas de escritas; o cancionero e as danças, os bailados e outros rituais associados; os vestuários, a culinária e as artes visuais e plásticas, o artesanato

	Os mecanismos e processos de reconhecimento, oficialização e divulgações públicas, como Patrimônios Materiais – estruturas, objetos, mobiliários, instrumentos, registros e outros meios e bens físicos –, e Patrimônios Imateriais – saberes, costumes, práticas, manifestações e produtos tradicionais – que sejam das raízes e das diversidades multiculturais dos Povos e das Comunidades Tradicionais
Imposição e dominação cultural que levam à negação e perda da identidade cultural e à aculturação, com massificação de hábitos e dos consumismos	A importância crescente do reconhecimento, da valorização e dos resgates dos vínculos históricos e aderências às raízes e diversidades multiculturais dos Povos e das Comunidades Tradicionais Caatingueiras e São franciscanas, que contribuem com a disseminação dos seus saberes e costumes, de suas práticas e manifestações tradicionais
	Grande diversidade de Povos Indígenas e Quilombolas e de Comunidades Tradicionais (Pescadores Artesanais, Fundo de Pastos, Vaqueiros, de Terreiros, outros)
	Crescente Autoidentificação Cultural e fortalecimento das lutas de PCTAFs
	Aumento e diversificação de Políticas Públicas afirmativas de reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural e de igualdade de direitos e inclusão socioambiental

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.3.1.B. Dimensões Sociocultural e Educacional: Aspectos Socioculturais

Eixos-Estratégias Diretamente Relacionados aos Aspectos Socioculturais: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Estratégias do Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva:

- E1-1.** Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica;
- E1-2.** Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido;
- E1-5.** Fortalecer as cadeias produtivas dos cultivos de sequeiro e da hortifruticultura irrigada; da pesca artesanal, piscicultura e aquicultura; da caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura; da avicultura de capoeira e caipira; da meliponicultura e apicultura, com prioridade familiar e associativa;
- E1-9.** Assegurar e fortalecer a Política Pública de ATER Agroecológica continuada, na quantidade e qualidade adequadas para todas as famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar e suas organizações sociopolíticas e socioprodutivas do Território de Itaparica; e
- E1-11.** Valorizar, divulgar e dinamizar o potencial turístico socioambiental – ecológico, arqueológico, artístico, cultural, de aventuras, religioso e de eventos –, com prioridade para iniciativas familiares e associativas.

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

- E2-2.** Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioprodutivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros; e
- E2-3.** Promover a regularização fundiária das famílias e comunidades, inclusive reconhecendo e realizando a desintrusão das terras e dos

territórios tradicionais Indígenas, Quilombolas e de demais PCTAFs.

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

E3-6. Desenvolver cursos específicos para formação de mulheres e jovens, e povos e comunidades tradicionais nas temáticas contempladas neste PTDRSS.

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

E4-4. Elevar nos 6 Municípios o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB com a intensificação das ações voltadas para: reduzir o Índice de Evasão Escolar – IEE; universalizar a Educação Infantil; e ampliar a educação em tempo integral;

E4-5. Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio - Caatinga;

E4-6. Valorizar e promover os profissionais da educação através da formação continuada, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho, para promover a educação de qualidade;

E4-7. Ampliar as oportunidades de formação universitária para as mulheres e juventude;

E4-8. Resgatar, fortalecer e divulgar continuamente a cultura popular e saberes e costumes tradicionais;

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

E5-3. Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.3.1.C. Dimensões Sociocultural e Educacional: Aspetos Socioculturais

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(17) Criação de centro vocacional tecnológico no território de Itaparica, capacitação para comunidades tradicionais atendendo a vocação local ampliando o número de convênios de estágio curricular entre os órgãos estaduais do poder executivo e as instituições de ensino	Secretaria de Educação – SEC Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI Justificativa: O Governo Federal suspendeu o repasse de recursos para o programa CVTT Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI Justificativa: CVTT é realizado pela SECTI
(18) Criar cursos em universidades/institutos públicos de agronomia, veterinária, artes cênicas e	Secretaria de Educação – SEC Atendimento: Parcial Programação 212: Educar para Transformar Complemento 20: Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino

música ampliação do campus existente e da residência estudantil e extensão dos cursos através de polo da UAB/EAD na micro região de Abaré, Chorrochó, Rodelas e Macururé	Meta 8: Realizar a valorização e formação inicial e continuada para professores e profissionais da educação
(20) Disponibilizar internet de banda larga e de alta velocidade em todos os municípios do território.	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI Atendimento: Total Programa 204: Infraestrutura para o Desenvolvimento, Complemento 4: Ampliar o acesso à banda larga para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, Meta 1: Disponibilizar acessos em banda larga acima de 25Mbps em unidades públicas
(22) Estruturar e promover o turismo ecológico, de aventura, náutico, cultural, institucional, rural, religioso e de esportes, valorizando o patrimônio natural, histórico imaterial, arquitetônico e	Secretaria de Turismo – SETUR Atendimento: Parcial Programa 210: Turismo, Complemento 1: Promover melhorias para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável, Meta 12: Qualificar profissionais que atuam na prestação de serviços turísticos Meta 15: Implantar sinalização turística Meta 16: Dotar pontos turísticos de acessibilidade

**arqueológico presentes no
território, buscando incluir
as comunidades
tradicionais, em especial
os pescadores artesanais e
vaqueiros, como
oportunidade para o seu
desenvolvimento**

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.3.2.A. Dimensões Sociocultural e Educacional: Aspectos Socioeducacionais

Abordagem Dialógica da Construção Coletiva: com base no PTDRS de Itaparica (2008/2009) e nos Diálogos na Primeira Oficina deste PTDRSS	
Limites	Potencialidades
Crescente desinteresse e falta de empenho pelos estudos pelas crianças e pelos/as jovens e adultos/as	Educação pública da creche à pós-graduação
	Ampliação e diversificação de cursos de formação técnica e profissionalizante para jovens e adultos
	Política Nacional da Alimentação Escolar
Urbanização crescente da escolarização e diminuição da Educação no e para o Campo	Redução do Trabalho Infantil
	Proposição das bases e luta da Sociedade Civil Organizada do Semiárido por uma Educação Contextualizada, Socioambiental e Agroecológica
	Experiências de Referência das Escolas Famílias Agrícolas, com Sistema de Alternância
Retrocesso das Políticas Públicas e dos investimentos federais para a educação com a imposição da PEC 241	Existência do Instituto Federal da Bahia – IFBA, dos Centros Territoriais de Educação Profissionalizante de Itaparica – CETEP I e II, da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus VIII e de vários Cursos Técnicos e Universitários privados em Paulo Afonso e em outros Municípios do Território
	Aumento e diversificação de Cursos Médios profissionalizantes, de graduação e pós-graduações, com menor carga horária presencial e de mais curta duração
	O que for preservado das bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior do ProUni/MEC; da expansão da educação superior através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –

	REUNI/MEC; do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES/MEC; da expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional do Programa Ciências sem Fronteiras/MCTI e outros
--	--

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.3.2.B. Dimensões Sociocultural e Educacional: Aspectos Socioeducacionais

Eixos-Estratégias Diretamente Relacionados aos Aspectos Socioeducacionais: Grupos de Trabalho Temáticos da Primeira Oficina deste PTDRSS

Estratégias do Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva:

- E1-1.** Contribuir com a Conservação, a Utilização Socioambientalmente Sustentável e a Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Caatinga e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Território de Itaparica;
- E1-2.** Criar Iniciativas de Produção Agroecológica e de Convivência Socioambientalmente Sustentável com o Semiárido;
- E1-8.** Ampliar as ações de capacitação agroecológica e ecoeconômica, e as de ensino, pesquisa e extensão contextualizada – do ensino básico às pós-graduações –, a famílias de PCTAFs;
- E1-9.** Assegurar e fortalecer a Política Pública de ATER Agroecológica continuada, na quantidade e qualidade adequadas para todas as famílias de Povos e Comunidades Tradicionais, Agroextrativistas e da Agricultura Familiar e suas organizações sociopolíticas e socioprodutivas do Território de Itaparica;
- E1-10.** Assegurar serviços de ATER Agroecológica qualificados para apoiar a organização da produção, do beneficiamento, da comercialização e da destruição de produtos agroecológicos de empreendimentos solidários da Agricultura Familiar; e
- E1-11.** Valorizar, divulgar e dinamizar o potencial turístico socioambiental – ecológico, arqueológico, artístico, cultural, de aventuras, religioso e de eventos –, com prioridade para iniciativas familiares e associativas.

Estratégias do Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra:

- E2-2.** Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade das infraestruturas sociais e socioprodutivas dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, e dos reassentamentos da CHESF, das comunidades tradicionais de fundo de pasto, de vaqueiros e pescadores artesanais e de posseiros; e

E2-3. Promover a regularização fundiária das famílias e comunidades, inclusive reconhecendo e realizando a desintrusão das terras e dos territórios tradicionais Indígenas, Quilombolas e de demais PCTAFs.

Estratégias do Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social:

E3-4. Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas;

E3-5. Assegurar paridade entre homens e mulheres na oferta de vagas e oportunidades de formação de capacidades e competências no território; e

E3-6. Desenvolver cursos específicos para formação de mulheres e jovens, e povos e comunidades tradicionais nas temáticas contempladas neste PTDRSS.

Estratégias do Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos:

E4-4. Elevar nos 6 Municípios o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB com a intensificação das ações voltadas para: reduzir o Índice de Evasão Escolar – IEE; universalizar a Educação Infantil; e ampliar a educação em tempo integral;

E4-5. Ampliar os recursos financeiros – de investimento e custeio – para promover a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais, com a implantação de currículo e gestão diferenciadas nas escolas do campo, indígenas e quilombolas, na perspectiva da Agroecologia e da Convivência Socioambiental Sustentável com a Região Beira rio - Caatinga;

E4-6. Valorizar e promover os profissionais da educação através da formação continuada, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho, para promover a educação de qualidade;

E4-7. Ampliar as oportunidades de formação universitária para as mulheres e juventude;

E4-8. Resgatar, fortalecer e divulgar continuamente a cultura popular e saberes e costumes tradicionais;

Estratégias do Eixo 5 - Gestão de Recursos Hídricos:

E5-3. Desenvolver ações e campanhas públicas continuadas de educomunicação para a gestão socioambiental e a utilização sustentável das águas familiares e coletivas.

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.3.2.C. Dimensões Sociocultural e Educacional: Aspectos Socioeducacionais

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(7) Apoiar a construção de creches em todo o território	Secretaria de Educação – SEC Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS Justificativa: A escuta refere-se a Secretaria de Educação.
(9) Apoiar a implementação de unidades de acolhida\passagem para os seguinte públicos: pessoas idosas, pessoas com deficiência, cuja a família não apresenta possibilidade de cuidado/sustento, mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes em situação de risco e	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS Justificativa: Não houve disponibilidade orçamentária no atual PPA para atender à demanda. Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM Justificativa: Casa Abrigo é um equipamento cuja criação é de competência da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; portanto, cabem aos Municípios se articularem para formarem um consórcio visando a implantação do equipamento que deve ser em local sigiloso; já as Casas de Passagem são de atribuição Municipal. Portanto, não cabe à Secretaria de Políticas para as Mulheres tal atribuição. Quanto aos demais públicos, não é da abrangência da SPM/BA

acompanhamento às suas famílias	
(13) Construir centros de reabilitação para dependentes químicos no território	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS Atendimento: Parcial Programa 205: Pacto pela Vida, Complemento 12: Ofertar acolhimento, cuidado e alternativas de reinserção social para pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, suas famílias e outros grupos vulneráveis, Meta 2: Atender usuários de substâncias psicoativas e suas famílias, nos municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais da Bahia Justificativa: O Atendimento: será realizado através de outra meta parcial Secretaria de Saúde – SESAB Justificativa: Parcialmente atendido. O Plano da Rede de Atenção Psicossocial foi elaborado e aprovado pela Resolução CIB nº 476/2013. Em análise pelo Ministério da Saúde
(17) Criação de centro vocacional tecnológico no território de Itaparica, capacitação para comunidades tradicionais	Secretaria de Educação – SEC Justificativa: não há Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI Justificativa: O Governo Federal suspendeu o repasse de recursos para o programa CVTT

atendendo a vocação local ampliando o número de convênios de estagio curricular entre os órgãos estaduais do poder executivo e as instituições de ensino	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI Justificativa: CVTT é realizado pela SECTI
---	--

Estrutura para Apresentação do Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável no Território de Itaparica

Quadro 2.3.2.C. Dimensões Sociocultural e Educacional: Aspetos Socioeducacionais

Abordagem Institucional: PPA de Itaparica (2016-2019)	
Proposta da Escuta	Responsabilidade para Atendimento das Demandas do Território
(18) Criar cursos em universidades/institutos públicos de agronomia, veterinária, artes cênicas e música ampliação do campus existente e da residência estudantil e extensão dos cursos através de polo da UAB/EAD na micro região de Abaré, Chorrochó, Rodelas e Macururé	Secretaria de Educação – SEC Atendimento: Parcial Programação 212: Educar para Transformar Complemento 20: Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino Meta 8: Realizar a valorização e formação inicial e continuada para professores e profissionais da educação
(32) Implantar CREAS nos municípios do território ainda não contemplados	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS Justificativa: Em 2015, ocorreu a primeira expansão de municípios com esses critérios, sendo contemplado no Território o município de Chorrochó. Está previsto no PPA 2016 a 2019 expansão de CREAS para municípios com até 20 mil habitantes.
(36)	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS

Implantar um centro para cumprimento de medidas socioeducativa de adolescente em conflito com a lei	Justificativa: A implantação e/ou construção de unidades de Atendimento: socioeducativo foi definida a partir da demanda de adolescentes. Ou seja, nos registros de Atendimento: da FUNDAC não existem demandas que justifiquem a construção de unidades nestes territórios
---	--

